

Como a cor e outros fatores afetam a probabilidade de um jovem ser um estudante universitário no Brasil

Rodolfo Hoffmann

Professor do Instituto de Economia da UNICAMP

rhoffman@eco.unicamp.br

RESUMO: A partir dos microdados da PNAD de 2006 separa-se o conjunto dos jovens de 18 a 30 anos de idade com escolaridade igual ou superior ao ensino médio completo. Por meio de um modelo de logite, analisa-se como a probabilidade de um desses jovens ser um estudante de curso superior (particular ou público) depende da sua idade, cor e sexo, da escolaridade dos pais, da situação do domicílio, da região, da renda domiciliar per capita e do número de pessoas no domicílio. Ser preto ou pardo afeta negativamente essa probabilidade, mas ser amarelo tem efeito positivo, especialmente na probabilidade de ser estudante de curso superior público.

Palavras-chave: Estudante universitário; Cor; Discriminação.

ABSTRACT: From the microdata of a 2006 Brazilian national survey, this paper analyzes the set of 18 to 30 years old persons who have at least completed high school and live in the household with their father and mother. A logit model is used to analyze how the probability of one of these persons being a college student depends on his age, color (race) and gender, the level of schooling of his father and his mother, the region and rural or urban location of the household, the level of household income per capita and the number of persons in the household. Being black or brown (“pardo”) has a negative effect on that probability, but being Asian (“amarelo” i.e. yellow) has a positive effect, particularly when one analyzes the probability of the person being a student in a public college.

Keywords: College student; Color; Discrimination.

1. Introdução

O debate sobre a criação de vários tipos de *cotas* no processo de seleção dos alunos de universidades públicas no Brasil aumenta, obviamente, o interesse em conhecer quais são, atualmente, os principais condicionantes da probabilidade de um jovem se tornar um estudante de curso superior. Qual é a importância da renda domiciliar na determinação dessa probabilidade? A cor do jovem afeta essa probabilidade? Qual é a influência da escolaridade dos pais? O objetivo desse trabalho é contribuir para o esclarecimento dessas questões.

Talvez seja conveniente explicitar que nenhuma análise econométrica vai estabelecer uma decisão a favor ou contra os diversos tipos de cota. A decisão depende da importância que se dá aos diversos ângulos do problema. De um lado teríamos a visão dos que consideram as cotas como uma das poucas alternativas viáveis para pagar, parcialmente, a dívida histórica do país para com os afro-descendentes. De outro lado teríamos a defesa do princípio “sagrado” de que na universidade todas as avaliações devem ser baseadas única e exclusivamente no desempenho acadêmico. Mas é óbvio que a análise da situação existente deve orientar uma decisão racional e ponderada.

Neste trabalho a análise dos fatores que afetam a probabilidade de um jovem ingressar na universidade será feita utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006. Trata-se, portanto, de uma análise sincrônica (*cross section*). O ideal, sem dúvida, seria trabalhar com dados em painel, que permitissem acompanhar, ao longo do tempo, o que ocorre com cada jovem.

Análises da discriminação racial no Brasil usualmente se restringem ao contraste entre brancos e negros, usando-se esse termo para designar o agregado de pretos e pardos. Veja-se, por exemplo, os trabalhos publicados no livro de Hasenbalg, Silva e Lima (1999), o livro de Pastore e Silva (2000) e os artigos de Soares (2000), Henriques (2001) e Kilsztajn *et al.* (2005).

Da mesma maneira que é feito em Zucchi e Hoffmann (2004), neste trabalho se destacam os amarelos. Em geral o efeito de ser amarelo tem sinal oposto ao efeito de ser negro. Acredita-se que a necessidade de interpretar apropriadamente os dois coeficientes contribui para melhorar a qualidade da análise.

2. Dados e metodologia

São utilizados os microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2006 e toda a análise estatística é feita com ponderação pelo fator de expansão fornecido pelo IBGE¹.

Destaca-se uma amostra de jovens com 18 a 30 anos de idade cuja condição no domicílio é “filho”, em domicílios com presença de “pessoa de referência” e do “cônjuge”. Entre essas duas pessoas, aquela que for do sexo masculino é considerada “pai” do jovem e aquela que for do sexo feminino é considerada “mãe” do jovem. A limitação aos casos em que

¹ Foram utilizados os novos pesos para a PNAD de 2006, divulgados juntamente com os dados da PNAD de 2008.

o jovem reside no domicílio com o pai e a mãe se justifica pela importância de utilizar a escolaridade do pai e a da mãe como variáveis explanatórias. O inconveniente, obviamente, é perder as informações referentes a jovens que residem em domicílios sem a presença do pai e/ou da mãe. Foi necessário excluir, também, os casos de valor não-declarado para a escolaridade do pai ou da mãe.

Para cálculo da renda domiciliar per capita (RDPC) foram excluídas as pessoas cuja condição no domicílio é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tendo em vista que a cor será utilizada como variável explanatória, foram excluídos os jovens sem declaração de cor e os indígenas.

Foram considerados apenas os jovens com pelo menos 11 anos de escolaridade, ou seja, aqueles que tinham completado o ensino médio (2º grau) e poderiam, então, se tornar estudantes de curso superior. Esse conjunto de 16.789 jovens é denominado amostra A.

Para os jovens da amostra A, pode-se fazer uma análise dos determinantes da probabilidade de que eles superem os 11 anos de escolaridade, tendo completado pelo menos o primeiro ano de um curso superior.

Entretanto, para distinguir curso superior particular e curso superior público, é necessário se limitar aos jovens que, na PNAD de 2006, são estudantes de curso superior. Na análise dos determinantes da probabilidade de um jovem ser um *estudante* de curso superior, é necessário excluir os que são alunos de mestrado ou doutorado, os que já fizeram pós-graduação e os que, não sendo estudantes, tem escolaridade igual ou superior a 15 anos.

Obtém-se, então, a amostra B, com 15.205 observações², incluindo 3.536 estudantes de curso superior particular e 1.311 estudantes de curso superior público. Considerando os fatores de expansão (pesos) fornecidos pelo IBGE, essa amostra representa uma população de 7.178.490 jovens³.

É claro que a PNAD não fornece a amostra ideal para estudar o problema proposto. Na amostra B, a ser utilizada, está-se excluindo os estudantes universitários que não moram com os pais e não se distingue o caso do jovem que fica, definitivamente, com apenas 11 anos de escolaridade daquele que apenas interrompe sua progressão estudantil por um ou dois anos

² A inclusão dos indígenas representaria um adicional de apenas 28 observações, tanto na amostra A como na amostra B.

³ Para o leitor apenas interessado em interpretar e avaliar a importância dos resultados desta pesquisa, bastaria informar que se trata de uma população de 7,2 milhões de jovens. O tamanho da amostra e da população com todos os algarismos é fornecido para que alguém que vá refazer os cálculos a partir dos microdados da PNAD possa verificar se está analisando exatamente os mesmos dados.

para se dedicar a um emprego ou fazer um curso preparatório para o vestibular. Sabe-se que a concorrência no vestibular varia muito com a carreira escolhida (medicina, engenharias, ciências sociais etc.), mas os dados da PNAD não informam a carreira dos estudantes de curso superior. É necessário lembrar essas limitações ao analisar os resultados apresentados adiante.

Seja P_i a probabilidade de um jovem com pelo menos 11 anos de escolaridade ser um estudante de curso superior e sejam x_{hi} , com $h = 1, \dots, k$ as k variáveis explanatórias que serão consideradas. Então o modelo de lógite para a probabilidade P_i pode ser representado pela equação

$$P_i = \frac{1}{1 + \exp(-y_i)} \quad (1)$$

com $y_i = \alpha + \beta_1 x_{1i} + \beta_2 x_{2i} + \dots + \beta_k x_{ki}$

Alternativamente, o modelo pode ser representado pela equação

$$y_i = \ln \frac{P_i}{1 - P_i} = \alpha + \beta_1 x_{1i} + \beta_2 x_{2i} + \dots + \beta_k x_{ki} \quad (2)$$

Se, por exemplo, o valor de x_2 aumentar de 1 unidade, mantidas constantes as demais variáveis explanatórias, o valor de $\ln[P_i/(1 - P_i)]$ aumenta de β_2 , o que corresponde a multiplicar a relação $P_i/(1 - P_i)$ por $\exp(\beta_2)$, que é a *odds ratio* associada à variável x_2 .

As estimativas dos parâmetros e dos respectivos desvios padrões são obtidas pelo método da máxima verossimilhança.

As variáveis explanatórias utilizadas nesta pesquisa são as seguintes:

- 1) Uma variável binária que é igual a 1 quando o domicílio está em área rural e é igual a zero quando está em área urbana.
- 2) Uma variável binária que assume valor 1 quando o jovem é do sexo feminino.
- 3) Escolaridade do pai, em anos. Valores de zero a 14 indicam o nível de escolaridade e para a categoria “15 anos ou mais” o valor foi fixado em 17.
- 4) Escolaridade da mãe, definida da mesma maneira que a escolaridade do pai.
- 5) Idade do jovem, em anos, e seu quadrado.
- 6) Sete variáveis binárias para distinguir 8 estratos de renda domiciliar per capita (RDPC). Considerando a moeda corrente por ocasião da PNAD de 2006, os estratos são: até 200; mais de 200 a 300; mais de 300 a 400; mais de 400 a 500;

- mais de 500 a 700; mais de 700 a 1000; mais de 1000 a 2000; mais de 2000. O estrato mais pobre é adotado como base.
- 7) Número de pessoas por domicílio (excluindo pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos).
 - 8) Uma variável binária para existência de telefone celular no domicílio.
 - 9) Uma variável binária para existência de telefone fixo no domicílio.
 - 10) Uma variável binária para existência de máquina de lavar roupa no domicílio.
 - 11) Cinco variáveis binárias para distinguir 6 regiões do país: Norte, Nordeste, MG + ES + RJ, SP, Sul e Centro-oeste. O Nordeste é adotado como base.
 - 12) Duas variáveis binárias para distinguir negros (pretos e pardos), amarelos e brancos, com esses últimos como base.

3. Resultados para o Brasil

Considerando o conjunto de dados denominado amostra B na seção anterior, a tabela 1 mostra como a porcentagem dos jovens analisados que são estudantes de curso superior particular ou público varia com o nível da RDPC. Note-se que a proporção dos jovens que é estudante de curso superior cresce monotonicamente ao longo dos 8 estratos de RDPC, passando de 6,58% no estrato mais pobre para 79,60% no estrato mais rico. Note-se como o crescimento dessa proporção é muito mais intenso para estudantes de universidades particulares do que para estudantes de escolas públicas, mostrando, como seria de se esperar, que o acesso a cursos particulares depende muito mais da renda do que o acesso a cursos superiores públicos. Mas a proporção dos jovens que é estudante em universidade pública é fortemente associada ao nível de renda da família, crescendo de 3,16% no estrato mais pobre para cerca de 15% nos dois estratos mais ricos.

Ajustando um modelo de logística para a probabilidade de o jovem ser estudante de curso superior, utilizando como variáveis explanatórias apenas as 7 variáveis binárias que distinguem os 8 estratos de RDPC, verifica-se que todos os 7 coeficientes de regressão são altamente significativos, com probabilidade caudal do teste de nulidade do parâmetro inferior a 0,01%. Para esse modelo, o coeficiente c é igual a 0,773. Esse coeficiente é uma medida da qualidade do ajustamento do modelo baseada no número de pares concordantes, isto é, pares

de observações para os quais a ordenação conforme probabilidades estimadas é igual à ordenação conforme valores observados da variável dependente.

Tabela 1. Proporção de jovens de 18 a 30 anos, com pelo menos 11 anos de escolaridade e com pai e mãe no domicílio, que são estudantes de curso superior, conforme estratos de renda domiciliar per capita. Brasil, 2006.

Estratos de renda domiciliar per capita (R\$ de set./2006)	Número de jovens	% que é estudante de curso superior		
		Particular	Público	Total
Até 200	1.002.306	3,42	3,16	6,58
Mais de 200 a 300	1.112.398	8,59	4,20	12,79
Mais de 300 a 400	1.007.698	12,81	5,56	18,37
Mais de 400 a 500	798.568	17,36	6,17	23,52
Mais de 500 a 700	1.070.187	26,32	8,16	34,48
Mais de 700 a 1000	906.634	33,13	11,12	44,25
Mais de 1000 a 2000	906.597	49,77	15,44	65,21
Mais de 2000	374.102	64,81	14,79	79,60
Total	7.178.490	23,31	7,90	31,21

Fonte: PNAD de 2006.

A tabela 2 mostra várias características da população analisada, conforme as quatro categorias de cor, considerando o conjunto de jovens na amostra B. Cabe lembrar que todas as porcentagens e médias foram calculadas utilizando os fatores de expansão fornecidos pelo IBGE. Nessa população, 60,0% são brancos, 34,0% são pardos, 5,2% são pretos e 0,8% são amarelos. Como seria de se esperar, a idade média é semelhante para as 4 quatro categorias de cor (entre 22 e 23 anos). Por outro lado, notem-se as enormes diferenças na renda domiciliar per capita (RDPC). Em média, brancos obtêm 82% mais do que pretos e a RDPC de amarelos supera a dos brancos em 45%. As variáveis consideradas como *proxies* do nível de vida (posse de telefone fixo ou celular e de máquina de lavar roupa) também mostram situação semelhante e pior para pretos e pardos, melhor para brancos e melhor ainda para amarelos. A mesma ordenação é observada para o nível de escolaridade do pai e da mãe. As três últimas linhas da tabela 2 mostram como a porcentagem que é estudante de curso superior particular ou público varia com a cor do jovem. No conjunto todo, 31,21% são estudantes universitários, com 23,31% em cursos particulares e 7,90% em cursos públicos. Essas porcentagens são um pouco mais elevadas entre brancos, muito mais altas entre amarelos e mais baixas (e semelhantes) para pretos e pardos. Note-se que a diferença entre porcentagens de brancos e

negros (pretos ou pardos) é muito maior no ensino superior particular do que no público, ao passo que a diferença entre porcentagens de amarelos e brancos é maior no ensino público do que no particular.

Tabela 2. Características dos jovens de 18 a 30 anos, com pelo menos 11 anos de escolaridade e com pai e mãe no domicílio, conforme sua cor. Brasil, 2006.

Estatística	Todos	Branco	Pretos	Pardos	Amarelos
Pessoas na amostra	15.205	8.407	847	5.862	89
Pessoas na população (1000)	7.178	4.308	371	2.444	55
% do sexo feminino	50,63	50,22	51,58	51,29	46,5
% em domicílio rural	7,98	7,24	6,97	9,58	1,10
% em domicílio com					
telefone fixo	75,35	80,40	72,08	66,48	95,65
telefone celular	86,65	89,53	82,93	81,89	96,69
máquina de lavar	57,48	67,50	47,65	40,60	89,37
Idade média (anos)	22,4	22,2	22,8	22,5	22,7
Escolaridade média	11,5	11,7	11,3	11,3	12,3
RDPC ⁽¹⁾ média	706,3	847,4	466,6	482,2	1.228,6
Nº médio pessoas/domicílio	4,77	4,55	5,12	5,12	4,40
Escolaridade média do pai	7,4	8,2	6,1	6,1	10,9
Escolaridade média da mãe	7,7	8,4	6,5	6,6	11,3
% que é estudante de ens. Superior					
Particular	23,31	28,86	12,68	14,88	35,06
Público	7,90	8,75	7,01	6,24	20,75
particular ou público	31,21	37,61	19,69	21,12	55,82

Fonte: PNAD de 2006.

(1) Renda domiciliar per capita, em reais de setembro de 2006.

Ajustando um modelo de lógite para a probabilidade de o jovem ser estudante de curso superior, utilizando como variáveis explanatórias apenas as 2 variáveis binárias que distinguem brancos, negros e amarelos, são obtidos os resultados apresentados nas duas primeiras colunas da tabela 3. Verifica-se que os dois coeficientes de regressão são altamente significativos, com probabilidade caudal do teste de nulidade inferior a 0,01% e coeficiente c igual a 0,598. Note-se que esse coeficiente é substancialmente mais baixo do que no modelo com 7 variáveis binárias para estratos de RDPC ($c = 0,780$), mostrando que, isoladamente, o nível da RDPC é bem mais importante que a cor, como condicionante da probabilidade de um jovem ser estudante de ensino superior.

Tabela 3. Efeito da cor na probabilidade de um jovem de 18 a 30 anos, com pelo menos 11 anos de escolaridade e com pai e mãe no domicílio, ser estudante de curso superior, de curso superior público ou de curso superior particular. Brasil, 2006. Modelo de lógite.

Variável explanatória	Curso superior		Curso superior público		Curso superior particular	
	Estimativa do parâmetro	Estimativa do desvio padrão	Estimativa do parâmetro	Estimativa do desvio padrão	Estimativa do parâmetro	Estimativa do desvio padrão
Constante	-0,5061	0,0216	-2,3440	0,0370	-0,9024	0,0231
Negro	-0,8231	0,0385	-0,3489	0,0648	-0,8648	0,0434
Amarelo	0,7399	0,1873	1,0041	0,2308	0,2862 ⁽¹⁾	0,1950

⁽¹⁾ A probabilidade caudal do teste da hipótese de nulidade do parâmetro é igual a 14,2%. Nos demais casos essa probabilidade é inferior a 0,01%.

Nas demais colunas da tabela 3 são apresentados os resultados de um modelo de lógite semelhante, considerando a probabilidade de o jovem ser um estudante de curso superior público ou de curso superior particular. Em todos os casos, o fato de ser negro reduz significativamente a probabilidade de o jovem ser um estudante universitário, e o fato de ser amarelo aumenta essa probabilidade. Cabe ressaltar que as estimativas de parâmetros apresentadas na tabela 3 apenas refletem as diferenças entre as porcentagens apresentadas nas três últimas linhas da tabela 2.

A tabela 4 mostra os resultados obtidos utilizando todas as variáveis explanatórias relacionadas na seção 2. Agora a estimativa do coeficiente indica o efeito de cada variável mantidas fixas as demais variáveis explanatórias incluídas no modelo.

Considere-se, inicialmente, o modelo para a probabilidade de o jovem ser um estudante universitário (em curso particular ou público). O coeficiente c referente à qualidade do ajustamento desse modelo é igual a 0,825. Verifica-se que a RDPC, a escolaridade do pai e, principalmente, a da mãe, afetam positivamente a variável dependente. A tabela 2 mostra que, em média, essas 3 variáveis explanatórias são mais altas para os amarelos e mais baixas para os negros, em comparação com os brancos. Pode-se, entender, então, porque os coeficientes para “negro” e “amarelo” na primeira coluna da tabela 3 são, em valor absoluto, substancialmente mais altos do que na primeira coluna da tabela 4. Na tabela 3 esses coeficientes incluem todos os efeitos indiretos decorrentes da associação da cor com outras variáveis explanatórias, particularmente a RDPC e as escolaridades do pai e da mãe.

Tabela 4. Modelo de lógite para a probabilidade de um jovem de 18 a 30 anos, com pelo menos 11 anos de escolaridade e com pai e mãe no domicílio, ser estudante de curso superior ou de curso superior público. Brasil, 2006.

Variável explanatória	Curso superior			Curso superior público		
	Estimativa do parâmetro	Estimativa do desvio padrão	Prob. caudal ⁽¹⁾	Estimativa do parâmetro	Estimativa do desvio padrão	Prob. caudal ⁽¹⁾
Constante	-10,8577	1,1050	*	-11,0158	1,7925	*
Área rural	0,0106	0,1021	91,8%	0,2549	0,1501	8,9%
Sexo feminino	0,5533	0,0426	*	0,1349	0,0632	3,3%
Escolaridade do pai	0,0521	0,0058	*	0,0595	0,0088	*
Escolaridade da mãe	0,0904	0,0060	*	0,0971	0,0091	*
Idade	0,6961	0,0956	*	0,6775	0,1574	*
Idade ao quadrado	-0,0157	0,0021	*	-0,0156	0,0034	*
RDPC ⁽²⁾ (200; 300]	0,4942	0,1112	*	0,1804	0,1656	27,6%
(300; 400]	0,7668	0,1102	*	0,3949	0,1649	1,7%
(400; 500]	0,9000	0,1131	*	0,3484	0,1730	4,4%
(500; 700]	1,2792	0,1089	*	0,4539	0,1644	0,58%
(700; 1000]	1,5032	0,1122	*	0,5846	0,1674	*
(1000; 2000]	2,0175	0,1168	*	0,5482	0,1725	0,15%
>2000	2,4255	0,1436	*	0,1075	0,1980	58,7%
Pessoas/domic.	-0,1229	0,0182	*	-0,0923	0,0282	0,11%
Telefone celular	0,3063	0,0818	*	0,2928	0,1397	3,6%
Telefone fixo	0,4876	0,0651	*	0,1498	0,1006	13,6%
Máq. de lavar roupa	0,1719	0,0531	0,12%	0,1707	0,0841	4,2%
Região ⁽³⁾ Norte	0,0533	0,1048	61,1%	0,1648	0,1280	19,8%
MG+ES+RJ	-0,1498	0,0702	3,3%	-0,5927	0,0957	*
SP	-0,6092	0,0711	*	-1,3711	0,1073	*
Sul	-0,2453	0,0790	0,19%	-0,6540	0,1091	*
Centro-Oeste	0,1442	0,0940	12,5%	-0,3284	0,1270	0,97%
Negro	-0,3216	0,0489	*	-0,1953	0,0749	0,92%
Amarelo	0,2619	0,2163	22,6%	0,8788	0,2477	*

⁽¹⁾ Probabilidade caudal do teste da hipótese de nulidade do parâmetro. O asterisco assinala os casos em que essa probabilidade é inferior a 0,1%.

⁽²⁾ Renda domiciliar per capita, em reais de setembro de 2006. A base é o estrato com RDPC igual ou menor do que R\$ 200.

⁽³⁾ A região Nordeste é adotada como base.

A renda domiciliar é, reconhecidamente, uma variável muito sujeita a erros de declaração, sendo usualmente subestimada. Em função disso, foram incluídas as variáveis para presença, no domicílio, de telefone celular, telefone fixo e máquina de lavar roupa. Essas variáveis constituem *proxies* para o nível de vida da família e, de acordo com o esperado, os respectivos coeficientes são positivos.

A análise mostra a grande importância das características do domicílio (com destaque para o nível de renda e a escolaridade dos pais) como condicionantes da probabilidade do
Agenda Social. V.4, nº3, set-dez / 2010, p. 01-19, ISSN 1981-9862

jovem ser um estudante de ensino superior. É sabido que as famílias que podem arcar com os custos, matriculam os filhos em escolas particulares de ensino fundamental (1º grau) e médio (2º grau), geralmente com melhor qualidade de ensino do que as escolas públicas. Famílias relativamente ricas podem, ainda, suportar os custos de um curso preparatório para o vestibular. Para que os jovens de famílias relativamente pobres tivessem pelo menos probabilidade semelhante de atingir o ensino superior (3º grau), seria fundamental melhorar a qualidade do ensino público (e gratuito) de primeiro e segundo grau. O problema, na prática, é que fazer isso é bem mais difícil do que criar cotas para negros no ensino superior.

Verifica-se, na tabela 4, que ser do sexo feminino contribui significativamente para aumentar a probabilidade de o jovem ser um estudante universitário.

O efeito do número de pessoas no domicílio é negativo e estatisticamente significativo, analogamente ao resultado obtido em trabalho de Hasenbalg e Silva (1999), que analisa o acesso à escola de crianças de 7 a 14 anos de idade.

De acordo com o modelo adotado, admite-se que o valor de y_i , definido na expressão (2), varia em função da idade do jovem conforme um arco de parábola. Com base nos coeficientes estimados, verifica-se que a idade associada ao ponto de máximo da parábola (e valor máximo para a probabilidade de o jovem ser um estudante universitário) é 22,2 anos.

Quando se estima um modelo de lógite incluindo apenas as 5 variáveis binárias que distinguem as 6 regiões, não se constata diferença significativa entre o Norte e o Nordeste, e os coeficientes referentes às demais regiões indicam que a probabilidade de o jovem ser estudante universitário é maior do que no Nordeste, especialmente no Sul e no Centro-Oeste. Os coeficientes apresentados na primeira coluna da tabela 4 são muito diferentes, com valor negativo e estatisticamente significativo (ao nível de 5%) para os coeficientes associados a MG + ES + RJ, SP e Sul. Em parte isso pode ser devido a uma correção “excessiva” associada à RDPC, pois foram usados os mesmos estratos de RDPC para todas as regiões, sem levar em consideração as diferenças de custo de vida.

Nas três últimas colunas da tabela 4 estão os resultados obtidos para o modelo em que a variável dependente é a probabilidade de o jovem ser estudante de curso superior público. A qualidade de ajustamento é um pouco pior do que no modelo anterior, com $c = 0,749$.

Ser do sexo feminino continua com efeito positivo, embora mais fraco.

A escolaridade do pai e, especialmente, a da mãe tem efeito altamente significativo sobre a probabilidade de o jovem ser estudante de curso superior público.

É notório que as variáveis associadas ao nível de renda (incluindo as *proxies* para nível de vida) perdem importância, em comparação com a equação estimada para a probabilidade de o jovem se tornar estudante de ensino superior público ou particular.

Também perde importância o efeito de ser negro, embora continue negativo e estatisticamente significativo. O efeito de ser amarelo é mais intenso e se torna estatisticamente significativo.

Desnecessário dizer que o efeito das variáveis binárias que distinguem os 8 níveis de RDPC se mostra especialmente importante quando se ajusta um modelo no qual a variável dependente é a probabilidade de o jovem ser aluno de universidade particular.⁴

Utilizando os dados da amostra A (16.789 observações), foi estimado um modelo para a probabilidade de o jovem ter ultrapassado os 11 anos de escolaridade (incluindo os casos em que ele já deixou de ser estudante). Os resultados obtidos são semelhantes aos apresentados nas primeiras colunas da tabela 4, com qualidade do ajustamento um pouco melhor ($c = 0,845$).

Em análises estatísticas desse tipo, nas quais se mostra que há um efeito negativo associado ao fato de ser negro, mesmo depois de controlado o efeito de outros fatores, como RDPC e escolaridade dos pais, é usual interpretar o coeficiente negativo como indicador da “discriminação” contra os negros. Mas é necessário cuidado na interpretação de tais resultados. Para a análise desenvolvida neste artigo, referente à probabilidade de um jovem se tornar um estudante universitário, se entendermos que “discriminação” inclui todos os efeitos, ao longo da história, da forma como os negros foram integrados à sociedade brasileira, devemos considerar inclusive os efeitos associados à pobreza e baixa escolaridade dos pais dos jovens negros. Então o indicador de “discriminação” seria o coeficiente para negros na equação que considera apenas as variáveis binárias para as categorias de cor, apresentada na tabela 3, e não o coeficiente correspondente na equação completa apresentada na tabela 4. Em qualquer caso, parece inapropriado associar o coeficiente negativo ao conceito de “discriminação racial”, *stricto sensu*, pois o coeficiente positivo para amarelos teria que ser considerado como um indicador de “discriminação” a favor dessa categoria de cor. Esse tema será retomado na seção final deste artigo, após analisar os dados para o Estado de São Paulo.

⁴ Têm crescido, desde 2005, o número de bolsas (parciais ou integrais) fornecidas pelo ProUni (Programa Universidade para Todos) para que jovens de famílias relativamente pobres possam se matricular em cursos de nível superior da rede particular. Seria interessante pesquisar em que medida essas bolsas reduziram a importância da RDPC como condicionante do acesso dos jovens ao ensino superior particular.

4. Resultados para o Estado de São Paulo

Como um dos objetivos da pesquisa é analisar o efeito de o jovem ser amarelo, considerou-se conveniente focalizar a análise no Estado de São Paulo, onde é bem maior a participação dessa categoria de cor na população⁵.

Dos microdados da PNAD de 2006 foi extraído um conjunto de 10.081 jovens de 18 a 30 anos residentes no Estado de São Paulo, excluídos os sem declaração da RDPC, da escolaridade ou da cor, e os indígenas. Desses jovens destacam-se os 3.857 que são “filhos” em domicílios com a presença do cônjuge da pessoa de referência, excluindo os casos em que não há informação sobre a escolaridade dessas pessoas. Em seguida, desses jovens destacam-se os 2.882 com pelo menos 11 anos de escolaridade, que constituem a amostra A. Finalmente, excluindo os que são alunos de pós-graduação, completaram o mestrado ou doutorado e os que têm pelo menos 15 anos de escolaridade e deixaram de ser estudantes, obtém-se a amostra B, com 2.554 observações.

A tabela 5 mostra como, na amostra B para SP, a porcentagem dos jovens que são estudantes de curso superior particular ou público varia com o nível de RDPC. Observa-se que, quase sempre, a porcentagem cresce com o nível de renda. Da mesma maneira que foi constatado para o Brasil todo, o crescimento da porcentagem é mais intenso para estudantes de universidades particulares do que para estudantes de universidades públicas.

Tabela 5. Proporção de jovens de 18 a 30 anos, com pelo menos 11 anos de escolaridade e com pai e mãe no domicílio, que são estudantes de curso superior, conforme estratos de renda domiciliar per capita. Estado de São Paulo, 2006.

Estratos de renda domiciliar per capita (R\$ de set./2006)	Número de jovens	% que é estudante de curso superior		
		Particular	Público	Total
Até 200	144.509	2,38	0,60	2,98
Mais de 200 a 300	280.732	7,70	2,14	9,85
Mais de 300 a 400	331.680	9,13	2,09	11,22
Mais de 400 a 500	279.940	16,62	2,16	18,79
Mais de 500 a 700	375.617	28,53	3,65	32,18
Mais de 700 a 1000	334.146	29,47	5,41	34,88
Mais de 1000 a 2000	336.822	47,75	10,46	58,21
Mais de 2000	122.612	62,74	7,03	69,77
Total	2.206.058	24,72	4,33	29,05

Fonte: PNAD de 2006.

⁵ É verdade que a escolha do estado de São Paulo também está associada ao fato de o autor ter sempre residido nessa unidade da federação, lecionando na Universidade de São Paulo e na Universidade de Campinas.

A tabela 6 mostra várias características da população analisada, conforme as quatro categorias de cor. Utilizando os fatores de expansão da amostra fornecidos pelo IBGE, verifica-se que nessa população 72,2% são brancos, 22,0% são pardos, 4,1% são pretos e 1,7% são amarelos. Note-se que a proporção de amarelos no Estado de São Paulo supera o dobro da observada na população correspondente para todo o Brasil. Da mesma maneira que foi observado para o Brasil como um todo, as idades médias são muito semelhantes e as variáveis associadas ao nível de vida da família são substancialmente mais altas para os amarelos e mais baixas para os pretos e pardos. A média da RDPC é muito semelhante para pretos e pardos, é 57% mais elevada para os brancos e 173% mais elevada para os amarelos. As três últimas linhas da tabela mostram como a porcentagem de jovens que é estudante de curso superior particular ou público varia com a cor. Na linha para “particular ou público”, a porcentagem para pretos ou pardos tem valor próximo à metade da porcentagem para brancos; por outro lado, a porcentagem para amarelos é quase o dobro da porcentagem para brancos. No caso dos cursos públicos, a porcentagem para amarelos é mais de 4 vezes maior do que a porcentagem para brancos.

Tabela 6. Características dos jovens de 18 a 30 anos, com pelo menos 11 anos de escolaridade e com pai e mãe no domicílio, conforme sua cor. Estado de São Paulo, 2006.

Estatística	Todos	Branco	Pretos	Pardos	Amarelos
Pessoas na amostra	2.554	1.846	105	560	43
Pessoas na população (1000)	2.206	1.592	91	486	37
% do sexo feminino	48,53	48,12	48,66	50,36	41,85
% em domicílio rural	3,95	3,78	2,86	5,01	0
% em domicílio com					
telefone fixo	86,28	87,17	78,12	83,84	100,00
telefone celular	87,97	89,38	80,06	84,08	97,72
máquina de lavar	74,78	78,41	62,91	63,15	100,00
Idade média (anos)	22,3	22,2	22,9	22,4	23,0
Escolaridade média	4,6	11,6	11,2	11,2	12,5
RDPC ⁽¹⁾ média	776,3	864,3	495,3	495,8	1.354,0
Nº médio pessoas/domicílio	4,62	4,52	5,03	4,91	4,35
Escolaridade média do pai	7,7	8,2	5,7	6,0	11,1
Escolaridade média da mãe	7,6	8,1	5,7	6,0	11,4
% que é estudante de ens. superior					
particular	24,72	27,59	9,51	16,83	41,95
público	4,33	4,70	3,82	1,96	20,76
particular ou público	29,05	32,29	13,33	18,78	62,71

Fonte: PNAD de 2006.

⁽¹⁾ Renda domiciliar per capita, em reais de setembro de 2006.

A tabela 7 mostra as estimativas dos parâmetros e dos respectivos desvios padrões de modelos de lógite para a probabilidade de um jovem residente em SP ser um estudante de ensino superior (público ou particular), considerando apenas a sua cor como variável explanatória. Em todos os casos, o fato de ser negro reduz a probabilidade de o jovem ser um estudante universitário, e o fato de ser amarelo aumenta significativamente essa probabilidade (adotando o nível de significância de 5%). Da mesma maneira que foi observado para o Brasil como um todo (ver tabela 3), o efeito de ser amarelo é particularmente intenso na probabilidade de ser estudante de universidade *pública*.

Tabela 7. Modelo de lógite para efeito da cor na probabilidade de um jovem de 18 a 30 anos, com pelo menos 11 anos de escolaridade e com pai e mãe no domicílio, ser estudante de curso superior, curso superior público ou curso superior particular. Estado de São Paulo, 2006.

Variável explanatória	Curso superior		Curso superior público		Curso superior particular	
	Estimativa do parâmetro	Estimativa do desvio padrão	Estimativa do parâmetro	Estimativa do desvio padrão	Estimativa do parâmetro	Estimativa do desvio padrão
Constante	-0,7406 ⁽¹⁾	0,0498	-3,0104 ⁽¹⁾	0,1101	-0,9648 ⁽¹⁾	0,0521
Negro	-0,7809 ⁽¹⁾	0,1125	-0,7599 ⁽²⁾	0,2831	-0,7181 ⁽¹⁾	0,1185
Amarelo	1,2606 ⁽¹⁾	0,3182	1,6711 ⁽¹⁾	0,3905	0,6401 ⁽³⁾	0,3123

⁽¹⁾ Probabilidade caudal do teste da hipótese de nulidade inferior a 0,01%.

⁽²⁾ Probabilidade caudal igual a 0,73%.

⁽³⁾ Probabilidade caudal igual a 4,0%.

Nas primeiras colunas da tabela 8 estão os resultados obtidos com o modelo de lógite para a probabilidade de o jovem de SP ser um estudante de curso superior, considerando todas as variáveis explanatórias relacionadas na seção 2. O coeficiente *c* de qualidade do ajustamento é igual a 0,811. Observa-se, novamente, o efeito positivo de “sexo feminino”, do nível da RDPC, da escolaridade do pai e, mais ainda, da escolaridade da mãe. O efeito de ser negro é negativo, mas não é mais estatisticamente significativo após a introdução das demais variáveis explanatórias. O valor absoluto do coeficiente para “amarelo” também é mais baixo do que o valor correspondente na tabela 8, mas permanece estatisticamente significativo ao nível de 5%. De acordo com a equação estimada, a probabilidade de o jovem ser um estudante de curso superior é maximizada aos 22,1 anos de idade.

Tabela 8. Modelo de lógite para a probabilidade de um jovem de 18 a 30 anos, com pelo menos 11 anos de escolaridade e com pai e mãe no domicílio, ser estudante de curso superior ou de curso superior público. Estado de São Paulo, 2006.

Variável explanatória	Curso superior			Curso superior público		
	Estimativa do parâmetro	Estimativa do desvio padrão	Prob. caudal ⁽¹⁾	Estimativa do parâmetro	Estimativa do desvio padrão	Prob. caudal ⁽¹⁾
Constante	-17,3588	2,8296	*	-20,7549	6,2783	*
Área rural	-0,8240	0,4584	7,2%	-(⁴)	-	-
Sexo feminino	0,5057	0,1043	*	0,2149	0,2059	29,7%
Escolaridade do pai	0,0478	0,0141	*	0,0707	0,0284	1,3%
Escolaridade da mãe	0,0880	0,0153	*	0,1167	0,0308	*
Idade	1,1511	0,2440	*	1,2172	0,5481	2,6%
Idade ao quadrado	-0,0260	0,0053	*	-0,0271	0,0121	2,5%
RDPC ⁽²⁾ (200; 300]	1,2019	0,4977	1,6%	1,1880	1,0758	26,9%
(300; 400]	1,1920	0,4897	1,5%	0,9136	1,0693	39,3%
(400; 500]	1,6492	0,4862	*	0,7079	1,0832	51,3%
(500; 700]	2,1706	0,4780	*	0,8847	1,0501	40,0%
(700; 1000]	2,1442	0,4829	*	0,9828	1,0517	35,0%
(1000; 2000]	2,7111	0,4861	*	1,1086	1,0520	29,2%
>2000	2,9305	0,5164	*	0,2681	1,1020	80,8%
Pessoas/domic.	-0,1028	0,0482	3,3%	-0,0666	0,1074	53,5%
Telefone celular	0,4367	0,2130	4,0%	0,7516	0,6106	21,8%
Telefone fixo	0,5836	0,2183	0,75%	0,0955	0,4952	84,7%
Máq. de lavar roupa	0,1695	0,1564	27,8%	1,0466	0,4964	3,5%
Negro	-0,0736	0,1303	57,2%	-0,1327	0,3009	65,9%
Amarelo	0,7815	0,3656	3,3%	1,0635	0,4272	1,3%

⁽¹⁾ Probabilidade caudal do teste da hipótese de nulidade do parâmetro. O asterisco assinala os casos em que essa probabilidade é inferior a 0,1%.

⁽²⁾ Renda domiciliar per capita, em reais de setembro de 2006. A base é o estrato com RDPC igual ou menor do que R\$ 200.

⁽³⁾ A região Nordeste é adotada como base.

⁽⁴⁾ A variável binária para distinguir “área rural” foi excluída desse modelo porque não há, na amostra, nenhum estudante de curso superior público entre os 101 jovens residentes na área rural.

Considerando como variável dependente a probabilidade de o jovem de SP ser estudante de universidade pública, foram obtidos os resultados apresentados nas 3 últimas colunas da tabela 8. O coeficiente *c* de qualidade do ajustamento é igual a 0,789. Muitas variáveis deixam de ter efeito estatisticamente significativo, incluindo todas as binárias referentes aos estratos de RDPC. Mas permanece o efeito positivo e significativo (ao nível de 5%) da escolaridade do pai, da escolaridade da mãe e de “amarelo”.

Cabe ressaltar que o nível de RDPC é uma variável importante na determinação da probabilidade de um jovem de 18 a 30 anos, residente em SP e com pai e mãe no domicílio, completar o ensino médio (ver o Apêndice).

5. Considerações finais

Com base nos dados da PNAD de 2006 verifica-se que, no Brasil, o fato de ser negro (preto ou pardo) reduz a probabilidade de um jovem de 18 a 30 anos que completou o ensino médio se tornar um estudante universitário, mesmo controlando o efeito de diversas outras variáveis, como a RDPC, a escolaridade dos pais, a idade do jovem, o número de pessoas por domicílio e a área e região de residência.

Considere-se como base de comparação um jovem branco no Nordeste, do sexo masculino, com 22 anos de idade, com RDPC de mais de R\$ 300 a R\$ 400, com escolaridade do pai e da mãe igual a 7, em domicílio com 5 pessoas, com telefone celular, telefone fixo e máquina de lavar roupa. Para essa situação hipotética, o modelo apresentado nas primeiras colunas da tabela 4 estima a probabilidade de o jovem ser estudante universitário em 26,5%. Uma pessoa adicional no domicílio reduz essa probabilidade em 2,3 p.p. (pontos percentuais). Um ano adicional na escolaridade do pai ou da mãe aumenta a probabilidade em 1,0 e 1,8 p.p., respectivamente. Ser do sexo feminino aumenta a probabilidade em 12,0 p.p. Cair do 3º para o 1º estrato de renda, ou subir do 3º para o 8º estrato, faz a probabilidade diminuir 12,2 p.p. ou aumentar 38,9 p.p., respectivamente. Ser negro reduz a probabilidade em 5,8 p.p. e ser amarelo aumenta a probabilidade em 5,4 p.p.

Quando se analisa a probabilidade de o jovem ser estudante em universidade *pública*, a RDPC perde grande parte do seu efeito, mas permanecem importantes os efeitos da escolaridade do pai e, principalmente, da escolaridade da mãe. O efeito de ser negro se reduz bastante (mas permanece significativo) e o efeito de ser amarelo aumenta.

A simetria, com sinais opostos, entre o efeito de ser negro e o de ser amarelo mostra o cuidado que é necessário ter na interpretação dos coeficientes. Na medida em que não cabe falar de uma “discriminação” a favor dos amarelos, uma interpretação razoável do coeficiente positivo para cor amarela é a existência de características culturais de valorização do conhecimento e da escolarização que os tornam particularmente aptos a aproveitar a oferta de cursos superiores públicos. Pelo menos em parte, o coeficiente negativo para negros reflete características familiares ou culturais historicamente condicionadas pela forma de sua

inserção na sociedade brasileira e que não são captadas pela escolaridade dos pais ou pelo nível de renda domiciliar per capita. Cabe ressaltar que isso não significa negar a existência de discriminação contra negros no Brasil.

A universidade pública, no Brasil, foi e continua sendo um importante canal de ascensão social para pessoas relativamente pobres. É desejável que esse processo seja reforçado, mas não se pode desprezar o risco de que o uso abusivo desse instrumento para beneficiar determinados grupos sociais acabe por “matar a galinha dos ovos de ouro”.

Bibliografia

HASELBALG, C.; SILVA, N.do V. *Família, cor e acesso á escola no Brasil. In:*

HASENBALG, C.; SILVA, N.V.; LIMA, M. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

HASENBALG, C.; SILVA, N.do V.; LIMA, M. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Libraria, 1999.

HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. IPEA, Rio de Janeiro, jul. 2001 (Texto para Discussão, 807).

KILSZTAJN, S. *et al. Concentração e distribuição do rendimento por raça no Brasil*. Revista de Economia contemporânea, v. 9, n. 2, p. 367-384, maio/ago. 2005.

PASTORE, J.; SILVA, N.do V. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.

SOARES, S.S.D. *O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. IPEA, Brasília, nov. 2000. (Texto para Discussão, 769).

ZUCCHI, J.D.; HOFFMANN, R. *Diferenças de renda associadas à cor: Brasil, 2001*. Pesquisa e Debate, v. 15, n. 1 (25), p. 107-127, jan./jun. 2004.

Apêndice – A probabilidade de o jovem ter completado o ensino médio.

Na PNAD de 2006 tem-se uma amostra de 30.910 jovens com 18 a 30 anos com o pai e a mãe no domicílio e informação sobre escolaridade de ambos. Dentro desse conjunto, há 16.789 que completaram o ensino médio (2^o grau), tornando possível seu ingresso em curso superior.

Para o Estado de São Paulo dispõe-se de uma amostra de 3.857 jovens com 18 a 30 anos com o pai e a mãe no domicílio e informação sobre a escolaridade de ambos. Desses, há 2.882 que completaram o ensino médio.

A tabela A1 mostra, para o Brasil e para SP, a proporção dos jovens com 18 a 30 anos com pai e mãe no domicílio que completou o ensino médio, conforme faixas de renda, levando em consideração o fator de expansão da amostra. A tabela A2 mostra como essa proporção varia com a cor do jovem.

Tabela A1. Proporção de jovens de 18 a 30 anos com o pai e a mãe no domicílio que completaram o ensino médio (2^o grau), conforme estratos de RDPC.

Estratos de RDPC	Brasil		SP	
	Nº de jovens (1000)	% com ensino médio completo	Nº de jovens (1000)	% com ensino médio completo
Até 200	4.188	24,20	351	41,19
Mais de 200 a 300	2.441	46,30	482	59,00
Mais de 300 a 400	1.783	57,95	491	68,39
Mais de 400 a 500	1.234	67,67	399	73,47
Mais de 500 a 700	1.525	76,11	499	81,00
Mais de 700 a 1000	1.229	86,16	445	90,29
Mais de 1000 a 2000	1.250	91,79	452	93,31
Mais de 2000	612	95,32	213	96,32
Total	14.262	55,83	3.330	74,75

Ajustando um modelo de lógite para a probabilidade de um jovem de 18 a 30 anos com pai e mãe no domicílio ter completado o ensino médio, com os dados para o Brasil e utilizando as mesmas variáveis explanatórias da tabela 4, verifica-se que os únicos efeitos não significativos ao nível de 5% são os das regiões Norte e Centro-Oeste e o de cor amarela.

Tabela A2. Proporção de jovens de 18 a 30 anos com pai e mãe no domicílio que completaram o ensino médio (2º grau), conforme sua cor.

Cor	Brasil		SP	
	Nº de jovens (1000)	% com ensino médio completo	Nº de jovens (1000)	% com ensino médio completo
Branco	7.351	67,20	2.371	78,15
Preto	840	45,87	151	61,57
Pardo	5.994	42,88	759	65,69
Amarelo	77	86,14	50	91,22
Total	14.262	55,83	3.330	74,75

O modelo análogo para SP, com as mesmas variáveis explanatórias usadas na tabela 10, mostra efeitos significativos a 1% para a grande maioria das variáveis, excetuando localização rural (probabilidade caudal igual a 54,6%), escolaridade do pai ($p = 12,6\%$), presença de máquina de lavar roupa ($p = 7,2\%$), cor negra ($p = 14,7\%$) e cor amarela ($p = 96,5\%$). Verifica-se que as variáveis relativas ao nível de renda e a escolaridade da mãe têm efeitos muito significativos.

A questão do reconhecimento de títulos de Mestrado e Doutorado provenientes dos países do Mercosul

Valerio de Oliveira Mazzuoli*

Professor e Coordenador do Programa de Mestrado em
Direito Agroambiental da UFMT.
mazzuoli@ufmt.br

RESUMO: O artigo examina o problema do reconhecimento de títulos de Mestrado e Doutorado provenientes dos países do MERCOSUL, cada vez mais crescente no Brasil a partir da proliferação de cursos *stricto sensu* nos demais países do bloco. O estudo conclui que o acordo firmado pelo Brasil no âmbito do MERCOSUL não exclui a exigência de revalidação nacional dos títulos de Mestrado e Doutorado, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Palavras-chave: MERCOSUL; títulos acadêmicos; revalidação nacional; Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

ABSTRACT: This article examines the problem of recognition of Masters and Doctorate titles from the MERCOSUR countries, increasingly growing in Brazil since the proliferation of *stricto sensu* courses in the other MERCOSUR countries. The study concludes that the agreement signed by Brazil in the MERCOSUR does not exclude the requirement for national revalidation of these titles, under the Law of Directives and Bases of Education.

Keywords: MERCOSUL; academic titles; national revalidation, Law of Directives and Bases of Education.

I – INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é estudar a situação jurídica dos títulos de Mestrado e Doutorado obtidos no exterior, em especial nos Estados-partes do MERCOSUL, à luz do *Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades*

* Pós-Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Doutor *summa cum laude* em Direito Internacional pela UFRGS. Mestre em Direito Internacional pela Unesp. Professor nos cursos de graduação e de mestrado em Direito da UFMT. Coordenador do Programa de Mestrado em Direito Agroambiental da UFMT. Professor convidado de Direito Internacional Público e Direito Constitucional Internacional nos cursos de Especialização da UFRGS, UEL e PUC-SP. Membro efetivo da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas (ABCD). Advogado e parecerista.

Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL, promulgado no Brasil pelo Decreto nº 5.518, de 23 de agosto de 2005.

Primeiramente, é necessário dizer que o problema do reconhecimento de títulos universitários estrangeiros nos níveis de Mestrado e Doutorado é menos uma questão de Direito Internacional Público que de Direito interno. Em verdade, o problema que se coloca é mais de equívocos interpretativos (da normativa internacional respectiva no âmbito do MERCOSUL) que propriamente de compreensão das normas de Direito interno que regulamentam a matéria.

Neste estudo não adentraremos à questão da proliferação dos cursos de pós-graduação oferecidos por Universidades privadas estrangeiras, de má ou péssima reputação no próprio país de origem (sequer credenciadas nesses mesmos países) ou no cenário internacional. Também não nos ocupará a questão sempre colocada da incompatibilidade de cargas horárias entre o curso ofertado no exterior (v.g., no Paraguai, na Argentina etc.) com os cursos de Mestrado ou Doutorado legalmente reconhecidos e em funcionamento em Universidades brasileiras credenciadas pelo MEC/CAPES.

Tais assuntos são de responsabilidade da Instituição de Ensino Superior (doravante, “IES”) que, no Brasil, receber solicitação de revalidação de tais títulos e que seja capaz de conceder, dentro de seu programa de pós-graduação *stricto sensu*, título de grau equivalente na mesma área de conhecimento. Assim, por exemplo, um título de Doutor em Direito obtido em IES estrangeira só poderá ser revalidado no Brasil por instituição nacional que mantenha um programa de Doutorado em Direito reconhecido pela CAPES, na mesma área de conhecimento do título obtido, e assim por diante no que toca aos demais cursos. Ainda no exemplo, um título de *Doutor em Direito do Estado* obtido em instituição argentina (pública ou privada) e revalidado no Brasil pela Faculdade de Direito da USP (que mantém em seu curso de pós-graduação *stricto sensu* curso de Doutorado em Direito do Estado e, portanto, tem competência para a emissão de título de grau equivalente na mesma área de conhecimento) é plenamente válido e deve ser aceito *incontinenti* pela IES respectiva para que um docente Assistente obtenha a progressão funcional para a classe de Adjunto etc.

Os trâmites internos, porém, que as IES adotam para revalidar títulos estrangeiros (e os motivos de eventuais recusas dessas Instituições em revalidarem títulos de algumas universidades estrangeiras) fogem por completo ao objeto deste estudo. Aqui pretendemos demonstrar apenas a total impossibilidade de uma IES nacional (v.g., a Universidade

Federal de Mato Grosso) reconhecer um título universitário estrangeiro (seja para quais finalidades forem, como progressão funcional, aumento de remuneração etc.) sem a *anterior* revalidação de tal título por IES nacional (credenciada pela CAPES) que conceda título equivalente na mesma área de conhecimento.

II – O MERCOSUL E O ACORDO DE ADMISSÃO DE TÍTULOS

Firmou-se entre os Estados-partes do MERCOSUL o *Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL*,¹ internalizado no Brasil pelo Decreto nº 5.518, de 23 de agosto de 2005.

A partir da promulgação desse *Acordo* no Brasil, muitos interessados em realizar seus cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) começaram a se deslocar para várias Universidades de países-membros do MERCOSUL, em especial paraguaias e argentinas, cujo “método” de ensino mostrou-se extremamente atraente, a permitir a conclusão de cursos de Mestrado em até 18 meses e de Doutorado em até 24 meses, ao contrário do que ocorre no Brasil, cujos períodos regulares exigem participação em extensa carga presencial, que completam semestres letivos inteiros e períodos médios de conclusão de 24 a 48 meses para os cursos de Mestrado e Doutorado, respectivamente. Essas são, precisamente, as observações de Edith Romano, Diretora de Assuntos Pedagógicos (PROEG) da Universidade Federal de Roraima (cf. ROMANO, 2009).

No entanto, referido *Acordo* tem sido mais citado do que efetivamente estudado e compreendido. Como verificaremos abaixo, o *Acordo* de que se trata versa o caso dos pesquisadores que obtiveram seus títulos *em algum dos países-membros do MERCOSUL* (Paraguai, Argentina e Uruguai) e queiram exercer atividades de docência e pesquisa *temporariamente* no Brasil, “devendo o reconhecimento de títulos *para qualquer outro efeito que não o ali estabelecido*, reger-se pelas normas específicas dos Estados Partes” (art. 5º) [grifo nosso].

O citado *Acordo* não trata, em hipótese alguma, da situação de um brasileiro que obtém um título de Mestrado ou Doutorado no exterior e pretende exercer os direitos que

1. Cf. o texto integral do *Acordo* no Anexo deste trabalho.

tal título lhe confere em território brasileiro. Para esse último caso, somente a revalidação do título, nos termos da Lei nº 9.394/96 (lei de diretrizes e bases da educação), é que lhe concederá o direito de atuar como *mestre* ou como *doutor* no Brasil, notadamente no ambiente universitário do qual faz parte. Portanto, o que o *Acordo* faz (como se depreende do seu segundo *considerando*) é tão-somente facilitar o “*intercâmbio acadêmico* entre as instituições de ensino superior da Região” para “a melhoria da formação e da capacitação científica, tecnológica e cultural e para a modernização dos Estados Partes”, não versando o caso (repita-se) daqueles brasileiros que obtêm seus títulos em algum dos Estados-partes do MERCOSUL e pretendem exercer *em seu próprio país* (ou seja, no Brasil) os direitos que tal título lhe confere no país em que foi expedido.

Nesse exato sentido se manifestou o órgão que, no MERCOSUL, tem competência para a regulamentação de convênios internacionais desse tipo: o *Conselho do Mercado Comum*, na sua XXXVIII reunião, realizada em Montevideu em 7 de dezembro de 2009. A este órgão incumbe “a condução política do processo de integração e a tomada de decisões *para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção* e para lograr a constituição final do mercado comum” [grifo nosso] (MAZZUOLI, 2009: 588-589). Assim, na Decisão nº 29/2009² (que, segundo ela própria, deverá “ser incorporada ao ordenamento jurídico interno dos Estados Partes antes de 01/VII/2010”) ficou expressamente estabelecido que “a admissão de títulos e graus acadêmicos, para os fins do Acordo, *não se aplica aos nacionais do país onde sejam realizadas as atividades de docência e pesquisa*”, nos termos do seu art. 2º.

A partir dessa Decisão do MERCOSUL a CAPES disponibilizou a seguinte informação em sua *home page*:

“MERCOSUL: Admissão de diplomas tem nova regulamentação. Apenas estrangeiros que venham lecionar no Brasil terão o benefício da admissão de títulos e graus acadêmicos obtidos em países partes do MERCOSUL. Essa é uma das decisões da reunião do Conselho Mercado Comum (CMC), realizada neste mês (dezembro), em Montevideu, Uruguai.

Durante o encontro, foi aprovada a Decisão 29/09, que aprova a regulamentação do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Acadêmicos para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL.

Com essa regulamentação, o acordo somente terá efeito para estrangeiros provenientes dos demais países do Bloco, que

2. V. o texto integral no Anexo II deste trabalho.

venham a lecionar no Brasil. *Os brasileiros não poderão se valer desse acordo.*

O artigo 2º, denominado ‘Da Nacionalidade’, trata do tema e explica que ‘a admissão de títulos e graus acadêmicos, para os fins do Acordo, não se aplica aos nacionais do país onde sejam realizadas as atividades de docência e de pesquisa’.

Ainda sobre o assunto a Capes esclarece:

1. A Capes não é responsável pelo reconhecimento dos diplomas estrangeiros;

2. Para ter validade no Brasil, o diploma concedido por estudos realizados no exterior deve ser submetido ao reconhecimento por universidade brasileira que possua curso de pós-graduação avaliado e reconhecido pela Capes. O curso deve ser na mesma área do conhecimento e em nível de titulação equivalente ou superior (art. 48, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação);

3. Estudantes que se afastam do Brasil para cursarem mestrado ou doutorado no exterior com bolsas concedidas pela própria Capes e outras agências brasileiras também passam pelo mesmo processo de reconhecimento;

4. A Capes alerta, ainda, que tem sido ampla a divulgação de material publicitário por empresas captadoras de estudantes brasileiros para cursos de pós-graduação modulares ofertados em períodos sucessivos de férias, e mesmo em fins de semana, nos Territórios dos demais Estados Parte do MERCOSUL. A despeito do que é sustentado pelas operadoras deste comércio, *a validade no Brasil dos diplomas obtidos em tais cursos está condicionada ao reconhecimento, na forma do artigo 48, da LDB;*

5. Com o *Acordo de Admissão de Títulos e Graus Acadêmicos para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL*, aprovado em Montevidéu, Uruguai, *apenas estrangeiros que venham lecionar no Brasil terão o benefício da admissão de títulos e graus acadêmicos obtidos em países partes do MERCOSUL;*

6. *Especial cautela há de ser tomada pelos dirigentes de instituições públicas, não apenas no sentido de exigir o reconhecimento dos eventuais títulos apresentados por brasileiros, mas, também de evitar o investimento de recursos públicos na autorização de servidores públicos para cursarem tais cursos quando verificado o potencial risco de não reconhecimento posterior do respectivo título;*

7. *A Capes entende que quem sustenta a validade automática no Brasil dos diplomas de pós-graduação obtidos nos demais países integrantes do MERCOSUL, despreza a Decisão 29/09, do CMC, o preceito dos artigos segundo e quinto do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL promulgado pelo Decreto nº 5.518, de 2005 e a Orientação do MEC consubstanciada no Parecer CNE/CES nº 106, de 2007, praticando, portanto, PUBLICIDADE ENGANOSA”.*³

3. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/Mercosul_NOVAS_REGRAS.pdf. Acesso em 30/01.2011.

em:

Essa é a interpretação correta e que deve ser seguida pelas IES no Brasil. Ou seja: o citado *Acordo* não versa, em nenhuma hipótese, o caso dos brasileiros que obtêm seus títulos em algum dos Estados-partes do MERCOSUL e pretendem exercer *em seu próprio país* os direitos eventualmente decorrentes do título, mas do caso estrito e singular dos estrangeiros provenientes dos demais países do Bloco, que venham lecionar no Brasil.

Portanto, qualquer cidadão brasileiro que cursa pós-graduação no exterior (seja ou não em Estados-partes do MERCOSUL) deverá encaminhar seu diploma para revalidação em IES nacionais, desde que cumpram com as exigências do Conselho Nacional de Educação e da CAPES, conforme o art. 4º da Resolução do CNE-CES nº 1/2001, que assim dispõe:

“Os diplomas de conclusão de cursos de pós-graduação *stricto sensu* obtidos de instituições de ensino superior estrangeiras, para terem validade nacional, *devem ser reconhecidos e registrados por universidades brasileiras que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior ou em área afim*” [grifo nosso].

É equívoco corrente considerar que os títulos obtidos em países do MERCOSUL não necessitam de revalidação nacional para surtirem efeitos no Brasil. O que fez o referido *Acordo* foi regular “parcerias multinacionais” obrigatoriamente *de caráter temporário* e a título de *intercâmbio* acadêmico, nada mais. A admissão do título para o exercício de atividades de docência e pesquisa, obtido por estrangeiros em caráter temporário no País, não implica a sua validação ou reconhecimento, e não legitima o exercício permanente de atividades acadêmicas ou profissionais, para as quais se exige o reconhecimento e a validação do título.

Portanto, o *Acordo* citado não aboliu a revalidação ou o reconhecimento, de que tratam os §§ 2º e 3º, do artigo 48, da Lei nº 9.394/96, que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, no que tange aos diplomas e títulos de graduação e pós-graduação conferidos pelas instituições dos três outros Estados-partes do MERCOSUL. São os seguintes os citados dispositivos legais:

“Art. 48.

(...)

§ 2º. Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-

se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação [grifo nosso].

§ 3º. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras *só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior*” [grifo nosso].

Não há qualquer incompatibilidade entre a norma internacional e a lei interna respectiva, uma vez que ambas versam assuntos totalmente diferentes, não se fazendo presente qualquer caso de conflito entre tratado e leis internas (sobre esse assunto, v. MAZZUOLI, 2009: 332-343 e MAZZUOLI, 2002: 15-29). Desse modo, o título universitário obtido por brasileiros nos Estados-partes do MERCOSUL exige revalidação por universidade brasileira que possua o mesmo curso para o qual se pretende o reconhecimento, em conformidade com a legislação brasileira, em especial a Lei nº 9.394/96.

Nas IES brasileiras, as *Pró-Reitorias de Ensino de Pós-Graduação* são a instâncias responsáveis pelo recebimento e encaminhamento de todas as ações pertinentes à pós-graduação, seja *lato* ou *stricto sensu*. Referidas Pró-Reitorias atendem propostas de convênios nos termos das regras universitárias, que não prevêm o estabelecimento de parcerias com instituições estrangeiras para ministrar pós-graduação em território nacional (modalidade esta proibida terminantemente pelo MEC). As decisões desses órgãos universitários homologadas pelas instâncias competentes têm força normativa interna na IES respectiva dada sua autonomia administrativa. Assim, suas manifestações devem ser respeitadas. Estão corretas todas as manifestações das Pró-Reitorias de Ensino de Pós-Graduação que indeferem o aceite de títulos obtidos no exterior em violação à legislação vigente no país, o que seria (em sentido contrário) atentar contra a legalidade das normas que prevêm as diretrizes e bases da educação nacional.

No mesmo sentido, assim se posicionou a CAPES em diversas manifestações homologadas pelo Ministro da Educação:

“Em síntese, as discussões sobre o acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL convergem para o seguinte entendimento:

1. O Decreto Legislativo nº 800 de 23/10/2003, promulgado pelo Decreto nº 5.518 de 23/08/2005, instituiu a admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades de pesquisa e

docência nos Estados Partes do MERCOSUL, para parcerias multinacionais de caráter temporário;

2. A admissão do título para o exercício das atividades de docência e pesquisa, obtidos por estrangeiros em caráter temporário, no País, *não implica a sua validação ou reconhecimento e não legitima o exercício permanente de atividades acadêmicas ou profissionais, para os quais se exige o reconhecimento do título*; [grifo nosso]

3. A admissão do título não é automática e deve ser solicitada a uma Universidade, reconhecida pelo sistema de ensino oficial, que conceda título equivalente, especificando as atividades acadêmicas a serem exercidas, sua duração e instituição receptora;

4. A admissão do título implica:

a) a comprovação da validade jurídica do título no país de origem;

b) a comprovação de que os estudos se desenvolveram, efetivamente, no exterior e não no Brasil;

c) o estabelecimento de correspondência do título ou grau no sistema brasileiro;

d) a verificação da duração mínima, presencial, do curso realizado;

e) a destinação da aplicação do diploma, essencialmente acadêmica e em caráter temporário;

5. A admissão de título obtido nos Estados Partes do MERCOSUL, outorgada por universidade brasileira, somente conferirá direito ao exercício de atividades de docência e pesquisa nas instituições nela referidas e pelo período nela estipulado [o que, evidentemente, não é o caso dos brasileiros que obtêm títulos no exterior e pretendem aplicação no âmbito de suas respectivas IES no Brasil sem prévia revalidação oficial];

6. A validade nacional do título universitário, obtido por brasileiros nos Estados Partes do MERCOSUL, *exige reconhecimento conforme a legislação vigente*” [grifo nosso].⁴

No mesmo sentido encontram-se as informações constantes da página *web* oficial da CAPES, nos seguintes termos:

“Em virtude de inúmeros questionamentos da comunidade, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação esclarece os procedimentos de revalidação no Brasil de títulos de mestrado e doutorado obtidos no exterior:

1. Para terem validade no Brasil, todos os diplomas conferidos por estudos realizados no exterior devem ser submetidos ao reconhecimento por universidade brasileira que possua curso de pós-graduação avaliado e reconhecido pela Capes. O curso deve ser na mesma área do conhecimento e em nível de titulação equivalente ou superior (art. 48, da Lei de Diretrizes e Bases).

4. Cf., por exemplo, os *Pareceres CNE/CES* 106/2007 e 227/2007, de autoria da Conselheira MARÍLIA ANCONA-LOPEZ, homologados por despacho do Ministro da Educação, publicados no *Diário Oficial da União* de 09.07.2007 e 18.01.2008, respectivamente.

2. Os critérios e procedimentos do reconhecimento (revalidação) são definidos pelas próprias universidades, no exercício de sua autonomia técnico-científica e administrativa.
3. *Mesmo os diplomas de mestre e doutor provenientes dos países que integram o Mercosul, estão sujeitos ao reconhecimento. O acordo de admissão de títulos acadêmicos, Decreto nº 5.518, de 23 de agosto de 2005, não dispensa da revalidação/reconhecimento (Art.48,§ 3º,da LDB) os títulos de pós-graduação conferidos em razão de estudos feitos nos demais países membros do Mercosul. (...)*
4. A equivalência de diplomas obtidos no exterior é assunto do âmbito exclusivo das universidades, não cabendo à Capes interferir neste processo” [grifos nossos].⁵

Merece destacar o que sabiamente diz Edith Romano sobre o acertado parecer da CAPES acima transcrito e a situação dos alunos de pós-graduação *stricto sensu* em cursos ofertados no exterior:

“Reafirma-se com este Parecer e com a Resolução que o acompanha a importância de que a decisão de realizar um investimento de tempo, esforço intelectual e recursos financeiros em Curso de Pós-Graduação em instituição universitária não-brasileira, *considere um profundo conhecimento da estrutura curricular do curso que se pretende realizar, a perspectiva de que os estudos sejam integralmente presenciais, realizados no país que emitirá a certificação e a existência, no Brasil, de instituição que ofereça curso de titulação equivalente, com linhas de pesquisa similares, aptos a aceitação dos processos de revalidação e reconhecimento* que, em si, demandam outro período de investimento de tempo e recursos financeiros para seu encaminhamento. E é preciso ainda considerar o risco de, inclusive, dadas especificidades regionais, jamais obter esta desejada revalidação, parâmetro único que possibilitaria, por exemplo, o acesso a determinadas funções do serviço público federal” [grifo nosso] (ROMANO, 2009).

Enfatizamos que os requerentes, assim como qualquer outro aluno brasileiro que curse pós-graduação em qualquer país estrangeiro, poderão encaminhar seus diplomas para revalidação em IES nacionais que sigam os critérios estabelecidos pelo MEC/CAPES. Esta é uma exigência *sine qua non* da legislação brasileira, válida para todos os que tenham cursado Mestrado ou Doutorado em universidades estrangeiras de qualquer país do mundo. Não se faz avaliação de universidade estrangeira. O que se exige é o cumprimento de normas e práticas acadêmicas válidas mesmo para aqueles que saem do país com autorização da IES e com bolsas concedidas pela CAPES, CNPq ou outra instituição

5. Disponível em: <www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/1734>. Acesso em 30/01/2011.

financiadora. Todos devem revalidar seus diplomas, a menos que haja acordos específicos (como os de “dupla láurea”, ainda pouquíssimo aplicados, dada sua complexidade) ou de equiparação.

Muitos têm argumentado que a falta de aceite de títulos no Brasil é decorrência de discriminação com os cursos ofertados em universidades de países vizinhos. Utilizar o argumento da xenofobia é falsear a verdadeira questão. Independentemente disso, esse é um problema que cabe à IES que receber o pedido de revalidação ponderar. O que as IES não podem é “reconhecer” um título estrangeiro (seja para qual finalidade for, como admissão em concurso docente, progressão funcional, aumento remuneratório etc.) sem a prévia revalidação do título por instituição oficial brasileira credenciada pela CAPES. A revalidação de títulos no Brasil é exigida para títulos provenientes de *qualquer país* do mundo, nos termos dos §§ 2º e 3º, do artigo 48, da Lei nº 9.394/96, independentemente da Universidade da qual proveio, seja Yale, Oxford, Harvard, Sorbonne, Heidelberg, Tóquio etc.

No exato sentido de tudo quanto se está a falar neste estudo está a decisão da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 971.962/RS (2007/0178096-5), relator Min. HERMAN BENJAMIN, proferida *por unanimidade* aos 25 de novembro de 2008,⁶ nestes termos:

“Ademais, ressalto que não merece guarida o argumento de que os títulos acadêmicos oriundos de países integrantes do Mercosul prescindem de procedimento de revalidação pelas Universidades públicas.

O Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul, promulgado pelo Decreto Legislativo 5.518/2005, prevê o seguinte:

Artigo Primeiro:

Os Estados partes, por meio de seus organismos competentes, admitirão, unicamente para o exercício de atividades de docência e pesquisa nas instituições de ensino superior do Brasil, nas universidades e institutos superiores no Paraguai, nas instituições universitárias na Argentina e no Uruguai, os títulos de graduação e pós-graduação reconhecidos e credenciados nos Estados Partes, *segundo procedimentos e critérios a serem estabelecidos* para a implementação deste acordo. (grifei).

Fica evidente que o mencionado acordo não afasta a obediência ao processo de revalidação, muito pelo contrário, deixa expressa a necessidade de obediência aos ‘procedimentos e critérios’ próprios.

6. Publicado no *Diário de Justiça*, de 13.03.2009.

Nesse aspecto, concordo com a sentença de 1º grau: ‘enquanto o Acordo não for devidamente regulamentado, vale a exigência de revalidação exigida pelo art. 48 da LDB’ (fl. 843).^[7]

Em caso semelhante, o e. Ministro MAURO CAMPBELL, no julgamento do Recurso Especial 939.880/RS, assim proferiu seu voto:

(...)

Chega-se ao entendimento de que a Convenção não outorga este direito à revalidação ou ao reconhecimento automático pela mera leitura do dispositivo supostamente violado neste recurso especial. Confira-se:

Art. 5º- Os Estados Contratantes se comprometem a adotar as medidas necessárias para tornar efetivo, o quanto antes possível, para efeito de exercício de profissão, o reconhecimento dos diplomas, títulos os graus de educação superior emitidos pelas autoridades competentes de outro dos Estados Contratantes.

Portanto, claro está que *a norma da mencionada Convenção tem conteúdo meramente programático e propõe que os Estados estabeleçam mecanismos, ágeis e tão desburocratizados quanto possível, de reconhecimento de diplomas. Assim, não se pode emprestar a este diploma o caráter cogente que ele não possui.*

Frise-se, ainda, que em nenhuma passagem a Convenção estabelece o reconhecimento imediato de diplomas estrangeiros, sem um procedimento de revalidação.

Não é possível o reconhecimento automático, sem os procedimentos administrativos de revalidação de diploma previstos na Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9.394/96, àqueles estrangeiros provenientes de Estados-parte desta Convenção que tenham tido diplomas expedidos antes da suposta revogação deste tratado. Primeiramente, como dito, pela mera razão de que este corte temporal não existe, face à impossibilidade de revogação de tratado por decreto. E depois, pela singela constatação de que tal diploma não tem o condão de estabelecer o reconhecimento automático e ademais, em nenhum de seus dispositivos traz esta previsão. (REsp. 938880/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL, Segunda Turma, julgado em 23/09/2008, DJe 29/10/2008, grifei)”.

Deve-se ainda ressaltar, por oportuno, que os candidatos a concurso docente das IES brasileiras para cargos que exijam título de Mestre ou Doutor, não poderão ter seus títulos estrangeiros aceitos pela comissão examinadora sem a devida comprovação de revalidação dos mesmos, nos termos da citada Lei nº 9.394/96.

7. Observe-se que o *Acordo* foi finalmente regulamentado pelo *Conselho do Mercado Comum* do MERCOSUL, pela Decisão nº 29/09 (transcrita no Anexo II deste artigo), que veio corroborar expressamente o entendimento dessa jurisprudência.

III – NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO E CREDENCIAMENTO DO CURSO NO PRÓPRIO ESTADO-PARTE ONDE É OFERTADO

Não bastasse a necessidade de qualquer título de Mestrado ou Doutorado obtido no exterior (seja ou não do MERCOSUL) ser revalidado no Brasil – por Instituição de Ensino Superior brasileira legalmente reconhecida e que ofereça curso de titulação equivalente, com linhas de pesquisa similares, para que somente assim conte com efeitos jurídicos no país –, o citado *Acordo de Admissão de Títulos* coloca ainda como condição à revalidação nacional do título a necessidade de serem os cursos de graduação e de pós-graduação respectivos “reconhecidos e credenciados nos Estados Partes” (art. 1º), além de estarem os títulos expedidos “*devidamente validados* pela legislação vigente nos Estados Partes” (art. 3º) [grifos nossos].

É notório o fato de que muitas instituições, que estão a oferecer cursos de Mestrado ou de Doutorado em Estados-partes do MERCOSUL, não têm qualquer tipo de credenciamento e/ou autorização para funcionamento no próprio país de origem, o que impede a IES brasileira (escolhida para a revalidação) levar a cabo o procedimento homologatório.

Assim, incumbe à parte interessada (requerente) fazer prova de que o título que porta provém de IES reconhecida e credenciada no país de origem, condição sem a qual fica prejudicada (também por esse motivo) a revalidação nacional do mesmo.

IV – CONCLUSÃO

Ao cabo desta exposição teórica tem-se por firmadas as seguintes conclusões:

1. O *Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL*, promulgado no Brasil pelo Decreto nº 5.518, de 23 de agosto de 2005, cuida da hipótese de parcerias multinacionais de caráter temporário e para a exclusiva finalidade de intercâmbio acadêmico, que nada tem que ver com o caso dos brasileiros que obtêm títulos de Mestrado ou Doutorado em IES de Estados-partes do MERCOSUL e pretendem aplicá-los de imediato no Brasil sem a anterior revalidação por IES oficial brasileira, nos termos e condições estabelecidos em lei;

2. O citado *Acordo de Admissão de Títulos* não aboliu o procedimento de revalidação ou reconhecimento de que tratam os §§ 2º e 3º, do artigo 48, da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

3. Não há qualquer incompatibilidade ou antinomia entre o referido *Acordo de Admissão de Títulos* e a Lei nº 9.394/69, uma vez que o próprio *Acordo* ressalva a regência dos casos por ele não estabelecidos pelas normas específicas dos Estados-partes (art. 5º);

4. É ilegal o reconhecimento, por parte das IES brasileiras, dos títulos de Mestrado ou Doutorado obtidos de países-membros do MERCOSUL (ou de qualquer outro país do mundo) não instruídos com prova da anterior revalidação do título por IES brasileira credenciada pela CAPES que ofereça em seu programa de pós-graduação curso de Mestrado ou Doutorado na mesma área de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANCONA-LOPEZ, Marília. Pareceres CNE/CES 106/2007 e 227/2007. *Diário Oficial da União* de 09.07.2007 e 18.01.2008.

CAPES. *Mercosul: admissão de diplomas tem nova regulamentação*. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/Mercosul_NOVAS_REGRA_S.pdf>. Acesso em 30/01.2011.

MAZZUOLI, V. O. *Curso de direito internacional público*, 3ª ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: RT, 2009.

_____. O Supremo Tribunal Federal e os conflitos entre tratados internacionais e leis internas. *Revista de Informação Legislativa*, ano 39, n.º 154, Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, abr./jun./2002, p. 15-29.

ROMANO, E. Mestrados e doutorados no exterior: acordos, tratados e processos de revalidação. Disponível em: <<http://www.ufr.br>>. Acesso em: 19.06.09.

A N E X O I

ACORDO DE ADMISSÃO DE TÍTULOS E GRAUS UNIVERSITÁRIOS PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS NOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Os Governos da República da Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, a seguir denominados "Estados Partes", em virtude dos princípios, fins e objetivos do Tratado de Assunção, assinado em março de 1991,

CONSIDERANDO:

Que a educação tem papel central para que o processo de integração regional se consolide;

Que a promoção do desenvolvimento harmônico da Região, nos campos científico e tecnológico, é fundamental para responder aos desafios impostos pela nova realidade sócio-econômica do continente;

Que o intercâmbio de acadêmicos entre as instituições de ensino superior da Região apresenta-se como mecanismo eficaz para a melhoria da formação e da capacitação científica, tecnológica e cultural e para a modernização dos Estados Partes;

Que da ata da X Reunião de Ministros da Educação dos Países Signatários do Tratado do Mercado Comum do Sul, realizada em Buenos Aires, Argentina, no dia vinte de junho de mil novecentos e noventa e seis, constou a recomendação de que se preparasse um Protocolo sobre a admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nas instituições universitárias da Região;

Que a conformação de propostas regionais nessa área deve ser pautada pela preocupação constante em salvaguardar os padrões de qualidade vigentes em cada País e pela busca de mecanismos capazes de assimilar a dinâmica que caracteriza os sistemas educacionais dos Países da Região, que correspondem ao seu contínuo aperfeiçoamento,

ACORDAM:

Artigo Primeiro

Os Estados Partes, por meio de seus organismos competentes, admitirão, unicamente para o exercício de atividades de docência e pesquisa nas instituições de ensino superior no Brasil, nas universidades e institutos superiores no Paraguai, nas instituições universitárias na Argentina e no Uruguai, os títulos de graduação e de pós-graduação reconhecidos e credenciados nos Estados Partes, segundo procedimentos e critérios a serem estabelecidos para a implementação deste Acordo.

Artigo Segundo

Para os fins previstos no presente Acordo, consideram-se títulos de graduação aqueles obtidos em cursos com duração mínima de quatro anos e duas mil e setecentas horas cursadas, e

títulos de pós-graduação tanto os cursos de especialização com carga horária presencial não inferior a trezentas e sessenta horas, quanto os graus acadêmicos de mestrado e doutorado.

Artigo Terceiro

Os títulos de graduação e pós-graduação referidos no artigo anterior deverão estar devidamente validados pela legislação vigente nos Estados Partes.

Artigo Quarto

Para os fins previstos no Artigo Primeiro, os postulantes dos Estados Partes do Mercosul deverão submeter-se às mesmas exigências previstas para os nacionais do Estado Parte em que pretendem exercer atividades acadêmicas.

Artigo Quinto

A admissão outorgada em virtude do estabelecido no Artigo Primeiro deste Acordo somente conferirá direito ao exercício das atividades de docência e pesquisa nas instituições nele referidas, devendo o reconhecimento de títulos para qualquer outro efeito que não o ali estabelecido, reger-se pelas normas específicas dos Estados Partes.

Artigo Sexto

O interessado em solicitar a admissão nos termos previstos no Artigo Primeiro deve apresentar toda a documentação que comprove as condições exigidas no Presente Acordo. Para identificar, no país que concede a admissão, a que título ou grau corresponde a denominação que consta no diploma, poder-se-á requerer a apresentação de documentação complementar devidamente legalizada nos termos da regulamentação a que se refere o Artigo Primeiro.

Artigo Sétimo

Cada Estado Parte se compromete a manter informados os demais sobre quais são as instituições com seus respectivos cursos reconhecidos e credenciados. O Sistema de Informação e Comunicação do Mercosul proporcionará informação sobre as agências credenciadoras dos Países, os critérios de avaliação e os cursos credenciados.

Artigo Oitavo

Em caso de existência, entre os Estados Partes, de acordos ou convênios bilaterais com disposições mais favoráveis sobre a matéria, estes poderão invocar a aplicação daqueles dispositivos que considerarem mais vantajosos.

Artigo Nono

O presente Acordo, celebrado sob o marco do Tratado de Assunção, entrará em vigor, para os dois primeiros Estados que o ratifiquem 30 (trinta) dias após o depósito do segundo instrumento de ratificação. Para os demais signatários, aos trinta dias do depósito respectivo e na ordem em que forem depositadas as ratificações.

Artigo Décimo

O presente Acordo poderá ser revisto de comum acordo, por proposta de um dos Estados Partes.

Artigo Onze

O Governo da República do Paraguai será o depositário do presente Acordo, bem como dos instrumentos de ratificação e enviará cópias devidamente autenticadas dos mesmos aos Governos dos demais Estados Partes. Da mesma forma, notificará a estes a data de depósito dos instrumentos de ratificação e a entrada em vigor do presente Acordo.

Artigo Doze

A reunião de Ministros de Educação emitirá recomendações gerais para a implementação deste Acordo.

Artigo Treze

O presente Acordo substitui o "Protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL", assinado em 11 de junho de 1997, em Assunção e seu Anexo firmado em 15 de dezembro de 1997, em Montevideú.

Feito na cidade de Assunção, capital da República do Paraguai, aos quatorze dias do mês de junho do ano mil novecentos e noventa e nove, em três originais no idioma Espanhol e um no idioma Português, sendo os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Argentina, Guido Di Tella;

Pelo Governo da República Federativa do Brasil, Luiz Felipe Palmeira Lampreia;

Pelo Governo da República do Paraguai, Miguel Abdón Saguier;

Pelo Governo da República Oriental do Uruguai, Didier Operti.

A N E X O II

MERCOSUL/CMC/DEC. N° 29/09

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE ADMISSÃO DE TÍTULOS E GRAUS UNIVERSITÁRIOS PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS NOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e a Decisão N° 04/99 do Conselho do Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que o espírito do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL, celebrado em Assunção em 14 de junho de 1999, ter por finalidade garantir e promover o intercâmbio de professores e pesquisadores, "unicamente para o exercício de atividades de docência e pesquisa nas instituições de ensino superior no Brasil, nas universidades e institutos superiores no Paraguai, nas instituições universitárias na Argentina e no Uruguai",

Que é necessário definir procedimentos e critérios para a implementação do referido Acordo, atendendo ao previsto nos artigos 1° e 12,

Que a definição de tais procedimentos e critérios asseguram a implementação do referido Acordo conforme os parâmetros de qualidade vigentes em cada país.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM

DECIDE:

Art. 1° - Aprovar os "Procedimentos e Critérios para a Implementação do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL", que constam como anexo e fazem parte da presente Decisão.

Art. 2° - Esta Decisão deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico interno dos Estados Partes antes de 01/VII/2010.

XXXVIII CMC - Montevideú, 07/XII/09.

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE ADMISSÃO DE TÍTULOS E GRAUS UNIVERSITÁRIOS PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS NOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Artigo 1

Da Admissibilidade de títulos

1. A admissão de títulos e graus acadêmicos de que trata o Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL, celebrado em Assunção em 14 de junho de 1999, doravante denominado "Acordo", é um instrumento para promover e facilitar o intercâmbio de docentes e pesquisadores nos Estados Partes do MERCOSUL.

2. A admissão somente surtirá efeito após a adoção dos procedimentos descritos neste documento.

3. Somente serão admitidos, para os fins do Acordo, títulos de Graduação e Pós-Graduação, oficialmente reconhecidos pelo país em que foram emitidos.

Artigo 2 Da Nacionalidade

A admissão de títulos e graus acadêmicos, para os fins do Acordo, não se aplica aos nacionais do país onde sejam realizadas as atividades de docência e pesquisa.

Artigo 3 Dos Procedimentos

1. A Admissão será solicitada pelos detentores dos títulos e graus acadêmicos nos órgãos oficiais designados por cada Estado Parte.

2. Os interessados deverão apresentar a documentação requerida devidamente legalizada nos órgãos oficiais designados.

Artigo 4 Do Sistema de Informação

1. Os Estados Partes manterão o Sistema de Informação e Comunicação do Setor Educacional do MERCOSUL (SIC/MERCOSUL) atualizado, com relação:

- a) à legislação vigente para o reconhecimento de diplomas;
- b) aos órgãos responsáveis pela implementação do Acordo;
- c) aos órgãos oficiais designados para efetuar a admissão dos títulos;
- d) às instituições de ensino superior reconhecidas e/ou credenciadas;
- e) aos cursos reconhecidos nos níveis de Graduação e Pós-Graduação.

2. Os Estados Partes terão um prazo de três meses, a partir da entrada em vigência do presente instrumento, para enviar ao SIC/MERCOSUL as informações mencionadas no parágrafo anterior.

Artigo 5 Do Fomento ao Intercâmbio

Os Estados Partes promoverão o intercâmbio acadêmico e científico. Para tanto, informarão anualmente a disponibilidade de programas de fomento, por meio dos órgãos competentes do Setor Educacional do MERCOSUL.

Entre políticas e práticas curriculares, cultura escolar e formação de professores

Maria Cristina dos Santos Peixoto

Professora Associada UENF

mcris@uenf.br

Leny Cristina Soares Souza Azevedo

Professora Adjunta da UFRJ

leny.az@hotmail.com

RESUMO: o artigo reflete sobre uma pesquisa educacional e tem como objetivos debater sobre questões curriculares da formação de professores, buscando resgatar memórias que têm sido tecidas na constituição de ser professor. A proposta metodológica pautada em oficinas pedagógicas deu-se através de vivências estéticas tangenciando o conceito de Arte, enquanto uma linguagem potencializada, capaz de ampliar a consciência humana, sendo apoiada nas categorias: auto-conhecimento e criatividade. Como suporte teórico buscou-se Ostrower (1998), Read (2001) e Vygotsky (2001; 2003). A metodologia orientou-se pela abordagem qualitativa. O corpus da pesquisa realizou-se através: observação; diário de bordo; produção de imagens; registro escrito e fotográfico; questionários. Os resultados foram em direção à ampliação da compreensão do universo da cultura escolar que abrange a formação de professores, articulada às discussões sobre a qualidade educacional, apontando para a necessidade de construir alternativas curriculares para a Educação Básica.

Palavras-chave: cultura escolar; formação de professores; práticas curriculares

ABSTRACT: The article reflects on an educational research and aims to discuss issues of teacher education curriculum, seeking to recover memories that have been woven into the constitution to be a teacher. The methodological approach grounded in pedagogical workshops took place through aesthetic experiences, alluding to the concept of art as a language improved, able to expand human consciousness and is supported in categories: self-knowledge and creativity. As technical support was sought to Ostrower (1998), Read (2001) and Vygotsky (2001, 2003). The methodology was guided by a qualitative approach. The corpus of the research was carried out through: observation; logbook; imaging; written and photographic; questionnaires. The results were toward expanding the understanding of the universe of school culture that includes teacher training, linked to discussions of educational quality, pointing to the need to build alternative curriculum for Basic Education.

Key Words: culture school; teacher training; curricular practices

INTRODUÇÃO

Na atualidade, pensar sobre questões curriculares sobre formação de professores impõe que mergulhemos nos profundos embates e impasses que caracterizam o fazer de educadores e pesquisadores no âmbito da realidade estética e cultural no espaço escolar e na formação docente.

Sendo assim, a comunicação pretende contribuir com reflexões sobre uma pesquisa educacional acerca do tema: “Práticas curriculares, cultura escolar e formação de professores” que foi desenvolvida nos anos de 2008 e 2009, com sessenta jovens do Curso de Formação de Professores, dos 1º e 2º anos do Ensino Médio, do Colégio “João Pessoa”, no município de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Foi realizada em parceria da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Teve como objetivos resgatar os registros, as memórias que têm sido tecidas na constituição de ser professora, além de propor compreender o complexo universo das questões curriculares multiculturais contemporâneas, da cultura escolar que abrange a formação das futuras professoras, articulada às discussões sobre a qualidade educacional e a necessidade de construir alternativas curriculares para a área de arte/educação nos primeiros anos da Educação Básica. Também, tivemos a preocupação de debater sobre questões curriculares a respeito da formação de professores/formadores.

A proposta metodológica pautada em oficinas pedagógicas expressivas deu-se através de vivências estéticas (LARROSA, 2002) ocorrendo uma vez por semana, durante dezesseis meses, tangenciando o conceito de Arte, enquanto uma linguagem potencializada que contribui na constituição do sujeito (VYGOTSKY:1988;2001; 2003) e na ampliação da consciência estética humana.

A investigação foi apoiada nas categorias: criatividade, auto-conhecimento e diversidade cultural com sua inserção nas questões curriculares contemporâneas, cujos percursos investigativos pretenderam estimular a reflexão/vivência sobre a necessidade de novos olhares na constituição da subjetividade de “ser professor”, buscando compreender as formas como os (as) educandos (as) incorporam e percebem através das práticas da cultura que vivenciam e das experiências pedagógicas expressivas o seu processo de formação inicial como futuros professores.

COLÉGIO ESTADUAL “JOÃO PESSOA”/UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO: TRAJETÓRIAS E ENCONTROS

O lócus da pesquisa foi o Colégio Estadual “João Pessoa”, situado à Rua Operário Campista, S/N, Parque São Caetano, na cidade de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Este colégio é órgão integrante da Secretaria de Estado de Educação e, como tal, funciona em conformidade com as metas e programas elaborados pelo Governo do Estado, na forma das legislações Federal e Estadual pertinentes.

No ano de 2004 foi construído, no colégio, um espaço para que um grupo de trabalho composto por consultores de instituições de ensino superior e professores de escolas da Rede Estadual de Ensino, sob a coordenação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pudesse, cooperativamente, elaborar um documento para cada área de conhecimento, dos diferentes níveis e modalidades de ensino: Fundamental (6º ao 9º ano), Ensino Médio, Curso Normal e Educação de Jovens e Adultos.

Sendo assim, a comissão elaborou um documento contendo a Reorientação Curricular para o Curso Normal – Ensino Médio, que depois de anos reabre inscrições para jovens se candidatassem ao magistério do ensino médio, apontando a necessidade de se investir na qualidade da formação e no aperfeiçoamento das condições das escolas para o favorecimento da construção de projetos pedagógicos voltados a uma formação profissional de qualidade.

Este Colégio Estadual, inserido no contexto das políticas públicas da educação no Estado do Rio de Janeiro, vem enfrentando desafios relativos aos graves problemas de rendimento escolar do município de Campos dos Goytacazes, como o demonstrado nos baixos índices obtidos pelo IDEB, de acordo com a tabela:

IDEBs observados em 2005, 2007 e Metas para rede Municipal - Campos dos Goytacazes

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	2,9	4,3	2,9	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
Anos Finais	2,7	3,2	2,7	2,9	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,7

- Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar

Vale lembrar que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 com o objetivo de medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino brasileiro. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do INEP e em taxas de aprovação. Assim, para que o IDEB de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não seja repetente na série e frequente a sala de aula.

Este índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota seis em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

É neste cenário que a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, localizada neste município, vem ao longo 17 anos cumprindo sua missão de crescer, tangenciando suas ações no campo das ciências e das tecnologias de ponta. Tem por objetivo mais relevante atender, efetivamente, a médio e a longo prazo, o desenvolvimento sócioeconômico do País e da Região Norte Fluminense, oportunizando a operacionalização de novas perspectivas nos campos das Ciências, das Artes e das Humanidades. Assim, a UENF tem ampliado seu potencial dialógico, UNIVERSIDADE/SOCIEDADE, no que se refere à produção crítica e contínua de conhecimentos.

Frente ao quadro educacional do município, a Universidade, através de pesquisas nas áreas de formação inicial e continuada de professores, vem se comprometendo em investigar sobre problemas culturais, sociais e educacionais por meio de práticas atuais de pesquisas, caracterizando-se como parceiro em defesa da melhoria do ensino público do município, propondo caminhos investigativos, abrindo espaços de diálogos que permitam dar corpo às reflexões e ações que ora apresentamos.

Nesta ótica, contemplamos nesta comunicação, parte de nossas preocupações sobre a atuação docente e seu processo de profissionalização, trazendo indagações e questionamentos acerca das experiências comuns e divergentes, como também os ideários construídos nas memórias dos alunos do curso de formação de professores sobre a cultura escolar e a construção do saber. Isso exige repensar as práticas curriculares cristalizadas e construídas sobre a docência, o ensino e a aprendizagem, principalmente as concepções ancoradas em tempos e espaços diversos e adversos e que guardam lugares de memórias e histórias.

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ENSINO DE ARTE NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Para compreender este processo de constituição de ser professora, destacamos fazer as leituras do ensino de Arte nas práticas escolares vivenciadas pelas alunas em processo de formação e a análise das possibilidades de aprimoramento das atividades educativas a partir desse ensino, pois essa é uma das propostas do currículo do Curso de Formação de Professores do Ensino Médio.

Indo em direção a este mote, as práticas escolares em Arte, no Curso de Formação de Professores do Ensino Médio, no texto legal, Lei 9394/96, Art 26, 2º, estabelece que o ensino de Arte constitui “*componente curricular obrigatório nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos*”. Por sua vez, os Parâmetros Curriculares Nacionais sobre Arte (1997) partem da compreensão do currículo como algo em processo permanente de construção “*propondo uma agenda afirmativa que possibilite a superação dos entraves ou das omissões identificados nas orientações curriculares anteriores*” (Orientações Curriculares para o Ensino Médio, 2008).

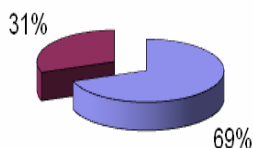
A partir desse olhar é possível perceber que, geralmente, esta área tem focado seus objetivos de forma muito geral, tornando-se uma disciplina pulverizada por tópicos, técnicas, “produtos” artísticos que empobrecem o seu verdadeiro sentido, no que diz respeito aos espaços de ensinar e aprender na Educação Básica. Além disso, quase sempre, as aulas de Arte acontecem por meio de aulas entre disciplinas que, em geral, são consideradas mais “sérias”, não tendo um espaço para as ambiências expressivas, favoráveis à criação.

Educadores que trabalham com Arte, normalmente, apontam problemas enfrentados nos espaços escolares, quanto ao ensino e à aprendizagem, além das dificuldades na organização de atividades em função do tempo exíguo de aulas, a quase inexistência de atividades culturais extra-escolares, a falta de sala de aula adequada, a falta de material específico, além da desarticulação entre os dispositivos legais e prática pedagógica de Arte.

Constatamos este cenário a partir da pesquisa que Santos e Peixoto (2010) desenvolvem sobre “O ensino de arte na formação inicial e continuada de professores em *Agenda Social*. V.4, nº3, set-dez / 2010, p. 38 -53, ISSN 1981-9862

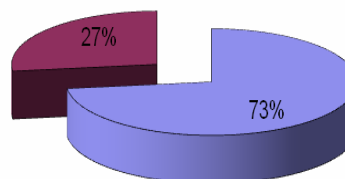
escolas municipais de Campos dos Goytacazes”, RJ- Brasil, em parceria UENF/CNPQ, como comprovado nos gráficos a seguir, mediante a análise às respostas a um questionário.

Já leu livros específicos sobre Arte Educação?



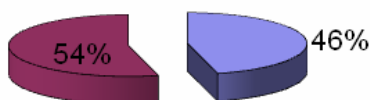
■ Não ■ Sim

Você se acha preparado para trabalhar com Arte no Ensino Fundamental?



■ Não ■ Sim

Você já leu os Parametros Curriculares Nacionais para o Ensino de Arte?



■ Sim ■ Não

O breve recorte da pesquisa reflete as dificuldades/desafios com que a Arte, enquanto área do conhecimento enfrenta, gerando lacunas nas vivências pedagógicas daqueles que se preparam para um adequado desempenho profissional.

Nesta perspectiva, corroborando com este quadro, ainda Peixoto (1999, 2003, 2008) constata o lugar periférico da Arte na instituição-escola, somado ao caráter simplificador/redutor das propostas pedagógicas, que, muitas vezes, não têm colaborado para o rompimento da fragmentação do conhecimento. Também, as práticas em Arte, quase sempre, não têm viabilizado uma aprendizagem estética dotada de sentido e significado, uma vez que as condições materiais e de formação do professores não têm atendido às necessidades atuais apontadas no próprio texto legal.

O quadro de reflexões, apesar dos avanços da Lei 9394/96, revela os desafios enfrentados pela escola e pelo sistema educacional em suas políticas curriculares, decorrentes de questões sociais e econômicas que refletem nas dinâmicas escolares cotidianas, nos instigando a algumas entre tantas perguntas: Frente à proposta da política educacional vigente, o ensino de Arte tem correspondido aos critérios legais? Como os professores recebem e colocam em ação, as políticas de Orientação Curricular? Como se realiza o ensino de Arte na formação inicial dos professores? Que vivências em arte têm tido os futuros professores? Tais vivências têm possibilitado o encontro com a sua PALAVRA na construção de sua própria narrativa?

Não pretendemos nos limites desse artigo, responder às questões suscitadas, entretanto, a pesquisa que ora desenvolvemos vem apontando a exigência de uma formação dos profissionais de Educação, que atuam na área de Arte, menos fragmentada, que vá em direção à inteireza e à complexidade de sua formação, permitindo romper com as polaridades que, há séculos, foram impostas pela racionalidade, ainda presentes. Assim, há necessidade de se pensar as instituições formadoras de educadores, como um espaço potencial de criação de saberes humanos – sociais, éticos, lógicos, corpóreos, estéticos e culturais.

E assim, muitas inquietações nos assaltam e muitos caminhos possíveis a serem trilhados....

A LINGUAGEM EXPRESSIVA NO RESGATE DE MEMÓRIAS, E NARRATIVAS DE SI NA CONSTITUIÇÃO DE SER PROFESSOR (A)

Territórios que são acessíveis aos nossos sentidos e pertencem ao nosso ambiente humano e natural e testemunham, com uma espécie de evidência, lugares de experiências formadoras e fundadoras. Mas existem igualmente espaços invisíveis, ou não tangíveis, nos quais as simbólicas do sentido, humanamente construídas no singular-plural, se dão a conhecer como topologias experiências (JOSSO, 2008, p. 23).

A autora nos faz refletir sobre esses lugares de vivências que nos formam e nos fundam, cujas memórias sobre nossa formação escolar poderão ser mais vivamente lembradas ou “des-ocultadas” a partir de vivências estéticas comprometidas com o sensível.

Assim, a pesquisa que ora apresentamos, com a participação de sessenta futuras professoras do Curso de Formação de Professores, no Colégio Estadual “João Pessoa, no município de Campos dos Goytacazes, objetivou convidar as educandas a mergulharem amorosamente na profunda aventura de existir e de dar sentido as suas experiências formadoras, a partir do contato com diferentes formas de linguagens expressivas, em Oficinas Pedagógicas criativas, que ocorreram em encontros semanais, totalizando uma média de 60 horas de atividades.

Elegemos a abordagem qualitativa de pesquisa, tipo estudo de caso, buscando priorizar os aspectos dinâmicos/complexos/subjetivos da natureza humana, o que nos fez procurar nos encontros vivenciais, facilitar o espaço de escuta atenta (LÜCKE, ANDRÉ, 1988).

Os sessenta jovens participantes, de 15 a 18 anos, cursavam, no ano de 2008, o 1º e 2º anos do curso de formação de professores do ensino médio e pelas respostas relativas ao questionário aplicado, na turma do 1º ano, a totalidade dos (as) alunos (as), respondeu que a Arte se ensina, demonstrando, assim, a dimensão que têm sobre Arte, enquanto conhecimento.

Dezesseis alunos (as), do 1º ano, consideram que o tempo dedicado às artes na escola não é suficiente; e vinte dois alunos (as) responderam que na escola não há espaços específicos para se trabalhar com arte. Vinte e um alunos (as) gostam das propostas de Arte, porque através da Arte: desenvolvem a criatividade; ajuda a ter mais conhecimentos; ajuda a se expressar de maneira artística; é divertido; aprende-se sobre cultura através da Arte.

Após o diagnóstico iniciamos as oficinas de criação, quando as linguagens: plástica, poética e cênica se entrelaçaram permitindo com que cada participante pudesse vivenciar esteticamente o seu processo de criação. As propostas iam, muitas vezes, do individual ao coletivo, outras vezes, do coletivo ao individual, utilizando-se materiais diversos e sempre dando espaço para o uso da palavra oral e escrita.

Assim, muitas histórias foram tecidas, dando espaço à imaginação. Quantos desenhos, esculturas em argila, esculturas com massa de modelar, bonecas de papel entravam em cena, e, coletivamente, em um processo alquímico, transformavam-se em criativas histórias que ora os (as) deslumbravam, ora os (as) faziam brincar e sorrir!

Esses registros eram feitos nos seu diário de bordo, tipo diário de campo, o qual criativamente foi construído, por cada um (a).

Tais oportunidades surgiam como momentos sobre o pensar e o descobrir-se, atestando o potencial dos jovens que, encontra-se, muitas vezes, adormecido e esquecido em alguma parte de si mesmo.

Nesta aventura do descobrir-se, Josso (2008) ainda sugere:

A consciência de ser (ativa ou passivamente) sujeito de sua história, mediante todos os ajustamentos que foi preciso fazer, permite dimensionar o desafio de toda formação: a atualização do sujeito num querer e poder ser me devir, e a sua objetivação nas formas socioculturais visadas, as que já existem ou as que se possa imaginar (p.31).

Na tentativa de dimensionar o desafio de ser professor, buscando materializar esses territórios de si, enquanto espaços possíveis a serem acessados, que a pesquisa se desenvolveu, materializando a crença que a Arte, através das diversas formas de linguagens pode caracterizar-se como um fecundo instrumental de acesso à ampliação da consciência de ser professor.

Participar dessas Oficinas na UENF está me ajudando em vários aspectos de minha vida. Descobri novos talentos meus que não conhecia. Adorei trabalhar com massa de modelar. Tenho observado o meu comportamento depois que comecei a fazer essas oficinas e estou mais relaxada e mais pronta para ouvir os outros. É sempre bom quando, nas propostas, voltamos a nossa infância e nos divertimos como crianças. A música ambiente também ajuda a relaxar (K. F, 15/09/2008)¹.

Liberdade consiste em fazer o que é preciso para que a verdade exista. A liberdade é fazer o que é certo. Todos devem ter a liberdade para conhecer um novo Mundo. Buscamos o melhor sem medo. Muitas vezes a verdade está na nossa frente, só que não a enxergamos (J.S, 15/05/2008).

Tais potenciais podem possibilitar o prazer de criar/poetizar, além do encantarem-se por caminhos ainda não trilhados, territórios investigativos na construção de uma identidade/subjetividade.

É na busca desses territórios de si, que a pesquisa foi se desenvolvendo e materializando a crença que a Arte é a linguagem natural da humanidade e apresenta um

¹ Os escritos foram retirados do material coletado durante a pesquisa, através dos Diários de Bordo de alunas do 1º ano do Curso de Formação de Professores do Colégio Estadual João Pessoa, no município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, no ano de 2008.

caminho de conhecimento da realidade humana. Assim, ela se faz presente, juntamente com a Ciência, desde as primeiras manifestações humanas.

E que lembranças/memórias sobre o espaço escolar e sobre as vivências em Arte, as educandas trouxeram para os encontros? Como foram fazendo e inventando os seus modos de fazer através da escrita de si?

Minha infância foi muito feliz, tudo era colorido. Eu me lembrei de quando minha mãe me levava à escola. Era muito bom ver meus amigos, brincar de massinha, por avental para fazer pinturas. Na vivência foi tudo tão mágico que eu cheguei a sentir o cheiro de chocolate.

Eu me lembrei de quando eu era pequena que estudava na creche. Lembrei de muitas cores, da música, do chocolate. Lembrei que eu e as crianças da creche tínhamos que dormir toda à tarde, mas eu não conseguia pregar os olhos.

Minha mãe levava minha irmã e eu para a creche. Sempre que chegávamos lá minha irmã abria a boca a chorar.

A minha infância foi muito divertida. Aprendi muito. Lembro do cheiro do bolo de fubá que minha avó adorava fazer. Lembro de minhas professoras na escola, as minhas pinturas no caderno. (Diários de Bordo, março de 2008).

A oportunidade de recuperar memórias, registrá-las ou expressá-las plasticamente através de imagens, é um caminho possível capaz de levar a uma reflexão sobre o próprio processo de aprender e viver as experiências estéticas, pois, iluminam fazeres, o que Chamlian (2008) sinaliza:

A narrativa autobiográfica permite trazer à luz as dificuldades, as fraquezas, mas, também, as potencialidades e qualidades, que podem sedimentar escolhas, e fortalecê-las. Permite, sobretudo, compreender o processo de aprender e a implicação de esteriótipos na aceitação das explicações teóricas sobre a aprendizagem (p.136).

Ostrower (1998, p. 224) sustenta que todos os seres nascem com potencialidades sensíveis, e que o potencial de criação se articula, principalmente, através da sensibilidade. Assim, nos convida a pensar que:

A capacidade de criar formas expressivas contém um forte componente afetivo. Para criar, é preciso dar-se de corpo e alma, integrar a matéria em questão, identificar-se com ela a fim de

poder sondar as possibilidades de configurá-la em desdobramentos formais.

Incluimos em nossas reflexões sobre Arte, as contribuições de Vygotsky (2001) por representar um fecundo interlocutor em questões sobre a arte e educação estética, em uma concepção sócio- histórica. Sustenta que a atividade criadora é toda realização de algo novo, tratando-se de reflexos de algum objeto do mundo exterior, de determinadas construções do cérebro ou dos sentimentos que vivem e se manifestam no próprio ser humano.

Este autor elabora uma pergunta sobre a necessidade da arte:

Em realidade para que necessitamos da arte? Não influi acaso em nosso mundo interior, em nossas idéias e em nossos sentimentos do mesmo modo que o instrumento técnico no mundo exterior, no mundo da natureza? (VYGOTSKY, 2003b, p.25).

O que ainda, enfatiza:

Não é por acaso que, desde a Antiguidade, a arte tem sido considerada como um meio e um recurso da educação, isto é, como certa modificação duradoura do nosso comportamento e do nosso organismo. Tudo de que trata esse capítulo – todo o valor aplicado da arte, acaba por reduzir-se ao seu efeito educativo, e todos os autores que percebem uma afinidade entre a pedagogia e a arte, e, vêem inesperadamente o seu pensamento confirmado pela análise psicológica (VYGOTSKY, 2001, p.321).

Percebemos o sentido educativo da arte e a prática a ela relacionada como sugerido pelo autor. Em seus estudos, sustenta que a arte é trabalho do pensamento, mas de um pensamento emocional inteiramente específico, considerando que tal questão ainda não foi elucidada devidamente. Argumenta, portanto, que nos limitamos somente à análise dos processos que ocorrem na consciência, e, que desta forma, dificilmente encontraremos respostas para as questões mais fundamentais da psicologia da arte. Ressalta que não saberemos em que consiste a essência da emoção, uma vez que, para ser entendida, precisa ir além do consciente (p.57).

Vygotsky (1988, 2001, 2003 a,b,c) reflete sobre a **linguagem**, como constituidora do sujeito, ou seja, a arte potencializando a linguagem como instrumento do pensamento.

Afirma que, quando o indivíduo se apropria da cultura e da linguagem, ele se auto-organiza, uma vez que elas são dinâmicas, possuem movimento e não se cristalizam.

Sobre a questão da Vivência, entendemos que ela possibilita um saber do todo através da experiência das partes, em direção a encontros com o próprio potencial, considerando o ser em suas múltiplas formas de expressão. Uma vivência ou uma experiência possibilita um aprendizado circular favorecendo a inclusão do sujeito no processo de globalização de sua interiorização/exteriorização, proporcionando tomar consciência do todo, possível, através da ação, ou seja, um **perceber-se em ação**.

Incluimos as considerações de Larrosa (2002), na tentativa de ampliar a idéia de **Experiência**. Segundo esse autor, experiência, em espanhol, é “o que nos passa”. Em português, experiência é “o que nos acontece”, assim, pode ser o que nos passa, o que nos acontece e também o que nos toca.

Assim, uma experiência é singular, sua lógica produz diferença, heterogeneidade, pluralidade, sendo irrepetível e dotada de uma dimensão de incerteza que não pode ser reduzida. Uma vivência pedagógica se traduz em imprevisibilidade, singularidade, originalidade, pluralidade, diferença, inclusão, incerteza, permitindo abertura para o inusitado/desconhecido, para aquilo que, muitas vezes, nossos olhos não são capazes de ver. Para tanto, exige uma lógica diferente a qual estamos acostumados.

Nesse sentido, ao usarmos o termo-estética, estamos nos referindo à sensibilidade, ao mundo do sensível, à capacidade de perceber, sendo que a sensibilidade envolve a questão das sensações, ou seja, a sensibilidade é uma porta de entrada das sensações (OSTROWER,1998,p.12).

O estético, nesta ótica, é o campo no qual a experiência humana alcança um significativo grau de realização, uma vez que tudo que vemos e percebemos é naturalmente sensível. Nosso ser percebe e sente, pois, não somos apenas razão discursiva e propositiva, mas, também, sensibilidade, sendo que o nosso corpo é a morada do sensível, sendo assim, devendo ser explorado a nossa capacidade imaginativa como veículo de ampliação do estético.

Na tentativa de ilustrar a questão, trazemos a escrita criativa de uma aluna que, ao juntar esculturas de massa de modelar feitas por duas colegas, construiu uma história contextualizada, ao agregar ao seu texto as olimpíadas de Pequim de 2008:

O homem minhoca e o sapo que surfa...

Era uma vez uma minhoca que vivia em uma floresta sozinha sem nenhum amigo. Até que um dia ela teve a oportunidade de conhecer um sapo que estava com uma tábua de passar roupa embaixo do braço... Então ela resolveu perguntar o que ele ia fazer com aquilo, pois estava indo em direção à praia! Ele nem deu idéia e foi na direção do Mar... Quando olhou, ele estava na maior onda com aquela tábua... A minhoca não acreditou! Ela pensava que a tábua era só para passar roupas, mas na verdade a tábua serve para muitas coisas...

Quando o sapo saiu do mar, a dona minhoca não resistiu ao charme e ao talento daquele cara!

- Nossa, seu sapo! Como o senhor surfa bem!

- Que isso dona minhoca!... Muito obrigado!

Eles se tornaram amigos e a dona minhoca começou a praticar esportes também... Começou a andar de skate... E assim foram para as olimpíadas de Pequim! E viveram felizes para sempre...

(Diário de Bordo, Setembro de 2008).

No dizer de Vygotsky (2003b) é a experiência com o real que instiga com que a imaginação possa fluir. Acrescentamos com suas contribuições:

A atividade criadora da imaginação se encontra em relação direta com a riqueza e a variedade da experiência acumulada pelo homem, porque esta experiência é o material com que se erige o edifício da fantasia. Quanto mais rica for a experiência humana, tanto maior será o material de que dispõe a imaginação (p. 17).

A respeito desta questão, podemos concluir, pedagogicamente, com Vygotsky sobre a necessidade de ampliar a experiência da criança, do jovem, se queremos proporcionar-lhes uma base suficientemente sólida para sua atividade criadora, e no que diz respeito à formação de professores, contribuir para criativas trajetórias em busca da qualidade no desempenho profissional.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este foi um caminho que construímos para pensarmos sobre as práticas curriculares, a cultura escolar e a formação inicial de professores da Educação Básica.

A trajetória educacional do município de Campos dos Goytacazes (RJ) vem apresentando alguns avanços, mas permanecem profundas lacunas na formação dos professores, os quais vêm repercutindo diretamente na qualidade do ensino nas escolas estaduais e municipais, como revelam os dados estatísticos oficiais. Entretanto, o Colégio

Estadual “João Pessoa”, local onde realizamos a presente pesquisa tem buscado estratégias coletivas, no âmbito de sua gestão para fazer frente aos desafios que lhes chegam cotidianamente.

Por sua vez, no que tange ao ensino de Arte, o cenário exige que continuemos persistentemente a luta no sentido de garantir com que os dispositivos legais da área sejam cumpridos de forma efetiva no contexto da sala de aula, local onde acreditamos que poderemos realizar nossos sonhos possíveis no que se refere a uma formação mais sensível e estética de educandos e de professores que venham a interferir no mundo contribuindo na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

No compromisso com uma formação humana mais sensível, foi possível perceber que durante as vivências do processo criativo que cada futuro professor era capaz de sensibilizar-se com os convites que recebiam para ver, para tocar, para sentir, para experimentar e transformar os materiais e o meio ambiente, além da oportunidade de constantes trocas de aprendizados com os companheiros de jornada. Isso em um fluir que somava percepções internas e externas, mesmo que para alguns representasse momentos de insegurança. Tais momentos eram sempre recompensados pelo prazer de criar algo, que para eles representava o não experienciado anteriormente.

O que Josso (2008) argumenta:

A consciência de ser (ativa ou passivamente) sujeito de sua história, mediante todos os ajustamentos que foi preciso fazer, permite dimensionar o desafio de toda formação: a atualização do sujeito num querer e poder ser me devir, e a sua objetivação nas formas socioculturais visadas, as que já existem ou as que se possa imaginar (p.31).

Nesta consciência de ser, sustentada pela autora, constatamos durante as oficinas, a atenção de cada um ao seu processo de criação, narrando-se a si mesmo, descobrindo-se e descobrindo o outro, em imagens tecidas, no entrelaçamento de histórias de vida reais e imaginárias.

Neste percurso brotaram valores e possibilidades de mudanças na formação dos futuros professores, evidenciando que cada um possuía experiências de vida diferenciadas, expressas nas relações de classe, de idade, de sexo, de formação escolar e que, muitas vezes, não encontravam espaços para virem à tona frente ao engessamento que as disciplinas escolares, quase sempre se caracterizam.

Ao pensarmos em novos caminhos curriculares que dêem vozes as professores garantindo espaços diferenciados de intervenções é preciso transformar os processos internos que são desenvolvidos na escola, implicando, para tal, mudar métodos pedagógicos em vista a uma outra formação docente, capaz de estimular uma perspectiva sensível/estética e cultural que inclua a complexidade da cultura e a experiência humana.

Nessa direção, Roldão (1998) nos convida a pensar que a desejada qualidade profissional deve ir em busca de uma outra qualidade – a do desempenho profissional, que indague sobre os significados das práticas escolares, seus limites e suas possibilidades na materialização de condições estruturais que resultem em lógicas, rotinas e planos mais democráticos dentro das ações cotidianas das escolas, transformando-as em locais de formação permanente, capazes de sustentar um projeto mais justo de educação e sociedade em direção às questões urgentes da contemporaneidade.

Dessa forma, a pesquisa foi capaz de contribuir efetivamente para uma formação profissional mais inteira e consciente, quando os territórios acessíveis aos sentidos testemunharam lugares de experiências formadoras e fundadoras, juntamente com espaços invisíveis e não tangíveis e simbólicos, cujas histórias de vida, histórias de formação foram capaz de desenhar um caminho, contribuindo para mudanças criativas na atitude consciente e estética de cada um quanto a sua própria condição de “SER PROFESSOR”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Orientações curriculares para o ensino médio*; v.1. Brasília, DF: MEC, SEF, 2008.

_____. Lei n.9.394, de 20 de Dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário oficial da República do Brasil, Brasília, DF, 23 de dez 1996. Seção1, p.27.839.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte*. Brasília, DF: MEC, SEF, 1997.

CHAMLIAN, Helena Coharik. Métodos autobiográficos e práticas de formação de adultos: apontamentos e balanço sobre experiências realizadas. In: PASSEGGI, Maria da Conceição, BARBOSA, Tatyana Mabel (Org.). *Narrativas de formação e saberes biográficos*. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

JOSSO, Marie-Christine. As histórias de vida como territórios simbólicos nos quais se exploram e se descobrem formas e sentidos múltiplos de uma existencialidade evolutiva singular-plural. IN: PASSEGGI, Maria da Conceição (Org.). *Tendências da pesquisa (auto) biográfica*. Natal, RN: EDEFRN, São Paulo: Paulus, 2008.

LARROSA, Bondía Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Educação*. Jan/ Fev/ Mar/Abr, n.19, 2002.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1988.

NÓVOA, A. O método (auto) biográfico na encruzilhada dos caminhos (e descaminhos) da formação de adultos. *Revista Portuguesa de Educação*, 1 (2),1988.

OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PEIXOTO, Maria Cristina dos Santos. Um olhar no espaço de construção simbólica e amorosa do Ser. *Revista de Arteterapia: Imagens da transformação*. Rio de Janeiro, v.6, n.6, Mar.1999.

_____. As artes de fazer o cotidiano na educação infantil. *Revista Prismas da Educação*. Niterói, v.1 ,n.1, 2003.

_____. *Cenários de Educação através da Arte: bordando linguagens criativas na formação de educadores (as)*. Niterói: Intertexto, 2008.

ROLDÃO, M. Formar para a excelência profissional – pressupostos e rupturas nos níveis iniciais da docência. In: *Educação e Linguagem/Programa de Pós-graduação: Universidade Metodista de São Paulo*. v 1,n.1. São Bernardo do Campo: UMESP,1998.

SANTOS, Deise Márcia da Silva e PEIXOTO, Maria Cristina dos Santos. *Ensino de arte na formação inicial e continuada de professores em escolas municipais de Campos dos Goytacazes (RJ)*. Relatório de Pesquisa UENF/CNPQ. Texto mimeografado, Rio de Janeiro, 2010.

VYGOTSKY, L S. *La imaginación y el arte en la infancia*. Madri: Ediciones Akal, 2003a.

_____. A Educação estética. In: *Psicologia Pedagógica*. Porto Alegre, Artmed, 2003b.

_____. *A psicologia da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2003c.

Discurso, poder e memória

Estudo de caso sobre nomeação de bairros e ruas em Natividade/RJ

Sérgio Arruda de Moura

Doutor em Literatura Comparada (UFRJ) - Professor Associado I (UENF)
e-mail: arruda@uenf.br

Leonardo de Souza Medeiros

Aluno do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (UENF)
e-mail: leo_agnus@hotmail.com

RESUMO: Análise das condições de enunciação de nomes de ruas e bairros da cidade de Natividade/RJ, a partir da relação entre discurso, poder e memória, objetivando compreender os termos em que se dá a contradição entre a lei e o seu cumprimento. Estudo da cidade nos seus papéis discursivo e simbólico, bem como no de se constituir como espaço de enunciação para análise dos diversos sentidos que dela emanam.

Palavras-chave: discurso; poder; memória.

ABSTRACT: This article analyzes the enunciation conditions of street and neighbourhood names in *Natividade*, a northeast city of the state of Rio de Janeiro, from the relationship between discourse, power and memory, to understand them in their discoursing and symbolic roles, as well as in its make up as space of enunciation in the various meanings that arise from them.

Keywords: discourse; power; memory.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo central caracterizar a discursividade presente nos nomes de ruas e bairros – bem como o processo legal de sua nomeação pelo poder público, portanto, político, por meio de leis e portarias, – a partir de estudo de caso sobre a cidade de Natividade, município da região Noroeste do estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, também objetivamos caracterizar as formas por meio das quais *linguagem, poder e memória* se relacionam, como forma de levarmos adiante os termos da análise. Estas três categorias de estudos se enfeixam de forma consequente no nosso estudo, por ser a linguagem instrumento de ação do poder; depois, por ser a memória instrumento de cultivo de

valores alheios e contrários a forças assumidas pelo poder. Ora, o discurso é conceituado como linguagem em ação, ou seja, a linguagem em uma situação particular de uso. Suas circunstâncias singulares de produção estão relacionadas à forma como os sujeitos são afetados pelas circunstâncias, cuja composição mais específica no nosso estudo se dá pela forma como eles são assujeitados pelo poder e como se valem da memória como forma de apagar sua ação. Por discursividade do nome, entendemos o caráter que tem o nome de evocar a sua própria história, e por extensão, a história que o justifica, as relações que, de imediato, estabelece em torno do seu nome, a memória que evoca, bem como os sentidos inconscientes e ideológicos que dele emanam.

É com Charaudeau (2006: 40) que aprendemos que “não é o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna”, e que todo ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro segundo os princípios de *alteridade*, *influência* e *regulação*, que serão discutidos aqui. Com respeito à memória, tentaremos conciliar a justificativa do princípio do imaginário da tradição, segundo o qual, às vezes, a história de uma comunidade é inventada, mas necessária para estabelecer uma filiação com os ancestrais, com um território, ou com uma língua (Charaudeau, op. cit: 211). Nesse caso, a memória é que estabeleceu o vínculo com o presente, porque manteve a tradição valorizada positivamente.

No estudo de caso, entendemos que o poder de legislar em Natividade recaiu sobre um obstáculo, que caracterizamos como a própria situação de comunicação para a nossa análise: a não concomitância entre o que se disse (legislou-se) e o que se entendeu (resposta como ação resultante). Ou seja, o foco de nossas considerações recai na inadequação de um ato legal (lei) que não resultou no seu cumprimento. Esta situação nos lembra aquilo que Rousseau percebeu de contraditório na relação do homem (natureza) com o conjunto das convenções (sociedade). O filósofo concorda apenas em parte com o que o Emílio afirma ter aprendido acerca das leis afirmando:

Leis! Onde elas existem e onde são respeitadas? Em toda parte só viste reinar sob esse nome o interesse particular e as paixões dos homens. Mas as leis eternas da natureza e da ordem existem. Para o sábio, são como uma lei positiva; são escritas no fundo do seu coração pela consciência e pela razão (ROUSSEAU, apud VIEIRA, 2010).

A lei escrita no fundo do coração dos homens, para usar a expressão de Rousseau, está em contradição com a lei que se impõe “pelo interesse particular e as paixões dos homens”.

Em Natividade, um paradoxo se instala nesses exatos termos. Depois de sancionadas duas leis em 1982, pelo então prefeito Dermeval Lannes Vieira, os então loteamentos Morada do Engenho e Cachoeira Alegre, passaram a se chamar bairro Santa Terezinha e bairro Nossa Senhora de Lourdes. Hoje, passados vinte e oito anos, continuam conhecidos pelos nomes anteriores, *gravados no coração* dos seus moradores. Tentaremos entender o fato, amplamente observado por todos os habitantes, de essas e de outras localidades serem conhecidas pelos antigos nomes, alheios aos efetivamente impostos por força de lei. Ou seja, a pergunta é clara: o que ocorre ou ocorreu para que uma lei se preserve inócua?

Outra questão que desejamos analisar é a importância que se dá à questão religiosa em Natividade, pelo poder público, pelo menos em um certo período. Há aqui uma inversão: os atos municipais que analisaremos resultam de motivação religiosa que emana do espaço público, o que é uma contradição, dada a laicidade do estado brasileiro (pelo menos em tese). A hipótese de que a nomeação de bairros com motivação religiosa pudesse ter sua fundamentação na religiosidade popular não pode ser aplicada aqui. O então prefeito Dermeval Lannes Vieira (Vavá), que decretou essas leis de nomeação, segundo depoimentos de pessoas da época, apresentava-se como uma pessoa religiosa, ativa na comunidade católica e que também abria espaço para a participação da igreja na própria prefeitura. Sendo assim, pode-se também supor que a própria igreja na época tenha sido responsável pela concretização desses decretos por parte do prefeito, por meio do instrumento de sua influência. Cabe aqui a análise da situação de comunicação que propiciou o discurso legal de nomeação de bairros em Natividade.

Também objetivamos abordar a cidade como uma reserva de sentidos dos quais se constituem inúmeros outros, dada a complexidade de sua própria natureza histórica. Seus traçados, suas divisões regionais, seus símbolos, patenteados nos monumentos erguidos pelo poder público, seus nomes, tudo isso torna a cidade única, e sua singularidade se manifesta no que dizemos sobre ela, ou seja, como discurso. Por fim, abordaremos o papel da memória para o fenômeno da resistência se executar.

Sobre a cidade como discurso

As cidades surgiram para acolher o homem e criar condições para nelas desenvolverem suas formas de organização. A cidade é, pois, a configuração mais prática da necessidade humana de socialização, processo esse indiscernível do político. Nelas se fundaram

as instituições e a partir daí se investiram a cidadania (construída a partir de um acordo com a lei) e o princípio da identidade (construída a partir das relações entre o sujeito e a alteridade). Desde sempre, elas não apenas refletem, mas também impõem princípios dessa organização como se agissem, de fato, por vontade própria, e os homens a ela se submetessem por imperativos os mais diversos. A cidade é o lugar onde de fato vive o cidadão investido de uma nacionalidade, uma cultura nacional, de uma língua nacional, cabendo a ela a constituição de parte dos dispositivos para assim agir. Podemos dizer que, vivendo na cidade como de fato o cidadão vive, é a partir dela que ele enxerga os princípios políticos e ideológicos manifestados (ou doutrinados) a partir das instituições ali instaladas. A cidade é o berço da cidadania, como o era bem mais claramente na Antiguidade. A raiz grega - *polis* para cidade é a mesma que origina o vocábulo *política*.

Contudo, o modo de governar assumiu vários contornos, o que demandou drasticamente a confecção de instrumentos de lei em várias instâncias de poder. Da nação, passando pelos estados até os municípios e autarquias públicas, tudo é regulado por leis, decretos, normas, portarias, etc, formuladas a partir de um dos princípios do discurso: *poder-fazer*.

Dessa forma, podemos dizer que, modernamente, os imperativos e feições da cidade se transformaram por conta dessa “autonomia” municipal. De cidade estado, a exemplo de Esparta, na Antiguidade, e Veneza, na alta Idade Média, até São Paulo, na atualidade, o *status* político da cidade sofreu mudanças que refletem a pujança ou a fraqueza do estado, começando pelo fato de que, na Modernidade, o estado é maior que ela e acolhe uma complexidade política que supera as suas fronteiras. As metrópoles, em contrapartida, “engolem” outras cidades e “apagam” as suas fronteiras numa formidável mescla caótica de culturas e etnias, com repercussões culturais de difícil análise, dada a sua heterogeneidade. É nesses termos que a cidade volta a se identificar com um estado dentro do estado, tal sua força industrial, comercial, cultural e, portanto, política. Dentro dela, se estabelecem diferentes regiões, zonas, distritos, bairros e ruas, todos com a intrínseca necessidade de serem nomeadas. Embora não seja esse o caso da pequena Natividade, que está longe de ser uma metrópole, o *status* de cidade confere a todas elas uma relativa autonomia que permite marcar o caráter específico de cada uma. Cabe ao poder legislativo e executivo, por exemplo, definir e ocupar os seus territórios, e uma de suas atribuições é organizá-los, impondo-lhes limites, enfim, nomeando-os, quando não reconhecem ainda por alguma razão o nome que porventura já tenha.

É nesses termos que percebemos as cidades e os seus domínios na sua existência discursiva. cremos, ainda, que os discursos de poder se diversificaram, e imaginamos governantes discursando para o maior número possível de cidadãos, conciliando a maior diversidade possível de interesses, para continuar governando. O discurso é uma ferramenta do poder. E se imaginarmos que todo discurso se tece a partir de um outro, e que, por sua vez, engendra um outro, teremos o que Foucault chama de ordem de discurso, que mantém durante um certo tempo um modo de pensar e, conseqüentemente, de agir.

O discurso não subsiste, ou seja, não se mantém à revelia de uma atividade histórica e de cultivo de interesses ideológicos. No ambiente urbano, o discurso se espalha e permanece se assim a história ainda o justificar. Sabemos do fim que levaram muitos dos monumentos em território da antiga União Soviética e dos países aliados ao regime, após o seu fim. Também conhecemos os *slogans* de governos (em escala federal, estadual e municipal) que expiram junto com os seus mandatos.

À parte sua materialidade consubstanciada nos seus monumentos, prédios, viadutos, canais, enfim, do seu traçado urbano geral, a cidade traz também uma face simbólica consubstanciada nos seus discursos. O filósofo Baudrillard (1996) manifestou sobre Los Angeles, metrópole da costa oeste norte-americana, o sentimento de estar em um lugar e não pertencer a ele. Em uma cultura solidamente assentada em instrumentos de mediação dos quais as tecnologias da comunicação e da informação são os mais notórios, apontamos também o automóvel e sua conseqüente malha viária como instrumentos que fazem a cisão entre o homem e a rua. Em uma metrópole como a citada Los Angeles, os condomínios verticais ajudam ainda mais a manter o distanciamento e o isolamento.

Em uma cidade pequena, e ainda mais com instrumentos precários de mediação, o isolamento não assombraria o filósofo. A memória atua. Cada prédio, cada rua, cada bairro ostentam não apenas uma utilidade, mas outras marcas vivas, ligadas a um discurso que, embora adormecido pela história, retoma o caminho da lembrança e faz o lugar e seu nome remontar à experiência. Um bairro, ou o que for, atua como uma parte do discurso da e sobre a cidade, uma vez que a revela em algum dos seus significados. Também o monumento traz a firme convicção de um valor ideológico artificial a ser ratificado, mais intencional do que o bairro ou a rua, já que o monumento será único, a querer marcar com exclusividade um território simbólico. Ou seja, o monumento não tem função outra que a da salvaguarda da memória. Marcamos com essas considerações o que de realmente nostálgico na cidade e o que há de artificial, ou seja, do que não nasceu verdadeiramente do ato espontâneo de

lembrar. Ocorre-nos que quando de sua entrada triunfal no Rio de Janeiro, vitoriosa a Revolução de 1930, os gaúchos correligionários de Vargas humanizaram o obelisco da avenida Rio Branco apeando a ele os seus cavalos.

A pequena Natividade não apresenta qualquer exuberância simbólica a não ser o fato de ter sido o lugar, como dita o imaginário, de aparição de Nossa Senhora. E esta “reserva simbólica” tem sido explorada, em um determinado período (como veremos) pelo poder público através de mecanismos legais. Também, ainda na seara da história e do caráter afetivo da figura do herói, Natividade tem histórias para contar, ou seja, tem uma origem, um berço histórico do qual possa se orgulhar e proclamar sua singularidade. Em uma expressão: Natividade se organiza a partir de um discurso.

Natividade: introdução a sua história

A história da colonização das terras que hoje fazem parte do município de Natividade, anteriormente chamado de Natividade do Carangola, tem início entre 1821 e 1831. Atribui-se o desbravamento da região a um certo José de Lannes Dantas Brandão que, segundo autores¹, teria pertencido à Milícia de D. João VI ou, teria sido um desertor da força policial de uma localidade chamada Ponte Nova, em Minas Gerais, estado vizinho. Antes de tudo, o que se sabe de José de Lanes é que ele dá nome a uma das principais vias da cidade de Natividade. Nesses termos, trata-se de um símbolo “vazio”, destino a que se submetem as memórias quando homenageadas nos termos de uma nomeação de rua.

Mesmo foragido, usou de alguma influência para conseguir do poder público a legalização de posse de terras que havia ocupado. Contudo, por ser desertor da polícia de Ponte Nova, em 1842, o presidente da então província mandou prendê-lo. Conta a história que com a aproximação da polícia, que veio para capturá-lo, o desertor preparou-se com os seus homens para reagir. Mas, segundo os relatos, parece que o tenente que comandava a escolta era muito habilidoso e procurou evitar qualquer violência, conseguindo assim um entendimento entre as partes, e José de Lannes decidiu entregar-se pacificamente. Conduzido a presença do presidente da província, ao contrário do que se espera, foi perdoado,

¹ <http://www.familialannes.com.br>. Consultado em 20 de outubro de 2010.

louvado e honrado com o título de guarda-mor, pelos serviços prestados às regiões inóspitas que habitara e desenvolvera.

Preliminarmente, inferimos uma história de desbravador, de uma referência histórica que, no caso brasileiro, se reveste do mérito de conquista e de posse de terras longínquas. (Não há como negar o discurso meritório que, na história colonial brasileira, se reserva aos bandeirantes e aos senhores “feudais” a quem a coroa portuguesa destinou as Capitânicas hereditárias). José de Lanes estava, a partir daí, fadado a ter um busto em praça pública. E, de fato, ostenta seu nome em uma das ruas de Natividade. Está aí a relação entre o homem e o mito, cujo mecanismo de mediação é a história.

Qualquer que tenha sido sua história nesse aspecto, já que nos fiamos em documentos laudatórios veiculados em um site sintomaticamente intitulado “familialanes.com”, em 12 de agosto de 1844, reconhecendo o governo a importância da concentração populacional verificada na região, resolveu auxiliar o seu desenvolvimento, expedindo deliberação, em favor das novas ocupações territoriais. Qualquer que tenha sido a história de Natividade, vale aqui o que se diz da história como discurso, e repetindo a citação a partir de Charaudeau (id.): a história de uma comunidade é inventada, mas necessária para estabelecer uma filiação com os ancestrais, com um território, ou com uma língua.

Já no século XX, os fatores que mais influenciaram na emancipação que se deu em 1947 eram os seguintes ²: arrecadação superior a de 14 municípios existentes no Estado; população superior a de nove municípios existentes; exportação de produtos; existência de fábricas e escolas; hospital com aparelhagem adequada para a época; cinema, teatro e clubes. A cidade dedicou-se, no decorrer deste século, cada vez mais à pecuária, deixando o café de ser a cultura mais importante na cidade. A cidade, atualmente, tem como principais atrativos o turismo religioso e rural, destacando-se o Sítio dos Milagres e as fazendas históricas.

Estendendo-se em uma área de 387 km², a cidade abriga hoje cerca de 15 mil habitantes. Economicamente, não tem nenhuma expressão. Subdivide-se nos distritos de Ourânia e Bom Jesus do Querendo. Vale-se de intensa religiosidade católica a ponto de ter um dia específico, 8 de setembro, para se comemorar a sua padroeira, Nossa Senhora da Natividade.

Além desse dia, de intensa comemoração, há também outra data, 12 de Julho, quando se acredita ter aparecido no Sítio dos Milagres a imagem em carne e osso de Nossa

² Cf www.itaperunaonline.com.br/. Sem título. Consultado em 20 de outubro de 2010.

Senhora. As cinco aparições deram-se entre 1967 e 1977, a uma única pessoa, um médico, dono da localidade. As aparições aconteceram em um único ponto do regato existente no Sítio. Essa singular e estranha denominação do sítio – Milagres – embora constando dos registros da Prefeitura desde 1942 era desconhecida até princípios de 1968.

A partir dessa data, a religiosidade em Natividade aumentou, perdurando até os dias atuais. Mesmo não se considerando o fato como verídico por todos os religiosos da cidade, pois há uma separação nítida entre católicos “tradicionais” e “carismáticos”, percebe-se uma grande aceitação por boa parte dos fiéis que depositam nessa localidade onde apareceu a Virgem sua fé e esperança em milagres concedidos pela santa, o que também movimentou romeiros de toda parte do Brasil na data comemorativa da primeira aparição a participarem do encontro.

Ao percebermos o descompasso (ver quadro) entre o nome oficial e a permanência do antigo, nos perguntamos: qual o efeito de uma lei, afinal? E quem move um conjunto de leis que vai ao encontro da beatificação de espaços públicos?

NOME OFICIAL (RELIGIOSO)	NOME POPULAR
Nossa Senhora de Fátima	Morro do Areião
Nossa Senhora do Rosário	Liberdade
Santa Terezinha	Popular Nova
São Luiz Gonzaga	Popular Velha
Nossa Senhora de Lourdes	Balneário
Nossa Senhora das Graças e Ladeira São Cristóvão	Pito
Nossa Senhora Aparecida	Bagaceira

Como vemos no quadro acima, permanece a memória como lugar de resistência ao que é imposto, ao que não passou pelo crivo do acordo, pelo que não foi convencionado.

Na história das cidades, o recurso artificial de nomeação de ruas é uma intrusão na memória, conseqüentemente, descartado por ela.

Estudo de caso: o caráter patrimonial do nome

Natividade se apresenta, talvez como muitas outras cidades do país, como um caso típico de espaço que sofre a interferência do poder público em desacordo com a memória afetiva do povo. Para entendermos melhor esse processo de nomeação de ruas ou bairros, em 11 de junho de 1996, o então vereador Sebastião Pereira Filho, considerando que, quando não se leva em conta a questão da religiosidade ou a devoção a qualquer santo para fazer menção às localidades da cidade, pode-se então fazer tal homenagem a pessoas que se destacaram por sua atuação exemplar na vida pública ou particular. Ao considerar tal situação de destaque, lembrou-se do ex-prefeito Altair Alves Ribeiro, cujo nome já fora lembrado outrora em Natividade, mas que pelo muito que representou e fez pela cidade mereceria a honra de ter seu nome perpetuado. Afinal, tal homenagem já havia sido feita a José de Lannes. Por isso, considerando ser obrigação do Poder Público perpetuar o nome dos ilustres antepassados do Município e também de pessoas com extrema relevância, mesmo sendo em pequeno número, o vereador apresentou o anteprojeto de lei nº 09/92³, para não só nomear, como também criar o bairro Altair Alves Ribeiro. No Art. 1º do referido anteprojeto, lê-se:

Passa a denominar-se “Prefeito Altair Alves Ribeiro”, o bairro sem denominação que partindo do antigo “Corte de Pedra” da Rede Ferroviária Federal, no fim do bairro Liberdade, termina na RJ 220, abrangendo as partes alta e baixa da rua D. Antônio de Castro Mayer, inclusive o aglomerado conhecido por “Praia do Fubá”.

É interessante observar que o bairro Liberdade, mencionado acima, por força de uma resolução anterior, a 58/68, de 29 de outubro de 1968, já tinha sua denominação modificada para bairro Nossa Senhora do Rosário, resolução desconhecida pelo autor do projeto, já que o denomina de Liberdade, como, aliás, é conhecido de fato.

Natividade tem, assim, um diferencial relativamente à índole honorífica dos seus representantes políticos. A cidade, por força de sua história singular de aparição de Nossa Senhora, desenvolveu-se culturalmente no sentido da religiosidade. Assim, em 1982, o então Prefeito Dermeval Lannes Vieira, sancionou lei, em cujo Art. 1º, se lê:

Passa a denominar-se Bairro São Luiz de Gonzaga, o bairro sem denominação nesta cidade, a iniciar-se a Rua Acadêmico Ézio Freitas e Alva-

³ Todos os documentos de lei consultados e citados fazem parte do arquivo da prefeitura de Natividade.

res, com término nas proximidades da propriedade de Pedro Guedes Gomes, abrangendo toda área da divisa do perímetro urbano do citado local.

Interessante neste caso é o que resultou das providências da lei: antes e depois dela, o bairro conhecido como Popular Velha, continua a ser conhecido como tal. Vale ressaltar que até mesmo nos documentos de correspondência o nome que prevalece é o popular, perpetuando-se dessa forma gerações após gerações.

Outros casos semelhantes e que ocorreram à mesma época, desta vez com os bairros Morada do Engenho e Cachoeira Alegre, atestam a contradição entre a natureza da lei (por sua natureza, imperativa) e a força do costume (da ordem do hábito). Estes bairros passaram a se chamar oficialmente, por força da Lei nº 03 e 04/82, ambas de 25 de março de 1982, bairro Santa Terezinha e bairro Nossa Senhora de Lourdes, e continuam na memória afetiva do povo com a denominação antiga.

Tais leis apresentam a mesma lógica. Os antigos loteamentos foram considerados, na justificativa, como “sem denominação”. Por serem meros loteamentos? Nasceram então por força desta Lei os referidos bairros.

Ora, o que não tem nome não existe. A denominação de loteamento não é oficial; é apenas um nome de produto lançado no mercado, sem nenhuma interferência oficial. Cabe então à oficialidade “batizá-lo” e assim apropriar-se dele politicamente, tanto para efeitos de prestação de serviços, o que lhe compete fazer, como também para cobrar por esses serviços impostos legais. Tal como aconteceu na quase totalidade das cidades brasileira, em que a arquitetura remanescente do século XIX e início do século XX foi substituída por prédios “modernos”, num flagrante desprezo pela história, também a memória dos nomes é desprezada. O nome de localidades, como produto espontâneo e “natural” que ocorre de práticas sócio-discursivas, é um patrimônio. E a seu favor apenas a memória. Há nesses atos um desprezo pelo caráter patrimonial do nome público, ou pelo menos inexistente na nossa tradição o apreço pelo passado, ou então age entre nós o desconhecimento do legado do nome como um bem capital.

Sobre o discurso

Quando entramos nos domínios do discurso, fazemos a fusão de dois termos essenciais para sua compreensão: *linguagem e ação*, componentes das trocas sociais “que têm

uma autonomia própria e que, ao mesmo tempo, se encontram em uma relação de interdependência recíproca e *não simétrica* (grifo nosso). Assim, porque todo ato de linguagem emana de um sujeito que se define em relação ao outro, passaremos agora a compor, a partir de Charaudeau (2006: 16), os princípios que presidem essa relação:

- princípio de alteridade. A existência do Outro cria no Sujeito a consciência de si, fundamental para o estabelecimento das chamadas trocas sociais.
- princípio de influência. Aqui a questão se reveste de importância política mais acentuada, uma vez que o Sujeito não cessa de trazer o Outro para si, para que esse outro *pense, diga* ou *aja* (grifos nossos) segundo a intenção daquele;
- princípio de regulação. Se esse Outro puder ter seu próprio projeto de influência, os dois serão levados a gerenciar sua relação.

Ora, não há na situação de comunicação que buscamos analisar um Sujeito físico e um Outro, nos termos exatos de como ocorre em uma conversação. O que há, de um lado, é o poder público representado pela Prefeitura, e, do outro, a população de uma cidade, envolvidos em uma situação extremamente formal de comunicação concebida e instrumentalizada por projetos de leis e portarias do legislativo e executivo municipais.

Recortemos a classificação de Charaudeau (op. cit.) para melhor esclarecermos os termos em que se dão a alteridade, a influência e a regulação.

Poder público (Prefeitura e prefeito) e povo (população de Natividade) compõem o quadro do princípio de alteridade, segundo o qual o Sujeito Prefeitura (que fala através de documentos de lei) reconhece a si como autoridade a partir desse Outro (que nos termos de uma democracia o elegeu para o cargo). A legitimidade nasce dessa relação, uma vez que um existe em função da existência do outro.

No princípio de influência está o claro propósito de o Poder influenciar os habitantes, em torno de sua aceitação e aclamação, isto é, manter sua legitimidade. É também por meio da autoridade da lei, que o Sujeito-prefeitura decreta os novos nomes das localidades.

Já no princípio de regulação é que reside o problema. Esse problema aparece como uma espécie de “protesto silencioso”: não tendo havido uma manifestação explícita da população⁴, porque talvez nunca tivesse havido esse propósito, o que ocorreu de fato foi uma

⁴ Lembremos o caso do Rio de Janeiro, no qual, em 1994, após a morte do cantor e compositor Tom Jobim, a prefeitura da cidade, na pessoa do próprio prefeito, decide trocar o nome da famosa avenida Vieira Souto, no elegante bairro da zona sul carioca, Ipanema, para avenida Tom Jobim. O projeto não foi adiante porque os herdeiros da memória de Vieira Souto protestaram e fizeram valer o princípio da lei. Contudo, em 1999, uma lei federal acrescentou o nome do compositor ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro.

reação. Se é lei, é para ser cumprida, embora ninguém o faça. A coação não tem validade porque entraria no espaço da intimidade, da livre expressão lingüística, que decidiu usar a nomenclatura anterior. Entendemos que o princípio de regulação, nesse caso, não se deu, ou seja, não houve acordo anterior, nem consulta, apenas a suposição da religiosidade do povo e a influência possível da igreja, em uma cidade onde houve aparições da Virgem. Também não imaginamos uma rejeição tácita aos nomes religiosos impostos, mas apenas uma incompatibilidade entre o hábito e a ameaça a sua impossibilidade. Se alguém tomou conhecimento da lei e resolveu obedecer a ela, esbarrou no obstáculo da não aceitação coletiva, o que caracterizou a legitimidade e a própria existência do nome.

A partir do papel que exerce a memória na manutenção do costume, da tradição, bem como do papel que exerce a oralidade nessa transmissão, passaremos a uma segunda fase de nossa análise, uma vez constatado que, no caso em questão, as transmissões orais têm mais relevância do que a fria letra do papel.

Levantamos o seguinte questionamento: Não havendo concomitância entre a coisa e o nome, há aí um nome vazio, e uma coisa não nomeada, o que se traduz como contradição. Perguntamos, pois: o que não tem cabimento, a lei ou o seu não cumprimento? Como os habitantes dos bairros não foram consultados sobre que nome desejariam para figurar como endereço, também não devem ter sido informados por meio de placas sobre a troca dos nomes, uma vez que até os Correios ignoram a oficialidade e entregam correspondências sem constrangimentos, nos endereços de sempre. Teria havido uma resistência? A resistência não é uma opinião. “Muito pelo contrário, é antes uma ruptura lógica com as opiniões circulantes e dominantes” (Badiou, apud Charaudeau, p. 210).

Recorremos, ainda, a Charaudeau (op. cit.) para tentar entender o fenômeno à luz dos imaginários sociodiscursivos. O Autor os classifica em três: os imaginários da tradição, da modernidade e da soberania popular. Recordemos que nossas ações no mundo decorrem de discursos constitutivos de nosso imaginário, em acordo com o tempo em que eles se dão.

“O imaginário da ‘tradição’ é sustentado por discursos que se referem a um mundo longínquo no tempo, no qual os indivíduos teriam conhecido um estado de pureza” (Charaudeau, op. cit.: 211). A este imaginário estão relacionados importantes eventos sociodiscursivos, tais com a busca da origem, o retorno às fontes, a procura da mãe mítica. Em Natividade, teria o poder público se inspirado nessas fontes para inserir na cidade o discurso mítico do paraíso em vias de reconstituição e restauração na terra? É provável que tenha

suscitado no prefeito Dermeval a hipótese de que a contrapartida à visita/aparição da Santa seria purificar o espaço da cidade com nomes igualmente santos.

No Romantismo, traduziram-se como uma fonte de inspiração durante o período, por exemplo, a santificação do nome da amada (ou do objeto do desejo) e a idolatração da terra intocada/virgem como o paraíso. Foram atitudes como essas na poesia e na ficção que se fundamentou a manutenção da estabilidade e da harmonia, principalmente quando estas pareciam ameaçadas pelo progresso. A tradição dos nomes nos parece relevante nesse sentido. Sempre nos atormenta a suspeita de que a mudança do nome revoga as qualidades primitivas e inatas da coisa nomeada. Há, por outro lado, a crença de que certos nomes não devem ser pronunciados, porque teriam o poder da evocação até mesmo material.

Imaginamos que em toda “guerra santa” se purifiquem os nomes impuros, ou se os eliminem. Imaginamos também que após uma revolução (ou golpe), se purifiquem as instituições com um novo batismo; é também a ocasião dos expurgos, dos banimentos, seguidos da reabilitação de nomes e memórias adormecidas. A esse respeito, é interessante a leitura de *Tudo que é sólido desmancha no ar*, de Berman (1986), no capítulo dedicado à história da fundação da cidade de São Petersburgo, no início do século XVIII. Não foram apenas pântanos que tiveram de ser dragados, nem margens de rios que tiveram de ser assoreados, nem florestas que precisaram ser extirpadas: foram símbolos de uma Rússia czarista que almejava se modernizar diante de uma Europa progressista que tiveram de ser construídos junto com toda uma cidade.

Quanto ao imaginário da Modernidade, trata-se aqui do modo como julgamos o instante presente em relação ao passado, atribuindo-lhe um valor positivo, mesmo quando o criticam (Charaudeau, op. cit.: 215). Ser moderno quer dizer liberar-se cada vez um pouco das potências obscuras que o governariam, isto é, é a desmobilização do *sonho* em favor da *ação*.

Isso explica porque o imaginário da modernidade engendra discursos que celebram a *eficácia* da ação humana que torna os sonhos concretos e que resultaria da conjunção de uma competência e de uma vontade de agir: a competência como condição para que o homem aja de maneira eficaz (id.: 216).

É nesses termos que operamos uma compreensão do moderno: resultado de todo e qualquer esforço contra uma inocência anterior, intensamente natural, que precisa amadurecer. O imaginário da modernidade é, assim, segundo o Autor, o oposto da tradição. Como fonte dos sentidos sociodiscursivos, o imaginário da modernidade aponta para o devir, como rota de correção do que a tradição não forneceu ou não pode mais fornecer. Nesse

sentido, o nome precisaria ser corrigido, porque ele não consubstanciou nenhuma realidade transformadora.

Já o imaginário da Soberania Popular, este é “sustentado pelos discursos que se referem a um mundo, atual ou em construção, onde o povo reina como responsável por seu bem estar” (Charaudeau, op. cit.: 227). Aqui reside o mito da democracia, motor da modernidade, ela própria um mito, que nega o mito anterior da Tradição.

O povo é, então, erigido em entidade abstrata de razão, representante de uma opinião coletiva consensual resultante de uma deliberação ao longo da qual foram confrontados pontos de vista diferentes e tomadas de decisões contrárias. Assim impõem-se a todos uma opinião dita majoritária (id.: 227).

Temos então três ordens discursivas que se ordenam diacronicamente, embora subsistam sincronicamente. Da tradição (legítima representação de uma era mítica) à modernidade (legítima representação do repúdio à superstição e adesão à razão) resulta o princípio da soberania popular (representativa do anseio democrático e das garantias individuais). Estes três imaginários regulam a vida em sociedade e condicionam suas práticas.

Cidade e memória

Ao constatarmos que a motivação religiosa prevalece no que diz respeito à nomeação das localidades citadas, assim como acontece em outras ruas e bairros espalhados pelas cidades de todo o Brasil, inferimos que um apelo à “tradição” religiosa do nosso povo se justifica. O termo aparece entre aspas por estar destituído de seu valor convencional. Não é a legítima tradição, que emana de um discurso justificado. Esta tradição sem aspas resulta de uma sustentação na memória, na “lei” que está gravada no coração dos homens, e que só explicamos pela via das práticas sociais e culturais. Não foram essas práticas as que justificaram o apelo à denominação superficial dos bairros, por instrumentos de lei. Como havíamos já dito, só podemos falar de soberania popular se nos referirmos à memória.

O resgate da memória consiste em uma tentativa de reconstrução do passado ou ressarcimento de uma perda, e a oralidade é a forma privilegiada de transmissão de saberes, principalmente daqueles vinculados às tradições, como verificamos, ao tentarmos entender a manutenção dos nomes tradicionais dos bairros de Natividade, como uma forma

velada de resistência. A cultura oral nesse sentido esteve fortemente em evidência nos saberes populares dos seus habitantes.

Desde a Antiguidade, homens e mulheres contam histórias que presenciaram e recontam outras histórias que ouviram. Até o advento da escrita, a oralidade é o meio prático de transmissão das tradições culturais. Mesmo séculos depois, realçamos o poder que ainda tem a cultura oral quando o assunto é a memória. Talvez seja por isso que o testemunho oral não possa se submeter ao crivo da veracidade, uma vez que sua transmissibilidade não se faz por critério outro senão o da seleção da memória.

Ecléa Bosi (2004: 53) revela-nos que “a lembrança é a sobrevivência do passado”. Trata-se aqui da lembrança do vivido, que particularmente o velho exercita. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembranças”, conclui a autora.

O que podemos verificar em Natividade na questão da nomeação dos bairros foi que o ato, mesmo sendo pertinente à autoridade, não foi suficiente para conseguir arrancar da população o caráter permanente que assumem certas memórias. Essa questão é tão nítida que, em Natividade, todos desconhecem o nome oficial dos bairros mencionados. A cada nova geração ratifica-se o nome popular, gravado no coração dos homens.

Referências bibliográficas

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRESCIANI, Maria Stella. *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

CALVINO, ITALO. *As Cidades invisíveis*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.

História de Nossa Senhora de Natividade. Disponível: <http://www.nossasenoradenatividade.com.br/historia.htm>. Consultado em 06 de outubro de 2010.

VIEIRA, Júlia Lemos. “Rousseau: o papel da pedagogia na manutenção da vontade geral”. *Revista Índice*, vol. 02, n. 01, 2010/1 [DISPONÍVEL: <http://www.revistaindice.com.br>].

BAUDRILLARD, Jean. *América*. Rio de Janeiro, 1996.

MARSHALL. Berman. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Familia Lannes. Disponível: www.familialannes.com.br. Consultado em 20 de outubro de 2010.

www.itaperunaonline.com.br/Portal/. Sem título. Consultado em 20 de outubro de 2010.

A dinâmica do emprego formal na região Norte do estado do Rio de Janeiro, nas últimas duas décadas

Helio Junior de Souza Crespo
Instituto Federal Fluminense-IFF
E-mail: hjunior@iff.edu.br

Paulo Marcelo de Souza
Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF
E-mail: pmsouza@uenf.br

RESUMO: o objetivo da pesquisa é analisar o processo de expansão econômica da região Norte do estado do Rio de Janeiro, nas últimas duas décadas, tomando-se, como *proxy*, o emprego formal. Com o uso do modelo estrutural diferencial, fez-se uma análise da evolução do pessoal ocupado nas diversas atividades econômicas dessa região. A região, segundo os resultados, exibiu um comportamento econômico dinâmico em diversas atividades, que se refletiu no aumento de sua participação no emprego total do estado. A expansão da indústria extrativa mineral, baseada no petróleo, ao propiciar as condições para a expansão de atividades direta ou indiretamente relacionadas com ela, foi um dos principais fatores a explicar o crescimento econômico da região.

Palavras-chave: economia regional; modelo estrutural-diferencial; petróleo.

ABSTRACT: the objective of the research was to analyze the process of economic expansion of the North region of Rio de Janeiro state, in last the two decades. The formal job was used as proxy to describe the economic growth. To analyze the evolution of employment in the economic activities of this region, the differential-structural method was used. The region, according to the results, had a dynamic economic behavior in many activities and, as a consequence, its participation in the total employment of the state increased. The growth of the mineral extraction industry, based in the oil, creating the conditions for the expansion of other activities associated with it, was one of the main factors to explain the economic growth of the region.

Key-words: regional economy; shift-share analysis; oil.

1. INTRODUÇÃO

A década de oitenta, considerada a década perdida, foi marcada por políticas econômicas de controle monetário, fiscal, inflacionário e de exportação e importação de bens e serviços. Estas medidas repercutiram de forma negativa na capacidade de investimentos do setor produtivo e, entre as conseqüências, houve queda da taxa de

crescimento do PIB, acentuada elevação da dívida externa, redução do emprego e intensificação da inflação. Como desafios, ela legou à década seguinte as preocupações com a questão monetária e a retomada da trajetória de modernização e crescimento (FERNANDES, 2007).

A década de 1990 foi caracterizada por um aprofundamento desta política nos primeiros anos. Esse período assinala a crise, iniciada na década anterior, do modelo de desenvolvimento até então adotado pelo governo brasileiro, intrinsecamente vinculado à forte presença estatal nos investimentos e no planejamento da economia. A redução da presença estatal e a maior abertura do mercado nacional à concorrência internacional, especialmente a partir dos anos 90, evidenciaram a incapacidade da produção interna de competir com os produtos estrangeiros, o que levou várias empresas, nacionais ou não, a se reestruturarem organizacional e produtivamente. (ALMEIDA, 2002).

Conforme Barral Neto e Silva Neto (2006), o estado do Rio de Janeiro foi um dos mais impactados por essas mudanças. Num contexto de “reforma do Estado”, a economia fluminense ressentiu-se da menor presença do Governo Federal, que atuava como demandante de suas empresas. A esses eventos somaram-se ainda a abertura do mercado nacional à competição com produtos estrangeiros, expondo importantes setores produtivos, como o naval, o sucro-alcooleiro e o metalúrgico (Silva Neto, 2006).

A disparidade econômica entre as regiões do estado, caracterizada pela concentração das atividades econômicas e da geração de renda na região metropolitana, é um fator adicional a acirrar os efeitos decorrentes das mudanças citadas. A região metropolitana, conforme Santos (2003), responde praticamente por toda a economia fluminense, que não apresenta articulação forte entre as suas regiões. Segundo o autor, o Rio de Janeiro é o estado com maior concentração espacial em termos de produto e de população.

Diante da necessidade de reduzir essa concentração, vêm sendo adotadas medidas visando a interiorização industrial, mediante a criação de bases industriais e sistemas de apoio tecnológico em diferentes pontos do território fluminense. Além de ser uma tendência mundial, o processo de interiorização industrial está relacionado, segundo Barral Neto e Silva Neto (2006), aos novos papéis dos estados e dos municípios, surgidos ao final da década de 80. A partir da constituição 1988, os governos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, passando a não depender exclusivamente do planejamento

central para formular suas políticas econômicas. Uma das conseqüências dessa autonomia foi a chamada “Guerra Fiscal” entre os municípios que, na tentativa de atrair maiores investimentos externos, passaram a reduzir impostos municipais para, com isso, atrair novas empresas. Essas medidas contribuíram para atrair investimentos para as regiões periféricas, representando, portanto, um incentivo ao processo de interiorização da economia fluminense.

Outro fator a impactar a dinâmica econômica do estado é a expansão da atividade petrolífera. Tamanha tem sido a influência desse setor que, segundo Silva Neto (2006), as perspectivas de retomada do processo de crescimento econômico do Estado relacionam-se, de forma estreita, com a indústria do petróleo, situada na Bacia de Campos. Tal fato, além disso, coloca a região norte fluminense, base desse processo, como um pólo de destaque econômico.

2. METODOLOGIA

2.1. Modelo estrutural-diferencial

A pesquisa parte da premissa de que vem ocorrendo um processo de desconcentração e interiorização da economia fluminense, tradicionalmente baseada na região metropolitana. Segundo várias análises, tal processo de interiorização tem sido capitaneado pela atividade petrolífera, sediada na região Norte Fluminense. Partindo desses pressupostos, a pesquisa procura abordar a dinâmica das diversas atividades produtivas da região Norte Fluminense, nas últimas duas décadas, e verificar qual é sua contribuição no processo de interiorização e desconcentração da economia do estado do Rio de Janeiro.

Para analisar a dinâmica setorial da economia da região norte fluminense, foi empregado o modelo estrutural-diferencial. Esse modelo, em sua forma original ou ampliada, tem sido utilizado em vários estudos, como é o caso de Souza (2007), Souza et al. (2007), Santos (2000), Souza e Souza (2004), Pereira e Campanile (1999).

Na pesquisa, as diferenças no crescimento do emprego, por setor, serão analisadas com base em seus efeitos sobre o emprego formal. Ainda que dados sobre o valor da produção sejam mais adequados, a maior disponibilidade de dados sobre emprego, em nível regional, tem feito com que, nos estudos empregando a abordagem estrutural-diferencial, esta última variável predomine. Há que se ressaltar, porém, que o uso do emprego, como medida de crescimento econômico, implica assumir que não há diferenças significativas na produtividade do trabalho nas diversas atividades de cada região. Caso

contrário, dada região poderia apresentar um diferencial de crescimento devido à maior produtividade de sua mão-de-obra, e não por vantagens locacionais que, por hipótese, o modelo aponta como razões para aquele diferencial (SOUZA e SOUZA, 2004).

Embora o método não permita inferir sobre as causas do maior dinamismo de determinado setor ou das vantagens locacionais de determinada região, ele representa, conforme Haddad (1989), um modelo analítico capaz de gerar informações importantes para a realização de pesquisas adicionais sobre problemas de desenvolvimento regional.

Através desse modelo, espera-se poder comparar o crescimento do pessoal ocupado, nas diversas atividades, bem como identificar a presença de fatores, em nível regional, que contribuem para explicar esse comportamento.

Para analisar as mudanças no emprego entre dois períodos, com o uso do método estrutural-diferencial, parte-se das matrizes contendo dados sobre o emprego por setor de atividade, para cada unidade territorial de análise e para o conjunto dessas unidades. Nesse método, cuja descrição baseia-se em Haddad e Andrade (1989), Pereira (1997) e Pereira e Campanile (1999), admite-se que o crescimento de determinado setor i , numa dada região j , pode ser decomposto num efeito estrutural ou proporcional e num efeito diferencial ou regional. O efeito estrutural reflete a composição setorial regional, indicando, quando positivo, que a região se especializou em setores mais dinâmicos da economia, ou seja, de setores com taxa de crescimento maior do que a do conjunto da economia. Situação contrária ocorre quando a região se especializa em setores mais estagnados, o que se manifesta por efeito estrutural negativo.

Já o efeito diferencial ou regional indica, quando positivo, que o setor que está crescendo mais numa região do que em outras, refletindo assim a presença de fatores locais propiciadores desse diferencial de crescimento, evidenciando que a região se apresenta especialmente vantajosa para a produção desse setor, relativamente ao país. De acordo com Santos (2000), aspectos como variação nos custos dos transportes, estímulos fiscais, diferenças de preços relativos de insumos e fatores de produção mais abundantes contribuem para conferir vantagens locacionais a determinada região, o que se reflete em efeito diferencial positivo.

Sejam E_{ij}^0 e E_{ij}^1 o pessoal ocupado no setor i da região j nos períodos inicial e final, respectivamente. Assim, a variação real do pessoal ocupado entre esses períodos (ΔE_{ij}^t) é equivalente a:

$$\Delta E_{ij}^t = E_{ij}^t - E_{ij}^0 \quad (1)$$

Admitindo como e_{ij} a taxa de crescimento do pessoal ocupado no setor i da região j, entre os tempos inicial e final, obtida por

$$e_{ij} = \frac{E_{ij}^t}{E_{ij}^0} \quad (2)$$

resulta que o montante do pessoal ocupado no período final, no setor i da região j (E_{ij}^t), pode ser expresso como o produto do pessoal ocupado inicialmente no setor i da região j (E_{ij}^0) pela taxa de crescimento desse mesmo setor na mesma região (e_{ij}), ou seja:

$$E_{ij}^t = E_{ij}^0 \cdot \frac{E_{ij}^t}{E_{ij}^0} = E_{ij}^0 \cdot e_{ij} \quad (3)$$

Substituindo a equação (3) na expressão da variação real do pessoal ocupado no setor i da região j entre os períodos inicial e final (1), obtém-se

$$\Delta E_{ij}^t = E_{ij}^t - E_{ij}^0 = E_{ij}^0 \cdot e_{ij} - E_{ij}^0 = E_{ij}^0 (e_{ij} - 1) \quad (4)$$

Define-se a taxa de crescimento do pessoal ocupado no setor i no estado (e_i) como a divisão entre o montante do pessoal ocupado no setor i do estado no período final (E_i^t) pelo montante inicialmente ocupado no setor i do estado (E_i^0), isto é,

$$e_i = \frac{E_i^t}{E_i^0} \quad (5)$$

Similarmente, a taxa de crescimento do pessoal ocupado no estado entre os instantes inicial e final como a divisão do total do pessoal ocupado ao final do período (E^t) pelo pessoal ocupado no início (E^0), ou seja,

$$e = \frac{E^t}{E^0} \quad (6)$$

Somando-se e subtraindo-se essas taxas de crescimento na expressão (4), ou seja, fazendo

$$\Delta E_{ij}^t = E_{ij}^t - E_{ij}^0 = E_{ij}^0 \cdot (e_{ij} - 1 + e - e + e_i - e_i)$$

e, multiplicando e reagrupando os termos, obtém-se:

$$\Delta E_{ij}^t = E_{ij}^t - E_{ij}^0 = E_{ij}^0 (e - 1) + E_{ij}^0 (e_i - e) + E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) \quad (7)$$

que é a expressão para a decomposição da variação do pessoal ocupado no setor i entre o período inicial e final, na região j. Nessa expressão:

$E_{ij}^0(e-1)$ corresponde à variação teórica do pessoal ocupado em nível regional, que seria obtida caso a região crescesse à taxa de crescimento do emprego estadual;

$E_{ij}^0(e_i - e)$ é a variação estrutural ou proporcional que, se positiva, representa uma situação em que o setor i cresce acima da média do estado; e,

$E_{ij}^0(e_{ij} - e_i)$ representa o efeito diferencial ou regional, indicando a existência ou não de vantagens locacionais, ou seja, de condições propícias crescimento do setor. Se positivo, indica que o setor i cresce mais na região j que em outras.

O efeito total, ou variação líquida total (VLT) é obtido pela soma dos efeitos estrutural e diferencial, e mede a diferença entre o crescimento real ou efetivo apresentado pelo estado e o crescimento teórico, isto é, aquele que seria obtido caso crescesse à taxa do estado como um todo. Assim, retomando a expressão (7) e fazendo uso da equação (3), demonstra-se que o efeito total corresponde a:

$$\Delta E_{ij}^t - E_{ij}^0(e-1) = E_{ij}^0(e_i - e) + E_{ij}^0(e_{ij} - e_i) = E_{ij}^0(e_{ij} - e) \quad (8)$$

Da expressão (8) pode-se concluir que os efeitos totais positivos correspondem a setores dinâmicos, que estariam crescendo, em termos reais, mais do que cresceriam se estivessem evoluindo à taxa estadual.

Uma das limitações do modelo, em sua formulação original, é a aplicação das taxas de crescimento ao pessoal ocupado no ano inicial (E_{ij}^0), o que implica não considerar possíveis mudanças na estrutura do emprego no tempo. Por essa razão, a proposta de Stilwell (1969) é a de calcular o efeito proporcional mediante o emprego do final do período (E_{ij}^t), em vez daquele observado no início (E_{ij}^0), o que permite obter um novo efeito proporcional.

Esteban-Marquillas (1972), por sua vez, adicionou aos efeitos proporcional e diferencial, o efeito alocação. Para tanto, esse autor elaborou a noção de emprego homotético (\hat{E}_{ij}^0), equivalente ao pessoal ocupado que o setor i da região j teria se a estrutura de emprego fosse igual à do estado, tal que:

$$\hat{E}_{ij}^0 = E_j^0 (E_i^0 / E^0) \quad (9)$$

em que: \hat{E}_{ij}^0 é o emprego homotético do setor i da região j no ano inicial; E_j^0 o pessoal ocupado da região j no ano inicial; E_i^0 o pessoal ocupado no setor i do estado no ano inicial; e, E^0 o pessoal ocupado do estado no ano inicial. Através do uso do emprego homotético obtém-se o efeito competitivo (D_{ij}^t), livre da influência do efeito proporcional:

$$D'_{ij} = \hat{E}^0_{ij} (e_{ij} - e_i) \quad (10)$$

Para absorver o resíduo entre D_{ij} e D'_{ij} , Esteban-Marquillas introduziram no método o efeito alocação (A_{ij}), dado por:

$$A_{ij} = (E^0_{ij} - \hat{E}^0_{ij}) (e_{ij} - e_i) \quad (11)$$

Com essas modificações, as parcelas constituintes da variação líquida total (VLT) passam a ser os efeitos proporcional, competitivo e alocação.

Na formulação de Esteban-Marquillas, Herzog e Olsen (1979) substituem o pessoal ocupado inicialmente (E^0_{ij}) pelo pessoal ocupado do final do período (E^t_{ij}), tal como proposto por Stilwell (1969). Inserindo a mudança do peso na composição do emprego ($E^t_{ij} - \hat{E}^t_{ij}$), obtém-se um novo efeito alocação, cujos componentes são a composição do emprego no ano inicial, a do ano final e as respectivas taxas de crescimento.

$$A_{ij} = [(E^t_{ij} - \hat{E}^t_{ij}) - (E^0_{ij} - \hat{E}^0_{ij})] (e_{ij} - e_i) \quad (12)$$

De acordo com os sinais do efeito alocação (A_{ij}) os setores, dentro de determinada região, podem ser classificados conforme o quadro seguinte. Assim, uma determinada região será especializada em dado setor se a variação do emprego efetivo for maior do que a variação do emprego esperado, e terá vantagem competitiva nessa atividade se ela crescer, na região, acima da média estadual.

Quadro 1 - Efeito alocação e componentes modificados

Definição	Efeito locação	Componentes	
		Especialização ($E^t_{ij} - \hat{E}^t_{ij} - (E^0_{ij} - \hat{E}^0_{ij})$)	Vantagem competitiva ($e_{ij} - e_i$)
Desvantagem competitiva Especializada	-	+	-
Desvantagem competitiva não especializada	+	-	-
Vantagem competitiva não especializada	-	-	+
Vantagem competitiva Especializada	+	+	+

Fonte: Herzog e Olsen (1979).

Conforme Souza e Souza (2004), as áreas mais dinâmicas, para determinado setor, são aquelas com vantagem competitiva especializada, nas quais o setor torna-se mais representativo na estrutura econômica regional do que na do estado, e cresce mais na região do que no total do estado, o que se reflete em efeito alocação positivo. Setor com taxa de crescimento superior à observada no estado, mas que, ainda assim, vem perdendo

importância na estrutura econômica regional, quando comparada à importância que ocupa na economia do estado, caracteriza-se por vantagem competitiva não especializada.

Também resulta em efeito alocação positivo uma situação em que o emprego num determinado setor, que cresce menos na região do que na média do estado, torna-se também menos representativo nessa região do que no estado, caracterizando desvantagem competitiva não especializada. Quando um setor, além de ter menor taxa de crescimento na região do que no estado, eleva participação na economia regional, comparativamente à importância que ocupa no estado, trata-se de um caso de desvantagem competitiva especializada.

Com as mudanças introduzidas no efeito alocação, o efeito competitivo (D''_{ij}) será agora:

$$E^0_{ij} (e_i - e) + \hat{E}^0_{ij} (e_{ij} - e_i) + (E^0_{ij} - \hat{E}^0_{ij}) (e_{ij} - e_i) = E^0_{ij} (e_i - e) + D''_{ij} + [E^t_{ij} - \hat{E}^t_{ij} - (E^0_{ij} - \hat{E}^0_{ij})] (e_{ij} - e_i) \quad (13)$$

Reordenando os termos dessa equação, obtém-se o efeito competitivo (D''_{ij}), conforme Herzog e Olsen:

$$D''_{ij} = (2E^0_{ij} - E^t_{ij} + \hat{E}^t_{ij} - \hat{E}^0_{ij}) (e_{ij} - e_i) \quad (14)$$

Após as correções feitas por Herzog e Olsen, a variação líquida total será obtida com base no efeito proporcional original (P_{ij}) mais o efeito competitivo modificado e o efeito alocação modificado:

$$VLT = P_{ij} + D''_{ij} + A_{ij} = E^0_{ij} (e_i - e) + (2E^0_{ij} - E^t_{ij} + \hat{E}^t_{ij} - \hat{E}^0_{ij})(e_{ij} - e_i) + [(E^t_{ij} - \hat{E}^t_{ij}) - (E^0_{ij} - \hat{E}^0_{ij})] (e_{ij} - e_i) \quad (15)$$

2.2. Fonte dos dados

Para a análise, foram considerados os estoques de empregos formais em 31 de dezembro, de cada ano de interesse, na mesorregião Norte fluminense e no estado como um todo, nos 26 (vinte e seis) subsetores de atividade econômicas definidos pelo IBGE. Visando captar os efeitos das mudanças políticas e econômicas ocorridas nas últimas duas décadas, a análise foi conduzida nos períodos 1987-1992, 1992-1999 e 1999-2009.

Os vinte e seis setores analisados são apresentados na Tabela 1. A numeração de cada setor, apresentada na tabela, será considerada quando da apresentação gráfica dos resultados do estudo.

Tabela 1 - Relação dos setores da economia fluminense e numeração correspondente

Setores	Numeração
Extrativa mineral	1
Ind. de prod. minerais não metálicos	2
Indústria. Metalúrgica	3
Ind. Mecânica	4
Ind. do mat. elétrico e de comunicação	5
Ind. do material de transporte	6
Ind. da madeira e do mobiliário	7
Ind. do papel, editorial e gráfica	8
Ind. da borracha, fumo, couros	9
Ind. quím. farm., veter., perfumaria	10
Ind. têxtil vest. artef. de tecidos	11
Ind. de calçados	12
Ind. Alimentos, bebidas e álcool etílico	13
Serv. ind. de utilidade pública	14
Construção civil	15
Comércio varejista	16
Comércio atacadista	17
Inst. de crédito, seg. capitalização	18
Com. e admin. Imóveis	19
Transportes e comunicações	20
Serv de aloj., ali., reparação	21
Serv. médicos, odont. e veterinário	22
Ensino	23
Admin. públ. direta e autárquica	24
Agricultura e outros	25
Outros / ignorado	26

Fonte: RAIS.

Os dados sobre o pessoal ocupado são provenientes da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego. As informações provenientes dessa fonte são mais adequadas a análises estruturais do mercado de trabalho formal, como é o caso da pesquisa, sendo, portanto, mais recomendáveis do que as informações provenientes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, indicadas para análises de conjuntura do mercado de trabalho formal (BRASIL, 2010).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Período 1987 a 1992

Na Tabela 2 encontram-se os valores da variação líquida total do emprego na região Norte Fluminense, bem como sua decomposição nos efeitos proporcional, competitivo e alocação, referente ao primeiro dos três períodos analisados.

Tabela 2 - Efeitos proporcional, competitivo, alocação e total, por setor econômico, região Norte fluminense, 1987-1992

Setores	Efeitos			Total
	Proporcional	Competitivo	Alocação	
I. Extrativa mineral	-572,54	1823,26	223,08	1473,80
I. minerais não metálicos	-336,42	-343,73	49,88	-630,27
I. metalúrgica	-36,41	-21,95	-51,46	-109,82
I. mecânica	-254,77	17,32	4,63	-232,82
I. mat. elétrico/comunic.	-3,34	-730,53	787,71	53,83
I. material de transporte	-45,54	-317,67	405,77	42,56
I. madeira e mobiliário	-145,29	-90,26	10,23	-225,33
I. papel e gráfica	-97,53	-308,78	45,82	-360,48
I. borracha, fumo, couro	-32,48	-22,02	27,58	-26,92
I. química	-48,53	9,84	-18,94	-57,63
I. têxtil	-322,42	-40,14	-12,90	-375,46
I. calçados	1,35	9,53	2,41	13,29
I. produtos alimentícios	-709,42	-2775,32	623,69	-2861,04
Serviços utilidade pública	191,89	58,86	4,66	255,41
Construção civil	226,90	433,41	81,48	741,79
Comércio varejista	-911,81	-568,41	28,70	-1451,52
Comércio atacadista	63,71	144,25	34,89	242,85
Crédito, seguros.	-247,14	99,72	25,26	-122,15
Com e administração	-53,85	-456,41	0,15	-510,11
Transportes/comunic.	165,31	262,90	12,44	440,65
S. alojam., alimentação	-346,17	499,10	106,30	259,23
S. médicos, odontol.	450,03	-412,92	56,95	94,05
Ensino	51,11	131,18	132,69	314,98
Administração pública	-1141,82	-1682,72	-34,53	-2859,07
Agricultura	1299,86	-185,61	-244,20	870,05
Outros/ignorado	8789,61	-11341,98	5540,45	2988,08
Total	0,00	-2032,05	0,00	-2032,05

Fonte: resultados da pesquisa.

Nesse período, cerca de metade dos setores analisados apresentou variação líquida total positiva, uma vez que cresceram a taxas maiores do que o crescimento teórico, que seria obtido caso crescessem à taxa do estado como um todo como. Essa situação foi

verificada para os setores indústria extrativa mineral, indústria de material elétrico e comunicação, indústria de material de transporte, indústria de calçados, serviços de utilidade pública, construção civil, comércio atacadista, além dos serviços transportes e comunicação, de alojamento e alimentação, médico e odontológico e ensino, além dos setores agricultura e outros. São, portanto, setores cujo crescimento, na região, foi maior do que o observado na economia do estado do Rio de Janeiro.

Os demais setores apresentaram variação líquida total negativa. Em outras palavras, a taxa de crescimento do emprego nesses setores, na região Norte Fluminense, foi menor do que a observada para o conjunto da economia do estado. E, em consequência do menor dinamismo desses últimos setores, o emprego total dessa região exibiu um crescimento menor do que o observado no estado, exibindo variação líquida total negativa.

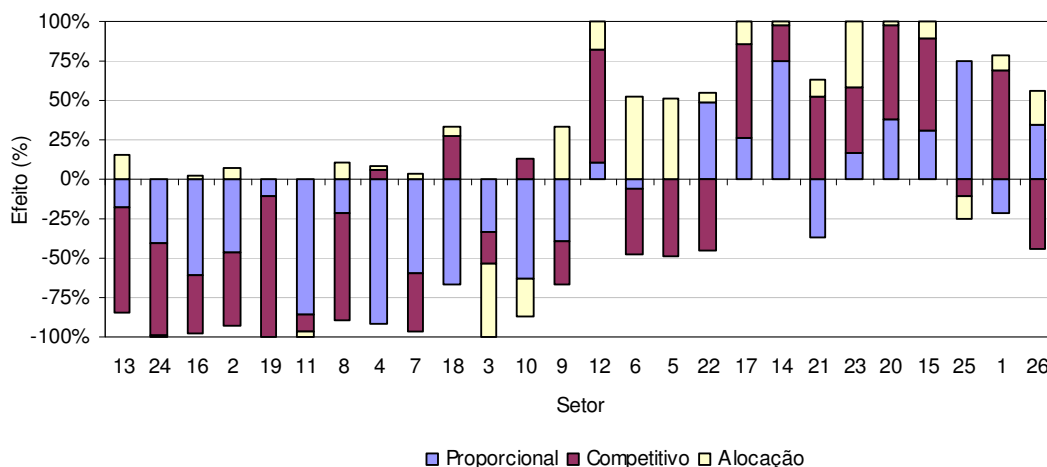
Esse resultado está associado ao comportamento menos dinâmico, no estado, da maior parte dos setores, evidenciado pelo efeito proporcional negativo. De fato, apenas os setores indústria de calçados, serviços de utilidade pública, construção civil, comércio atacadista, transportes e comunicação, serviços médicos e odontológicos, ensino, agricultura e outros exibiram efeito proporcional positivo no período, isto é, foram os que apresentaram um crescimento superior ao crescimento observado para o total do emprego no estado do Rio de Janeiro.

Portanto, deve-se ao predomínio dos efeitos competitivo e alocação a presença de variação líquida total positiva para um significativo número de setores. Observa-se que o efeito competitivo foi positivo para: indústria extrativa mineral, indústria mecânica, indústria química, indústria de calçados, serviços de utilidade pública, construção civil, comércio atacadista, crédito, seguros, transporte e comunicações, serviços de alojamento, e ensino. Esses resultados evidenciam que, no período, a região ofereceu condições para que os setores mencionados exibissem um crescimento superior ao observado no estado, para os mesmos setores, mostrando-se, portanto, especialmente vantajosa para o desenvolvimento dessas atividades. Há que se destacar ainda o efeito alocação que, com exceção dos setores indústria metalúrgica, indústria química, indústria têxtil, administração pública e agricultura, mostrou-se positivo para todos os demais.

A contribuição percentual dos efeitos sobre a variação líquida total, para cada um dos setores analisados, é exibida na Figura 1. Nesta figura, os setores, na abscissa, foram dispostos em ordem crescente de variação líquida total, e sua numeração é a mesma dada na Tabela 1, onde foram apresentados.

Na figura, pode-se observar que, a partir do setor número 12 (indústria de calçados), todos os demais apresentam variação líquida positiva, ou seja, apresentaram crescimento superior ao ocorrido no estado, uma vez que os efeitos positivos superam os negativos. Esse resultado deve-se, principalmente, à preponderância do efeito competitivo, como ocorre nos setores 12 (indústria de calçados), 17 (comércio atacadista), 21 (alojamento e alimentação), 23 (ensino), 20 (transporte e comunicações), 15 (construção civil) e 1 (extrativa mineral), e também ao efeito alocação, nos setores 6 (indústria do material de transporte) e 5 (indústria do material elétrico e de comunicação). Já os setores 22 (serviços médicos, odontológicos e veterinários), 14 (serviços industriais de utilidade pública) e 25 (agricultura e outros) são aqueles que apresentaram maior dinâmica no estado, razão pela qual, nestes casos, o principal fator explicativo da variação líquida positiva foi o efeito proporcional.

Figura 1 – Participação percentual, na variação líquida total, dos efeitos proporcional, competitivo e alocação, para os setores da região Norte fluminense, 1987-1992.



Fonte: Dados da pesquisa

A decomposição do efeito alocação nos componentes especialização e vantagem competitiva permitiu classificar os diversos setores, conforme definições anteriormente apresentadas (Quadro 1). A classificação resultante, apresentada no Quadro 2, permite constatar que a região Norte Fluminense, neste primeiro período, vantagem competitiva

especializada para 13 setores da economia, desvantagem competitiva especializada para 5 setores, e desvantagem competitiva não especializada para 8 (oito) setores.

Quadro 2 – Classificação das atividades econômicas da região Norte Fluminense, com base nos componentes do efeito alocação, período 1987 a 1992

Vantagem competitiva		Desvantagem competitiva	
Especializada	Não especializada	Especializada	Não especializada
I. extrativa mineral		I. metalúrgica	I. minerais não metálicos
I. mecânica		I. química	I. madeira e mobiliário
I. mat. elétrico/comunic.		I. têxtil	I. papel e gráfica
I. material de transporte		Administração pública	I. produtos alimentícios
I. borracha, fumo, couro		Agricultura	Comércio varejista
I. calçados			Com e administração
Serviços utilidade pública			S. médicos, odontol.
Construção civil			Outros/ignorado
Comércio atacadista			
Crédito, seguros.			
Transportes/comunic.			
S. alojam., alimentação.			
Ensino			

Fonte: Dados da pesquisa

3.2. Período 1992 a 1999

Os resultados da decomposição da variação líquida total do pessoal ocupado na região Norte Fluminense, no período de 1992 a 1999, nos efeitos proporcional, competitivo e alocação, encontram-se na Tabela 3. Observa-se, para esse período, variação líquida total positiva para um número significativo de setores da região, com exceção da indústria extrativa mineral, de material elétrico comunicação, material de transporte, de papel e gráfica, têxtil, de calçados, produtos alimentícios, serviços de utilidade pública, créditos, seguros, alojamento e alimentação, e outros.

Os setores citados, opostamente aos demais, apresentaram variação líquida total negativa, uma vez que cresceram menos do que o crescimento teórico, que seria obtido caso crescessem à taxa do estado como um todo. Tal resultado resulta de um comportamento menos dinâmico, no estado, dos setores indústria do material elétrico e de comunicação, indústria do material de transporte, indústria têxtil, indústria de calçados, serviços de alojamento, alimentação e reparos e, para os quais o efeito estrutural negativo foi preponderante. No caso dos setores indústria extrativa mineral, indústria de alimentos, serviços industriais de utilidade pública, instituições de crédito, seguros e capitalização e

indústria do papel, editorial e gráfica, o efeito competitivo foi negativo, somando-se ao efeito proporcional no sentido de reduzir o dinamismo dos mesmos.

Tabela 3 - Efeitos proporcional, competitivo, alocação e total, por setor econômico, região Norte Fluminense, 1992-1999

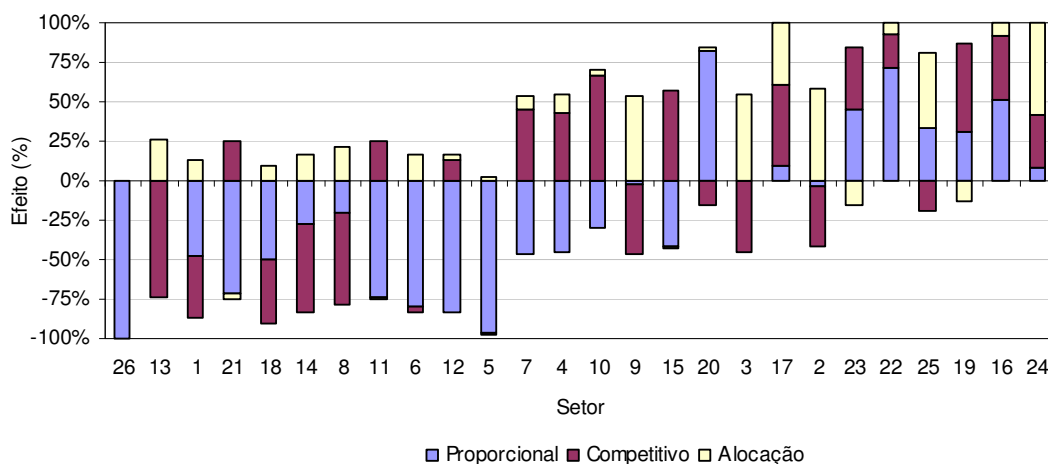
Setores	Efeitos			Total
	Proporcional	Competitivo	Alocação	
I. Extrativa mineral	-2574,58	-2174,51	691,69	-4057,40
I. minerais não metálicos	-337,80	-3672,55	5604,58	1594,23
I. metalúrgica	-1,32	-4099,76	5073,86	972,77
I. mecânica	-107,46	99,93	28,40	20,87
I. mat. elétrico/comunic.	-43,93	-0,70	1,03	-43,60
I. material de transporte	-85,42	-3,04	18,17	-70,28
I. madeira e mobiliário	-93,41	91,25	17,16	15,00
I. papel e gráfica	-187,28	-524,75	190,42	-521,61
I. borracha, fumo, couro	-39,97	-837,09	992,42	115,35
I. química	-33,25	74,87	3,70	45,31
I. têxtil	-256,38	88,30	-0,48	-168,56
I. calçados	-66,82	10,71	2,33	-53,77
I. produtos alimentícios	-29,07	-7622,15	2784,36	-4866,85
Serviços utilidade pública	-243,74	-484,26	149,84	-578,16
Construção civil	-459,93	622,06	-15,15	146,98
Comércio varejista	3505,40	2777,39	532,91	6815,70
Comércio atacadista	115,63	590,20	467,09	1172,92
Crédito, seguros.	-375,35	-309,08	70,32	-614,11
Com e administração	1551,13	2796,92	-640,03	3708,02
Transportes/comunic.	990,10	-193,05	27,18	824,23
S. alojam., alimentação	-1079,68	375,65	-50,69	-754,72
S. médicos, odontol.	2120,89	668,39	196,22	2985,50
Ensino	1508,77	1344,78	-501,92	2351,63
Administração pública	647,18	2808,90	4821,17	8277,24
Agricultura	1858,53	-1076,82	2706,78	3488,49
Outros/ignorado	-5417,13	-5,35	-2,19	-5424,67
Total	0,00	15380,48	0,00	15380,48

Fonte: resultados da pesquisa

Por outro lado, a variação líquida total positiva, observada em vários setores, tem causas diversas. Isso pode ser constatado a partir da Figura 2, que exhibe a contribuição percentual dos efeitos sobre a variação líquida total, para cada um dos setores analisados. Essa figura foi obtida segundo os mesmos princípios adotados para a obtenção da Figura 1, descritos anteriormente.

Na figura, pode-se observar que, a partir do setor número 7 (indústria da madeira e mobiliário), todos os demais apresentam variação líquida positiva, ou seja, apresentaram crescimento superior ao ocorrido no estado, uma vez que os efeitos positivos superam os negativos. Esse resultado deve-se, principalmente, à predominância do efeito competitivo, nos setores 7 (indústria da madeira e do mobiliário), 4 (indústria mecânica), 10 (indústria química), 15 (construção civil), 17 (comercio atacadista) e 19 (comércio e administração de imóveis), e ao efeito alocação, nos setores 9 (industria da borracha, fumo, couro), 3 (indústria metalúrgica), 2 (indústria de minerais não metálicos) e 25 (agricultura e outros). Já nos setores 20 (transporte e comunicação), 23 (ensino), 22 (serviços médicos) e 16 (comércio varejista) predominou o efeito proporcional positivo, por se tratar de setores que, no estado como um todo, vêm exibindo taxas de crescimento superiores aos demais.

Figura 2 – Participação percentual, na variação líquida total, dos efeitos proporcional, competitivo e alocação, para os setores da região Norte fluminense, 1992-1999.



Fonte: Dados da pesquisa

Por outro lado, os setores que apresentaram menor crescimento na região, com variação líquida total negativa, são, de modo geral, setores que, no estado como um todo, apresentaram comportamento menos dinâmico. Assim, a maior parte dos setores que apresentaram variação líquida negativa caracteriza-se por efeito estrutural negativo, que predomina sobre os demais efeitos. As exceções são os setores 13 (indústria alimentos,

bebidas e álcool etílico), 14 (serviços industriais de utilidade pública) e 8 (indústria do papel, editorial e gráfica), nos quais o efeito competitivo negativo foi o mais relevante.

No Quadro 3, que apresenta a classificação resultante da decomposição do efeito alocação, pode-se inferir que, neste período, 19 setores, dos 26 analisados, apresentaram vantagem competitiva na região. Dentre eles, 14 se apresentaram vantagem competitiva não especializada, e 5 com vantagem competitiva especializada. Desvantagem competitiva, em sua maior parte não especializada, foi a situação encontrada para apenas 5 setores.

Quadro 3 – Classificação das atividades econômicas da região Norte Fluminense, com base nos componentes do efeito alocação, período 1992 a 1999

Vantagem competitiva		Desvantagem competitiva	
Especializada	Não especializada	Especializada	Não especializada
I. minerais não metálicos	I. têxtil	Outros/ignorado	I. Extrativa mineral
I. metalúrgica	Construção civil		I. papel e gráfica
I. mecânica	Com e administração		I. produtos alimentícios
I. mat. elétrico/comunic.	S. alojam., alimentação		Serviços utilidade pública
I. material de transporte	Ensino		Crédito, seguros.
I. madeira e mobiliário			Transportes/comunic.
I. borracha, fumo, couro			
I. química			
I. calçados			
Comércio varejista			
Comércio atacadista			
S. médicos, odontol.			
Administração pública			
Agricultura			

Fonte: Dados da pesquisa

3.3. Período 1999 a 2009

A Tabela 4 exibe os resultados da decomposição da variação líquida total do emprego na região Norte Fluminense, no período de 1999 a 2009, nos respectivos efeitos. Neste período, a variação líquida total mostrou-se positiva para a maior parte dos setores econômicos da região, ou seja, o emprego, na maior parte dos setores da região, exibiu crescimento superior ao crescimento do emprego no estado.

As exceções ocorreram para os setores indústrias de minerais não metálicos, de material elétrico e comunicação, da madeira e do mobiliário, de borracha, fumo e couro, têxtil e de calçados, além dos setores agricultura e outros. Na maior parte dos casos, o menor crescimento dos setores citados deveu-se à predominância de efeito estrutural

negativo, isto é, trata-se de setores que apresentaram baixo dinamismo no estado como um todo. Isso ocorreu nos setores indústria de produtos minerais não metálicos, indústria do material elétrico e de comunicação, indústria da madeira e do mobiliário, indústria da borracha, fumo e couros e agricultura. Nos setores indústria têxtil e indústria de calçados, o efeito competitivo foi o principal responsável pelas menores taxas de crescimento.

Tabela 4 - Efeitos proporcional, competitivo, alocação e total, por setor econômico, região Norte fluminense, 1999-2009

Setores	Efeitos			Total
	Proporcional	Competitivo	Alocação	
I. Extrativa mineral	13341,79	-15495,13	20506,28	18352,94
I. minerais não metálicos	-897,29	416,21	29,63	-451,45
I. metalúrgica	-161,93	918,83	-209,50	547,39
I. mecânica	247,62	-44778,43	49444,78	4913,97
I. mat. elétrico/comunic.	-23,53	10,57	0,13	-12,83
I. material de transporte	233,37	2739,57	-2577,50	395,44
I. madeira e mobiliário	-179,26	-2,68	0,99	-180,95
I. papel e gráfica	-113,72	542,56	-342,78	86,06
I. borracha, fumo, couro	-87,32	32,39	-20,48	-75,41
I. química	-95,03	1757,29	-1357,95	304,31
I. têxtil	-250,75	-1010,29	672,58	-588,46
I. calçados	-14,27	-16,83	7,69	-23,41
I. produtos alimentícios	-222,63	1234,10	2209,18	3220,66
Serviços utilidade pública	-191,70	778,93	627,63	1214,86
Construção civil	2202,50	-2036,18	10708,67	10874,99
Comércio varejista	1550,40	10508,27	-1279,08	10779,59
Comércio atacadista	512,02	-208,19	95,46	399,29
Crédito, seguros.	-377,99	1242,30	-626,32	237,99
Com e administração	1787,31	13704,38	-6740,01	8751,69
Transportes/comunic.	-1000,50	5335,66	181,05	4516,20
S. alojam., alimentação	-671,98	8306,58	-3455,00	4179,61
S. médicos, odontol.	-784,51	3020,29	-41,91	2193,86
Ensino	39,91	2524,45	-1167,63	1396,73
Administração pública	-1211,90	15340,44	-3449,96	10678,57
Agricultura	-2650,01	-1370,50	329,42	-3691,10
Outros/ignorado	-1,46	0,00	0,00	-1,46
Total	0,00	78019,09	0,00	78019,09

Fonte: resultados da pesquisa.

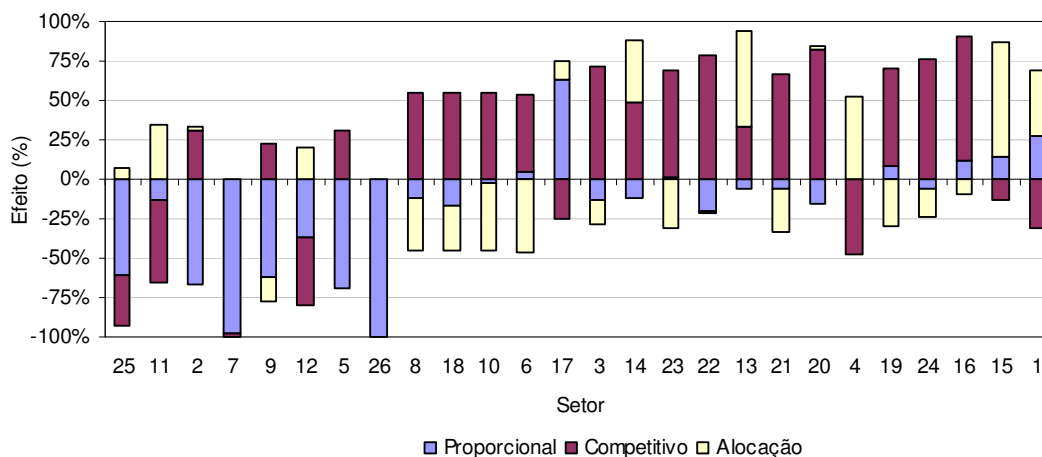
Por outro lado, os efeitos competitivo e alocação foram os principais responsáveis pelo dinamismo observado na maior parte dos setores, cujas taxas de crescimento foram maiores do que as observadas no estado. Embora o efeito proporcional tenha sido positivo nos setores indústria extrativa mineral, indústria do material de transporte, construção civil,

comércio varejista, comércio atacadista e comércio e administração de imóveis, apenas no penúltimo caso esse efeito contribuiu decisivamente para o maior dinamismo do emprego.

A contribuição percentual dos efeitos sobre a variação líquida total, para cada um dos setores analisados, é descrita na Figura 3. Nela, observa-se que, com exceção dos setores de 25 a 26, todos dos demais apresentam variação líquida total positiva, tratando-se, portanto, de setores que, na região Norte, cresceram mais do que no estado.

Pode-se concluir ainda que o efeito competitivo foi a principal fonte do crescimento observado nesses setores, como se deu em 8 (indústria do papel e gráfica), 18 (créditos e seguros), 10 (química), 6 (material de transporte), 3 (indústria metalúrgica), 14 (serviço de utilidade pública), 23 (ensino), 22 (serviços médicos), 21 (alojamento e alimentação), 20 (transporte e comunicação), 19 (comercio e administração de imóveis), 24 (administração pública) e 16 (comércio varejista). Em seguida vem o efeito alocação, para os setores 13 (indústria de alimentos e bebidas), 4 (indústria mecânica) e 15 (construção civil). Por sua vez, o maior dinamismo do setor 17 (comercio atacadista), na região, se explica pelo predomínio do efeito proporcional, isto é, pelo fato desse setor ter sido, no período, um setor dinâmico em nível de estado.

Figura 3 – Participação percentual, na variação líquida total, dos efeitos proporcional, competitivo e alocação, para os setores da região Norte fluminense, 1999-2009.



Fonte: Dados da pesquisa

No Quadro 4 encontra-se a classificação dos setores, feita a partir da decomposição do efeito alocação nos componentes especialização e vantagem competitiva. Aqui, pode-se constatar que o período mantém as condições favoráveis da região ao desenvolvimento de diversos setores, já manifestadas no período anterior.

Nesse período, a região apresentou vantagem competitiva para 20, dos 26 setores considerados, sendo oito deles vantagem especializada, e doze com vantagem não especializada. Somente para os setores indústria da madeira e do mobiliário, indústria têxtil, indústria de calçados, comércio atacadista, agricultura e outros, a região exibiu desvantagem competitiva.

Quadro 4 – Classificação das atividades econômicas da região Norte Fluminense, com base nos componentes do efeito alocação, período 1999 a 2009

Vantagem competitiva		Desvantagem competitiva	
Especializada	Não especializada	Especializada	Não especializada
I. Extrativa mineral	I. metalúrgica	Outros/ignorado	I. madeira e mobiliário
I. minerais não metálicos	I. material de transporte		I. têxtil
I. mecânica	I. papel e gráfica		I. calçados
I. mat. elétrico/comunic.	I. borracha, fumo, couro		Comércio atacadista
I. produtos alimentícios	I. química		Agricultura
Serviços utilidade pública	Comércio varejista		
Construção civil	Crédito, seguros.		
Transportes/comunic.	Com e administração		
	S. alojam., alimentação		
	S. médicos, odontol.		
	Ensino		
	Administração pública		

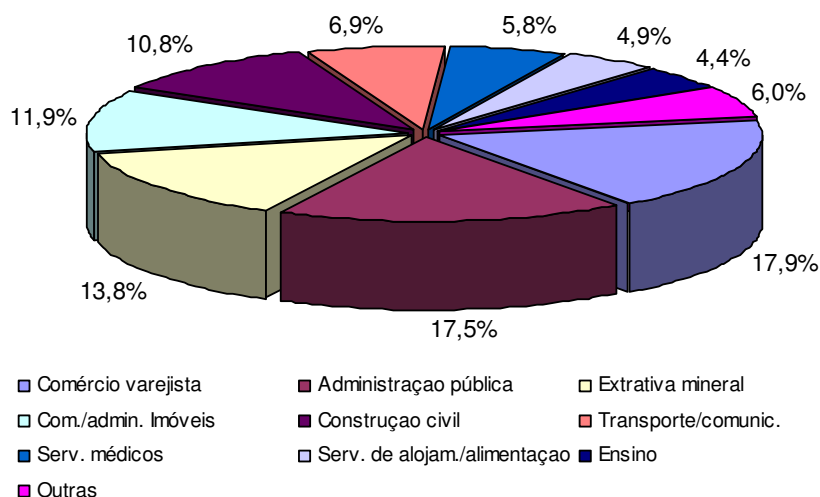
Fonte: Dados da pesquisa

Em síntese, a análise dos três períodos revela que a região Norte Fluminense tem apresentado condições para a expansão de diversas atividades, que, como visto, vêm exibindo taxas de crescimento, na região, superiores às observadas no estado. Em resultado dessa dinâmica, a participação da região Norte no emprego formal, que era de cerca 2,8% no ano de 1987, se eleva para 5,3% em 2009, quase atingindo a importância da segunda região empregadora, a Sul Fluminense.

A expansão do emprego nessa região Norte foi impulsionada, principalmente, pelo crescimento dos setores comércio varejista, administração pública, indústria extrativa mineral, comércio e administração de imóveis e construção civil. Na Figura 4, pode-se

constatar que esses setores, em conjunto, responderam por mais de 70% do crescimento no emprego formal verificado entre 1987 e 2009. Além desses setores, destacam-se ainda os de transporte e comunicação, serviços médicos e odontológicos, serviços de alojamento e alimentação e ensino.

Figura 4 – Participação de setores diversos no crescimento total do emprego formal ocorrido entre 1987 e 2009.



Fonte: Dados da pesquisa.

No contexto da metodologia aqui empregada, setores crescem ou decrescem mais rapidamente em uma região do que em outras em resposta a vantagens ou desvantagens daquela região relativamente às demais. De acordo com Santos (2000), aspectos como variação nos custos dos transportes, estímulos fiscais, diferenças de preços relativos de insumos e fatores de produção mais abundantes contribuem para conferir vantagens locais a determinada região.

Sobre essa questão, é preciso considerar que o deslocamento de atividades econômicas de regiões metropolitanas para o interior é, segundo Barral Neto e Silva Neto (2006), reflexo de uma tendência mundial. As indústrias têm se afastado dos espaços metropolitanos, direcionando-se para o interior, em busca de externalidades favoráveis, tais como incentivos fiscais, recursos mais baratos e sindicatos pouco organizados. Além disso, as mudanças introduzidas na constituição 1988 deram maior autonomia aos governos

estaduais e municipais. Nesse contexto, a redução de impostos municipais para atrair maiores investimentos externos, na chamada “Guerra fiscal”, pode ter incentivado o processo de crescimento diferenciado da região Norte fluminense.

Por outro lado, devem ser considerados os efeitos da expansão das atividades extrativas, fortemente baseadas na exploração petrolífera. A própria recuperação econômica do estado, a partir da segunda metade da década de 1990, está relacionada, segundo Silva (2004), ao crescimento da atividade petrolífera. As atividades petrolíferas têm sido a base da reestruturação econômica e produtiva do estado, em particular da região Norte Fluminense, por recuperar bases produtivas, ditar a dinâmica econômica e urbana de seus municípios, retomando o crescimento econômico e elevando os orçamentos municipais, com a distribuição dos *royalties* (BARRAL NETO E SILVA NETO, 2006).

Como visto na Figura 4, a indústria extrativa mineral teve grande impacto direto sobre o emprego formal na região, sem falar nos prováveis encadeamentos sobre setores como comércio varejista, administração pública, indústria extrativa mineral, comércio e administração de imóveis e construção civil, com efeitos sobre o emprego. A expansão dessa atividade apresenta forte influência sobre a economia, seja pelos ganhos obtidos diretamente da atividade extrativa e pelo seu efeito multiplicador sobre as demais cadeias produtivas (FERNANDES, 2007).

4. Resumo e conclusões

Os resultados obtidos permitem inferir que a economia da região Norte do estado do Rio de Janeiro vem apresentando, nas últimas duas décadas, um comportamento dinâmico, relativamente às demais regiões do estado. A análise da evolução do emprego formal indica que a região tem-se mostrado especialmente favorável à expansão de um número expressivo de setores, com destaque para comércio varejista, administração pública, indústria extrativa mineral, comércio e administração de imóveis e construção civil, mas também transporte e comunicação, serviços médicos e odontológicos, serviços de alojamento e alimentação e ensino.

Em princípio, tais resultados são indícios de que a região apresenta condições que favorecem a competitividade dos setores mais dinâmicos, tais como localização, insumos mais baratos, disponibilidade de mão-de-obra, dentre outros. Outra possibilidade está associada com a maior autonomia dos governos estaduais e municipais, advinda da constituição de 1988, e com a chamada “guerra fiscal” que dela se originou. A hipótese é

que as isenções e facilidades resultantes dessa nova situação contribuíram para atrair empreendimentos para a região.

Não desconsiderando o efeito dos fatores citados, o fato é que a expansão das atividades extrativistas tem sido apontada como um fator chave na explicação da recuperação econômica e do aprofundamento da interiorização da economia do estado, em particular em direção à região Norte. O maior dinamismo da indústria extrativa mineral, observado no estudo, é uma evidência de que a expansão dessa atividade, fortemente calcada na exploração petrolífera, tem sido um fator primordial no processo de retomada do crescimento econômico e da geração de empregos no estado.

Os resultados aqui obtidos são uma evidência do processo de interiorização da economia fluminense, pelo menos no que diz respeito à região Norte. De todo modo, apesar do crescimento observado, a região Metropolitana do estado ainda concentra mais de 80% do emprego formal. E, uma vez que tal concentração apresenta uma série de aspectos negativos, são necessárias políticas voltadas a manter e aprofundar o processo de interiorização aqui verificado, intensificando o desenvolvimento desta e das demais regiões do interior do estado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HERZOG, H.W.; OLSEN, R.J. Shift-share analysis revisited: the allocation effect and the stability of regional structure, a reply. *Journal of Regional Science*, v.19, n.3, p.393-395, 1979.

OLIVEIRA, Floriano Godinho de. *Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. São Paulo, 2003. 231 p. Tese (Doutorado) – Geografia, Universidade de São Paulo (mimeo).

ALMEIDA, S. V. *A reestruturação produtiva da indústria brasileira na década de 1990: uma análise dos setores têxtil, calçadista e automobilístico*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2002. 148 p. (Dissertação de Mestrado).

BARRAL NETO, J., SILVA NETO, R.. *Reestruturação produtiva e interiorização da economia no estado do Rio de Janeiro: uma nova dinâmica para a região norte fluminense*. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 15, Caxambu –MG, 2006. Anais... Campinas: ABEP, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Programa de Disseminação das Estatísticas*

do Trabalho: registros administrativos (PDET). Brasil: TEM. Disponível em: http://www.mte.gov.br/Estudiosos_Pesquisadores/PDET/REGISTROS.asp (acessado em 30 de março de 2010).

DAMASCENO, A. O., ARAÚJO, R. D. *Crescimento econômico e reformas: a economia brasileira na década de 90 e perspectivas*. Bahia Análise & Dados. Salvador, v. 13, n. 3, p. 757-768, dez. 2003.

ESTEBAN-MARQUILLAS, J.M. *A reinterpretation of shift-hare analysis*. Regional and Urban Economics, v. 2, n. 3, p. 249-55, 1972.

FERNANDES. C. F. *A evolução da arrecadação de royalties do petróleo no Brasil e seu impacto sobre o desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, 72p. (Trabalho de Conclusão de Curso).

HADDAD, P. R., ANDRADE, T. A. *Método de análise diferencial estrutural*. In: HADDAD, P. R. (org.). *Economia Regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989, p. 249-286.

PEREIRA, A. S. *O método estrutural-diferencial e suas reformulações*. Teoria e Evidência Econômica, v. 5, n.9, p. 93-105, Passo Fundo, mai. 1997.

PEREIRA, A. S., CAMPANILE, N. *O Método estrutural-modificado: uma aplicação para o estado do Rio de Janeiro entre 1986 e 1995*. Teoria e Evidência Econômica, v. 7, n. 13, p. 121-140, Passo Fundo, nov. 1999.

SANTOS, A. M. S. P. *Economia, Espaço e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, S. R. *O método estrutural-diferencial ampliado: uma aplicação para a região sul frente à economia do rio grande do sul, entre 1986 e 1995*. Teoria e Evidência Econômica, v. 8 n. 15 p. 25-45 novembro 2000.

SILVA NETO, R. *Indústria e desenvolvimento na região Norte Fluminense: crescimento econômico e o problema da extrema heterogenidade econômico-espacial no Estado do Rio de Janeiro*. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (orgs). *Formação histórica e econômica do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006 p. 225-274.

SILVA, R. D. S. *Rio de Janeiro: Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional (1930-2000)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas. 2004.

SOUZA, M. A. A. *Geração de emprego na pesca industrial em rio grande: uma aplicação*

do método estrutural-diferencial. In: CONGRESSO DA SOBER, 45, 2007, Londrina-PR. Anais... Brasília-DF: SOBER, 2007, pag. 1-12.

SOUZA, P. M. ; BRITO, M. N. ; MATA, H. T. C. ; PONCIANO, N. J. ; LOURENCO, B. S. *Evolução da mão-de-obra ocupada na agricultura dos municípios das regiões norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro, 1970 a 1995. Informe Gepec, v. 10, p. 107-131, 2007.*

SOUZA, N. J., SOUZA, R. B. L. *Dinâmica estrutural-diferencial da região metropolitana de porto alegre, 1990/2000. Economia, v. 30, n. 2 (28), p. 121-144, jul./dez. 2004.*

STIWELL, F.J.B. *Regional growth and structural adaptation. Urban Studies, v.6, p.162-178, 1969.*